



**Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las
Tecnologías de la Información y Comunicación**

Volumen VII, Numero V, Mayo a Agosto de 2005

<http://www.eptic.com.br>

AUTORES

Éric George

Murilo César Ramos

Gustavo Gindre

Érico Assis

Gabriel Kaplún

Jairo Ferreira

Leandro Ramires Comassetto

Denílson Lopes

Marcelo Engel Bronosky

1. Expediente
2. Apresentação

Artículos

3. Elementos de reflexão sobre a dimensão sociológica do ponto de vista da economia política da comunicação e da teoria das indústrias culturais

Éric George

4. Agências Reguladoras: a reconciliação com a política

Murilo César Ramos

5. Globo – o desafio da convergência

Gustavo Gindre

Entrevista

6. O deslumbre das mídias: entrevista com Peter Burke

Érico Assis

Investigación

7. Hacia una agenda académica y política de la comunicación en el MERCOSUR

Gabriel Kaplún

8. Poder simbólico no campo das mídias: perspectiva de estudo sobre a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web

Jairo Ferreira

9. Da política ao negócio: a mutação do rádio no Oeste catarinense

Leandro Ramires Comassetto

Resenã/Nota de Lectura

10. Intelectuais públicos e a vitalidade do ensaio

Denilson Lopes

11. Erving Goffman, o desbravador do cotidiano

Marcelo Engel Bronosky

EXPEDIENTE

Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación

Volumen VII Numero 5, Mayo a Agosto de 2005

<http://www.eptic.com.br>

ISSN 1518-2487

Revista avaliada como “Nacional A” pelo Qualis/Capes

Director

César Bolaño (UFS - Brasil)

Editor

Valério Cruz Brittos (UNISINOS – Brasil)

Co- editores

Alain Herscovicci (UFES – Brasil)

Francisco Sierra (US – España).

Apoio Técnico

Marcos Vinícius N. G. Castaneda (UFS - Brasil)

Elizabeth Azevêdo Souza (UFS - Brasil)

Consejo Editorial

Ramón Zallo (Un. Pais Vasco – España)

Juan Carlos de Miguel (Un. Pais Vasco - España)

Delia Covi (UNAM - México)

Marcio Wohlers de Almeida (UNICAMP - Brasil)

Enrique Sánchez Ruiz (UG – México)

Roque Faraone (Um. de la República - Uruguay)

Enrique Bustamante (UCM – España)

Isabel Urioste (Un. Compiègne – Francia)

Jean-Guy Lacroix (Un. de Québec - Canada)

Sergio Caparelli (UFRGS - Brasil)

Othon Jambeiro (UFBa - Brasil)

Anita Simis (UNESP - Brasil)

Jorge Rubem Bitton Tapia (UNICAMP - Brasil)

Murilo César Ramos (UnB – Brasil)

Manuel Jose Lopez da Silva (UNL - Portugal)

Francisco Rui Cádima (UNL – Portugal)

Pierre Fayard (Un. Poitiers – Francia)

Giovandro Marcus Ferreira (UFES - Brasil)

Abraham Sicsu (Fund. Joaquim Nabuco – Brasil)

Reynaldo R. Ferreira Jr. (UFAL – Brasil)

Marcial Murciano Martinez (UAB – España)

Joseph Straubhaar (Univ. Texas - EUA)

Peter Golding (Loughborough Univ. - UK)

Nicholas Garham (Westminster Univ. - UK)

Philip R. Schlesinger (Stirling Univ. - UK)

Graham Murdock (Loughbrough Univ. - UK)

Hans - Jürgen Michalski (Univ. Bremen -

Alemanha)

Cesare G. Galvan (UFPb - Brasil)

Alain Rallet (Univ. Paris - Daphine-Francia)

Diego Portales (Univ. del Chile)

Pedro Jorge Braumann (UNL – Portugal)

Guillermo Mastrini (UBA – Argentina)

Dominique Leroy (Un. Picardie – Francia)

Gaëtan Tremblay (Un. de Québec - Canada)

PRESENTACIÓN

Pesquisadores de diferentes matizes compõem esta edição da revista *Eptic On Line*, que vem a público paralelamente ao lançamento do livro *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia* (São Paulo: Paulus, 2005), organizado pela Rede Eptic justamente para debater publicamente o papel deste grande grupo econômico-comunicacional, nas quatro décadas de sua existência. Reunindo 20 pesquisadores (um deles português e os demais brasileiros), responsáveis por 17 capítulos, o livro foi projetado justamente ante a expectativa de que a Globo não discutiria seu papel social, no aniversário de seus 40 anos. Trata-se de uma modesta contribuição da Rede Eptic para que o país possa discutir criticamente o controle da informação e a restrição ao direito à comunicação que se tem, com uma organização midiática tão poderosa. Para isso, foi fundamental, de um lado, a pronta resposta dos pesquisadores convidados; de outro, a atuação competente, ágil e parceira da Editora Paulus.

O destaque da edição fica por conta de uma entrevista com o pesquisador da Universidade de Cambridge Peter Burke, realizada pelo mestrando Érico Assis, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Além disso, e seguindo a tradição desta revista, de resenhar obras importantes do amplo campo da Comunicação, dois textos são trazidos aos leitores. Em um o Prof. Dr. Denílson Lopes discute os livros *A Conveniência da Cultura – Usos da Cultura na Era Global*, de George Yúdice, e *O Cosmopolitismo do Pobre*, de Silvano Santiago, ambos da Ed. da UFMG (Belo Horizonte, 2005). Em outro o doutorando Marcelo Engel Bronosky trata da obra *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano*. Porto Alegre: TomoEditorial, 2004, organizada pelo Prof. Dr. Édison Gastaldo.

A Globo também está presente em um dos artigos desta *Eptic On Line*. Com *Globo – o desafio da convergência*, Gustavo Gindre traça um panorama das estratégias desta empresa ante as perspectivas tecnológicas contemporâneas. Os outros dois artigos são *Elementos de reflexão sobre a dimensão sociológica do ponto de vista da economia política da comunicação e da teoria das indústrias culturais*, do canadense Éric George, e *Agências Reguladoras: a reconciliação com a política*, do brasileiro Murilo César Ramos. Com contribuições coladas aos seus atuais interesses de pesquisa, Gabriel Kaplún apresenta *Hacia una agenda académica y política de la comunicación en el MERCOSUR*, Jairo Ferreira traz

Poder simbólico no campo das mídias: perspectiva de estudo sobre a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web e Leandro Ramires Comassetto colabora com *Da política ao negócio: a mutação do rádio no Oeste catarinense*, resultante de sua tese de Doutorado em Economia Política da Comunicação, defendida em abril deste ano, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

César Bolaño

Director Eptic On Line

Valério Brittos

Editor Eptic On Line

Elementos de reflexão sobre a dimensão sociológica do ponto de vista da economia política da comunicação e da teoria das indústrias culturais

Éric George*

Resumo: Assim como o título indica, este texto tem como objetivo propor algumas pistas de reflexão sobre a dimensão sociológica do ponto de vista da economia política da comunicação com ênfase na teoria das indústrias culturais. Nós decidimos abordar este assunto que foi pouco desenvolvido até agora,¹ quando começamos a organizar oficinas denominadas “os aportes sociológicos aos estudos em comunicação e os aportes da comunicação à sociologia”.² Nosso objetivo era discutir a pertinência de abordar estudos em comunicação do ponto de vista da sociologia, e da pertinência da sociologia em se abrir a pontos de vista interdisciplinares que se desenvolvem em comunicação. Nosso objetivo aqui é mais modesto. Nós vamos, primeiramente, mostrar que vários ensinamentos centrais que vêm da economia política da comunicação e da teoria das indústrias culturais são originadas da perspectiva sociológica. Podemos, então, nos questionar sobre a insuficiência da teoria das indústrias culturais e da economia política da comunicação.

A dimensão sociológica na economia política da comunicação e na teoria das indústrias culturais

Vejamos primeiro em que consiste o ponto de vista da economia política da comunicação. Bernard Miège, do lado das pesquisas em francês, coloca em evidência “a face econômica da comunicação, a formação dos grandes grupos econômicos transnacionais, os fenômenos de dominação que se criam e os aspectos estratégicos dos fluxos transnacionais de dados ou de produtos culturais” (1996, p 44). Do lado das pesquisas em inglês, Vincent Mosco dá a seguinte definição à economia política da comunicação: “O estudo de relações sociais, particularmente as relações do poder, que constituem mutuamente a produção, a distribuição,

* Professor no departamento de Comunicação, Universidade de Ottawa, Pesquisador, Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Comunicação, Informação e Sociedade (GRICIS), Correio: eric.george@uottawa.ca.

¹ Nunca lemos um texto sobre o assunto.

² Este seminário aconteceu dentro do congresso da Associação internacional dos sociólogos de língua francesa, entre os dias 4 e 9 de julho de 2004 em Tours (França). Reuniu os membros do Grupo de trabalho (GT) 13 « sociólogos da comunicação ».

e o consumo dos recursos” (1996, p.25).³ Estas duas definições nos levam a considerar que este ponto de vista vem tanto da sociologia quanto da economia.

Encontramos esta constante no estudo da história das teorias das indústrias culturais. No final dos anos sessenta, a equipe do francês Bernard Miège (1978) demonstrou que, se o setor da produção cultural não escapa à lógica da reprodução capitalista baseada sobre a produção e sobre a venda de mercadorias reproduzíveis, esta produção se choca com certos limites que resultam do caráter específico dos bens e serviços culturais (1978). Já os pensadores frankfurtianos acentuaram a denúncia da indústria cultural como um elemento que faz parte de um sistema muito mais amplo. As pesquisas que se interessaram pelas indústrias culturais – agora no plural – consagraram seus trabalhos ao estudo dos processos – muitas vezes complementares, mas às vezes diferentes – da industrialização e de mercantilização da informação, da cultura e da comunicação, como facetas do desdobramento do capitalismo em todos os setores suscetíveis de criar benefícios.

A dimensão econômica é central, mas ela é indissociável do social. Encontramos aqui um ponto de vista sócio-econômico que rompe com a corrente econômica dominante, a qual justamente tenta criar uma disciplina autônoma, se diferenciando das outras ciências sociais, particularmente pela matematização dos comportamentos humanos. Gaëtan Tremblay escreve a este respeito que

a teoria das indústrias culturais não vem de um ponto de vista puramente econômico da cultura e das comunicações. Ela recusa a se limitar a uma análise liberal micro econômico clássica. Ela coloca os processos de mercantilização e de industrialização no centro de sua problemática. Mas ela constitui uma teoria tão sociológica quanto econômica (1997, p.13).

As duas primeiras definições da economia política da comunicação colocavam o destaque sobre o papel central do conflito e das relações de poder, além das relações sociais. E a razão pela qual Bernard Miège definiu lógicas sociais que constituem “movimentos de longa duração, que têm como objeto tanto os processos de produção quanto as articulações produção/consumo, ou sobre os mecanismos de formação dos usuários” (1990, p.12). Desta perspectiva, as estratégias dos atores sociais se desenvolvem geralmente a redor das lógicas

³ Em português “O estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos”.

sociais. Contudo, não existe uma relação estrita imutável, porque os atores sociais podem se afastar das lógicas, mesmo contribuir a modificá-las em curto prazo. Philippe Bouquillion lembra que “com ocasião da análise estratégica, a questão dos limites da autonomia dos atores sociais deve ser levantada” (2000, p. 5). Mais amplamente, ele lembra que “toda análise das estratégias dos atores e das relações entre os atores sociais tem como base uma certa representação das relações sociais, mas especificamente da definição e do lugar respectivo do ‘social’ e do ‘individual’ (ibid.).

À medida que os trabalhos da teoria das indústrias culturais se desenvolveram, os pesquisadores colocaram em evidência varias lógicas sociais (ou modelos). Estes modelos permitem ver quais são as funções centrais no duplo processo de industrialização e de mercantilização, e então verificar quem são os principais atores sociais. Em primeiro lugar, a ênfase foi colocada entre as oposições do modelo editorial e o de massa. O modelo editorial é assim chamado porque o papel central é do editor no processo que tem como objetivo produzir e distribuir cópias no mercado, colocando como objetivo a criação um catálogo, de maneira a distribuir os riscos financeiros inerentes à colocação em concorrência perante o conjunto de bens e serviços culturais (Flichy, 1980). No caso das indústrias que se baseiam no modelo de massa, as produções se caracterizam pela continuidade da difusão. O objetivo é propor uma programação suscetível de fidelizar o máximo de consumidores, o que explica o papel central do programador (Miège e ali., 1986).

No que diz respeito ao modelo de clube, vejamos o que diz Gaëtan Tremblay:

esta nova lógica se confronta claramente com as duas já existentes. Ela reduz consideravelmente o espaço de funcionamento da lógica de massas, integrando-a, e ela se apresenta como uma concorrente à lógica editorial, substituindo a produção material e a rede de distribuição por pontos de venda. Ela reestrutura as relações entre criação, produção, distribuição e consumo. Ela relativiza o papel do programador. Consagrando a hegemonia da distribuição, ela coloca no plano principal o papel do servidor humano e/ou eletrônico. Nesta lógica, é o servidor que ocupa a função principal: ele negocia os direitos de difusão ou de distribuição, elabora as estratégias de marketing e oferece, em troca de assinatura, um conjunto de serviços (incluído o de navegação) e produtos por um determinado tempo de utilização (1997, p. 20).

Nós vemos aqui que a idéia de modelo compreende a posição dos diferentes atores sociais, uns em relação ao outros, mantendo relações de dependência desiguais. Podemos ver, então,

entre as empresas culturais, a coexistência de empresas de grande porte, particularmente no que diz respeito à difusão-distribuição – é aqui que falamos de oligopólio – e de empresas de menor porte, particularmente ao nível do processo de produção, onde os riscos financeiros são mais importantes (e onde em conseqüência as margens de lucro, são suscetíveis de serem menores). Estes ensinamentos são igualmente suscetíveis a serem reconsiderados em função da evolução do contexto sócio-histórico.

Vemos, então, que a teoria das indústrias culturais diz respeito a sociologia por outras razões. Por um lado, os pesquisadores que inscrevem os seus trabalhos nesta perspectiva, afirmam que as atividades de informação e cultura não podem se desenvolver fora dos contextos sociais dos quais fazem parte. Além das condições econômicas, toda criação de ordem simbólica é submetida a condições sociais de produção mais o menos específicas. É assim que o fruto do trabalho dos criadores de sentidos – jornalistas, roteirista, autores, etc. – está ligado ao contexto social ao qual fazem parte (status do criador, tipo de trabalho pedido, relação com os outros trabalhadores, modo de remuneração, modalidades de subsistência, etc.). Por outro lado, a dimensão sociológica está presente na análise das especificidades das condições do valor do capital.

A incerteza reina sobre o valor dos bens e serviços de ordem simbólica.

A troca é mais incerta do que outros produtos, mesmo depois de varias campanhas de marketing que têm por objetivo influenciar os consumidores. Quantas vezes ouvimos falar em filmes com alto orçamento, incluído publicitários que acabaram perdendo muito dinheiro! Em muitos casos, as despesas alocadas à promoção (publicidade, relações públicas, etc.) dos produtos informacionais e culturais tem tendência a aumentar. Estas despesas chegariam agora até a metade dos custos das grandes produções hollywoodianas, mas o consumo conserva uma dimensão aleatória. O que se paga nem sempre está ligado ao produto consumido. É o caso por exemplo da televisão, muitas vezes financiada seja pela publicidade (pagamentos indiretos pela compra de produtos vangloriados na tela), seja por o orçamento público (o caso mais comum por um encargo, uma taxa parafiscal recebida pelos poderes públicos nacionais). Encontramos um conjunto de mediações sociais, por exemplo, quando se trata de fixar o valor das subvenções a serem atribuídas aos organismos públicos de teledifusão.

Se os trabalhos são feitos dentro do contexto da economia política da comunicação, eles se enquadram em parte dentro do ponto de vista sociológico. É a mesma coisa para os

projetos. Dentro do marco do esboço de uma análise das mutações contemporâneas das indústrias da informação, da cultura e da comunicação⁴, Bernard Miège propõe discutir a crítica, bastante difundida, segundo a qual a concentração capitalista e a convergência em andamento levariam forçadamente a um empobrecimento do conteúdo da informação e da cultura. A industrialização e a mercantilização da cultura são muitas vezes denunciadas com a desculpa de que este setor deveria escapar à tendência geral que caracteriza a fase atual do capitalismo, de onimercantilização do conjunto das atividades humanas. De certa maneira, esta tomada de posição parece retomar o discurso dos filósofos da Escola de Frankfurt, que consideravam a cultura de massa não mais que um elemento, entre tantos outros, que fazem parte do capitalismo. Como escreve Bernard Miège, “da tomada de controle financeiro à produção de cultura e a produção de informação, intervém toda uma série de mediações que não saberíamos a priori deixar passar em silêncio” (2004, p. 1). Estas mediações são amplamente de ordem social. Nós mesmos desenvolvemos uma pesquisa que tem como objetivo analisar de forma precisa os laços entre, de um lado, a evolução das estratégias das empresas e as tendências dentro das quais elas se inserem, contribuindo eventualmente para modificá-las e, por outro lado, a evolução da produção de informação e cultura.⁵

Nós propusemos ao Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas (CRSH) do Canadá trabalhar sobre mediações sociais dentro das organizações de mídia (Georges e ali., 2004). Para isto nós consideramos a possibilidade de adotar um método interdisciplinar para poder fazer três tipos de análises complementares dentro das empresas selecionadas:

- (1) análise das estratégias (fusão, compras, cooperações pontuais) e os resultados financeiros das empresas (existência de possível economia de escala, compra de setores eventualmente mais lucrativos),
- (2) análise das organizações (manter ou não a separação com as filiais, criação eventual de novas estruturas que possam criar laços, evolução das relações com as empresas)
- (3) análise da produção e distribuição do conteúdo (integração ou não da produção, sinergia ou não entre tipos de conteúdos tradicionalmente diferentes : informação, cultura e publicidade).

⁴ Projeto iniciado em 2003 na MSH de Paris-Nord por Philippe Bouquillion e Yolanda Combes (axe. 1 : Industries de la culture et arts, thème socio-économie de la culture).

⁵ Este projeto tem o financiamento do Conselho de pesquisa em ciências humanas (CRSH) do Canadá, dentro do programa de iniciativa ao desenvolvimento da pesquisa (IDR).

Mais uma vez, as dimensões econômicas e sociológicas aparecem misturadas.

A presença problemática de um ator social: o consumidor, o usuário, o cidadão

Podemos nos perguntar se o ponto de vista da economia política da comunicação e da teoria das industriais culturais colocam suficiente ênfase sobre outras lógicas sociais do que sobre a valorização do capital “veiculado” pelas empresas privadas. A este respeito a iniciativa de Michel Sénéal é interessante. Sua perspectiva sobre a história da mídia canadense e particularmente da televisão (1995) coloca ênfase sobre as diferentes lógicas que atuam e que fazem referência aos interesses, aos valores e às práticas dos diferentes atores sociais.

Depois de Yves de la Haye, que foi co-fundador do Grupo de Pesquisa sobre os Riscos e Ganhos da Comunicação (GRESEC), com Bernard Miège, em Grenoble, e Michel Sénéal distinguiu três lógicas (1995):

- 1) a lógica comercial, que se baseia na valorização das virtudes do mercado, no condicionamento, na distribuição e na venda de informação e de cultura como mercadoria. Ela se inscreve dentro da lógica capitalista da mercantilização dos bens materiais e simbólicos;
- 2) a lógica do Estado, que coloca principalmente a legitimação estatal em nome do interesse público (geral) que se considera o suporte (político e financeiro). No momento atual, às vezes qualificado de neoliberal, o Estado se transforma no promotor de uma indústria nacional de comunicação forte e competitiva na cena internacional, mesmo se a concentração de capital aumenta e o setor público é obrigado a fazer concorrência ao setor privado;
- 3) a lógica dos movimentos sociais, para os quais a informação e a comunicação são antes de tudo um instrumento de luta, de tomada de consciência, de formação de identidade e libertação. Esta lógica está na origem das reivindicações a favor de uma liberdade de expressão maior, para assim contribuir à formação de novas relações sociais. Ela participa também da defesa do público como usuário da mídia. Encontramos particularmente a idéia de direito à comunicação.

Estes atores podem estar agrupados ao redor de noções de Capital, de Estado e dos

Movimentos Sociais. Traduzem sua concepção de mundo, seus interesses e seus valores através da prática que os leva a se enfrentarem diretamente. Eles podem participar de alianças. Mas, do ponto de vista da economia política da comunicação e da teoria das indústrias culturais, é a primeira lógica, a de valorização do capital, que domina amplamente. O Estado, ao menos na sua visão pós-fordista é, sobretudo, considerado como o fiador da propriedade privada e da visibilidade econômica dos setores das indústrias de informação, de cultura e de comunicação. Em compensação, o lugar dos movimentos sociais e dos usuários é menos visível dentro das teorias das indústrias culturais.

Quais são as razões? Quando se lê os estudos sobre o assunto, vemos que, na dialética que produz os usos sociais da tecnologia da informação e da comunicação (TIC), a oferta mantém o papel iniciador e motor no desenvolvimento dos usuários,

são os hábitos dos usuários, os usuários já existentes e aqueles que viram que favorezem ou constroem a implementação de inovações técnicas, o domínio de uma proposta tecnológica, e então, o domínio de uma empresa de uma filial ou de uma lógica industrial (Lacroix et ali., 1993, p. 94).

No entanto, os autores alegam imediatamente que “os usuários são sempre colocados na posição de reação diante das propostas que lhes são feitas pelos promotores de equipamentos de interface e de conteúdo” (ibid.). Em 1984, Yves de la Haye já escrevia:

A preparação de novos mercados – toda a história das indústrias culturais demonstra – não pode se satisfazer com as demandas já existentes; estas devem ser forjadas, o que implica uma transformação das práticas culturais: comportamento, atos de compra ou de apropriação, mas também representações (1984, p. 128-129).

Ele convida a estudar os atos promocionais de “preparação de espírito” (1984, p. 129-130) e “as ações empreitadas pela escola, a ação cultural, a informação científica e técnica, certos componentes do movimento associativo” (1984, p. 131-132) como meios de “preparar” os mercados.

Faz-se questão de uso, mas eles estão pouco presentes na teoria. Os autores reconhecem que do lado dos utilizadores há comportamentos mais ou menos desviados, mas estes são recuperados na reformulação do discurso promocional e nas modificações feitas nas

maquinas. Vemos que os usuários são pouco estudados. Podemos nos perguntar se a apropriação não está vazia no seu conteúdo. Pierre Chambat escreve que a apropriação “leva, diferentemente do consumo, a uma dimensão de criação positiva que, através de sua constituição, ressurge sobre o objeto” (1995, p. 82). Mas este aspecto da ordem sociológica parece relativamente ausente da teoria das indústrias culturais.

Sem adotar o paradigma dialógico que postula que a implementação dos TIC se faz através de um intercâmbio bilateral equilibrado entre a oferta e a demanda, de uma relação simétrica entre o idealizador e o usuário, podemos considerar que os usuários dispõem de um certo papel na dinâmica social produção-consumo. Primeiramente, eles podem expressar coletivamente suas necessidades e suas expectativas e assim pensar no processo de produção-distribuição. Segundo, eles estão presentes através das representações que fazem aos profissionais da oferta. Terceiro, eles existem como receptores e usuários, e as modalidades na matéria têm influência sobre a dinâmica capitalista de produção-consumo.

Philippe Bouquillion, agora um dos líderes da pesquisa em economia política da comunicação menciona a pertinência de integrar a sociologia e particularmente o modelo das praticas culturais de Pierre Bourdieu

como um elemento fundamental que explica as mutações sócio-econômicas do espetáculo vivo. Este ponto de vista permite compreender as diferenças de praticas culturais. Ela mostra que elas são fundamentalmente ligadas a posições e a percursos sociais. Esta perspectiva teórica permite colocar a ênfase sobre os fatores de desenvolvimento das praticas culturais que são externas e independentes da oferta cultural (2000, p. 33).

Entretanto, ele argumenta que a vontade de levar em consideração a parte de autonomia das práticas culturais com respeito à oferta não leva a superestimar as primeiras em relação às segundas. Ele conclui: “se achamos essencial introduzir uma forte dimensão sociológica, parece que a sociologia de P. Bourdieu não da conta das « realidades econômicas” (ibid).

A análise recente da Casa das Ciências do Homem (MSH) de Paris-Nord que tem como objetos “as mutações das indústrias culturais, mutações sociais e ideológicas”, mostra claramente que a questão dos usuários é agora considerada importante. “Além da produção, a difusão e a valorização dos produtos, uma questão transversal é a dos usuários dos produtos e serviços de informação e de comunicação e de práticas culturais” (MSH Paris-Nord, 2003). O

aporte da sociologia dos usos é mencionada. Mas, de um outro lado, evidentemente, o lugar do usuário é muitas vezes problemático. Individualmente, este tem um peso geralmente insignificante.

Em alguns casos particulares, como na participação em pesquisas de opinião ou na participação em grupos de discussão, eles podem dar sua opinião, mas ficam dentro do sistema de produção, de concepção. Coletivamente, sua representação é também problemática, porque passa por atividades de associação⁶ que muitas vezes têm um papel secundário com respeito a outros atores sociais, começando pelas empresas privadas. No Quebec, o desaparecimento da Associação Nacional dos Telespectadores, em 1993, testemunhou suas dificuldades. Podemos ver a falta enorme de recursos financeiros, a falta de comprometimento dos voluntários, as divergências ideológicas entre os administradores (mais ou menos propensos a criticar as empresas), uma indiferença dos profissionais da televisão, mas também “a fraqueza dos movimentos sociais no contexto atual dos vínculos de força dominados pelos grandes atores industriais e comerciais” (Proulx et Pichette, 1995, p.123).

Não é de se surpreender que, na análise da radiodifusão canadense, Michel Sénécal (1995) mostre que o grupamento de cidadãos tenta – dentro do marco das consultas feitas na época das comissões e comitês de pesquisa de opinião para refletir sobre a elaboração de novas políticas públicas – fazer valer seus pontos de vista, em favor da democratização do acesso à comunicação. Mas conclui que o peso era fraco no que diz respeito às relações de força, particularmente desde os anos 80.

Entretanto, isso não significa que devemos descuidar desta dimensão na análise do que Vincent Mosco coloca justamente como ênfase sobre a importância das transformações sociais em potencial. “Geralmente, a praxis refere-se à atividade humana e especificamente à atividade livre e criativa por que os povos produzem e mudam o mundo e eles mesmos” (ibid., p. 37). Para Peter Golding e Graham Murdock, o traço mais original do ponto de vista é o fato de que, além das questões de eficiência do sistema econômico, há as questões de justiça, de equidade e de bem público (1991, p. 18-19). Mas, se elas se inserem obrigatoriamente do vasto sistema capitalista, as práticas alternativas podem também ter como objetivo propor outros modelos normativos de desenvolvimento das mídias e dispositivos de comunicação. Daqui o nosso interesse pelas práticas cidadãs efetuadas dentro da lógica levada

pelos movimentos sociais.

Vincent Mosco acentua a convergência, não aquela ligada à indústria das comunicações, mas aquela da resistência encarnada pelos movimentos altermundistas ao redor das lutas no plano do trabalho, mas também em outros planos, como o do consumo e do meio ambiente (2003, p. 47-49).

Há uns vinte anos, Yves de la Haye escrevia a respeito da imprensa que este conceito designava duas realidades diferentes :

pelas suas funções : de um lado juntar, consolidar, organizar as camadas sociais aos interesses comuns, do outro lado juntar, enfraquecer, desorganizar as classes aos interesses contraditórios; pela sua organização : de um lado, uma imprensa de militantes que custa dinheiro, do outro uma imprensa profissional que traz dinheiro; e por sua posteridade : de outro lado, uma imprensa à espreita da tiragem e da publicidade, onde o modelo da comunicação vai ser a verdadeira prova de fogo da rádio e da televisão de massa; do outro, uma imprensa a tiragem limitada, de publicidade reduzida, onde a historia vai se confundir àquela dos períodos férteis que serão a seiva dos períodos inférteis (1984, p. 15-16).

Pensamos aqui nos períodos da revolução francesa e na comuna de Paris, que permitiram a Jürgen Habermas (1962, 1978) mostrar a importância de uma imprensa comprometida nessa época. Do seu lado, Jean-Guy Lacroix aborda a questão da consciência aguda que nos remete à problemática do sujeito atingir um estado de consciência nos momentos de junção do movimento sócio-histórico (1998, p. 96). Conheceremos uma nova fase de este tipo ao redor das lutas sociais por uma internet não comercial, o desenvolvimento de programas de computador livres, o questionamento da propriedade intelectual, etc? Se este é o caso, é importante que o ponto de vista da economia política sejam compreendidos.

⁶ Tais como a Associação Canadense de Rádio e Friends of Canadian Broadcasting, criadas, respectivamente, em 1930 e 1985, com o objetivo de defender a qualidade da programação do serviço público e a rádiodifusão no Canadá

Referências bibliográficas

- BOUQUILLION, Philippe, *Propositions en vue d'une économie politique de la communication*, Document en vue de l'habilitation à diriger des recherches en sciences de l'information et de la communication, Grenoble : Université Stendhal-Grenoble 3, UFR des sciences de la communication, 2000.
- CHAMBAT, Pierre, « Espace public, espace privé : le rôle de la médiation technique », in Isabelle Pailliant (dir.), *L'espace public et l'emprise de la communication*, Grenoble : Ellug, 1995, pp. 65-98
- FLICHY, Patrice, *Les industries de l'imaginaire : pour une analyse économique des médias*, Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, coll. Media et compagnie (s), 1980.
- GEORGE, Éric, Gaëtan TREMBLAY, Luc BONNEVILLE, Philippe BOUQUILLION, Yolande COMBES, Ndiaga LOUM et Daniel PARÉ, *La concentration et la convergence au sein des industries de la communication : menace ou chance pour le pluralisme de l'information et pour la diversité culturelle ?*, Projet retenu dans le cadre du programme d'Initiatives de développement de recherche (IDR) au Conseil de recherches en sciences humaines (CRSH) du Canada, 2004.
- GOLDING, Peter et Graham MURDOCK, 1991, « Culture, Communication and Political Economy », dans James Curran and Michael Gurevitch (dir.), *Mass Media and Society*, London: Edward Arnold, pp. 15-32.
- HABERMAS, Jürgen, *L'Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris : Payot, 1978. Édition originale en langue allemande : *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, Francfort-sur-le-Main : Hermann Luchterhand Verlag, 1962.
- LACROIX, Jean-Guy, « Sociologie et transition millénariste : entre l'irraison totalitaire du capitalisme et la possibilité-nécessité de la conscientivité », *Cahiers de recherche sociologique*, no 30, 1998, pp. 79-152.
- LACROIX, Jean-Guy, Bernard MIÈGE, Pierre MÈGLIN Pierre, Patrick PAJON et Gaëtan TREMBLAY, « La convergence des télécommunications et de l'audiovisuel : un renouvellement de perspective s'impose », *TIS*, vol. 5, n° 1, 1993, pp. 81-105.
- LA HAYE, Yves de, *Dissonances. Critique de la communication*, Grenoble : La Pensée

- sauvage, coll. Media discours, 1984.
- LEFEBVRE, Alain, Armel HUET, Jacques ION, Bernard MIÈGE et René PÉRON, *Capitalisme et industries culturelles*, Presses universitaires de Grenoble, Grenoble, 1978.
- MIÈGE, Bernard, « Considérations et propositions méthodologiques sur les mutations en cours dans les industries culturelles et informationnelles », intervention au séminaire de la Maison des Sciences de L'Homme (MSH) de Paris-Nord, janvier, 2004.
- MIÈGE, Bernard, *La société conquise par la communication Tome 2 : La communication entre l'industrie et l'espace public*, Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, coll. Communication, médias et sociétés, 1997.
- MIÈGE, Bernard, *La Pensée communicationnelle*, Grenoble : Presses universitaires de Grenoble, 1996.
- MIÈGE, Bernard, « Plaidoyer pour des problématiques transversales », in Bernard Miège (dir.), *Médias et communication en Europe*, Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1990, pp.
- MIÈGE, Bernard, Patrick PAJON et Jean-Michel SALAÛN, *L'industrialisation de l'audiovisuel. Des programmes pour les nouveaux médias*, Paris : Aubier, 1986.
- MOSCO, Vincent, « Brand New World ? Globalization Cyberspace and the Politics of Convergence », in Bernard Miège et Gaëtan Tremblay (dir.), *2001 Bogues. Globalisme et Pluralisme. TIC et société* (tome 1), Québec : Presses de l'Université Laval, coll. Éthique et philosophie de la communication, 2003, pp. 31-51.
- MOSCO, Vincent, *The Political Economy of Communication*, Thousand Oaks: Sage, 1996.
- SÉNÉCAL, Michel, *L'espace médiatique. Les communications à l'épreuve de la démocratie*, Montréal : Liber, 1995.
- TREMBLAY, Gaëtan, « La théorie des industries culturelles face au progrès de la numérisation et de la convergence », *Sciences de la Société*, N^o 40, 1997, PP. 11-22.

Agências Reguladoras: a reconciliação com a política.

Murilo César Ramos*

Introdução

O atual modelo institucional das telecomunicações brasileiras foi concebido e implantado a partir de 1995 tendo como premissa programática fundamental, ainda que não-declarada, a concepção liberal ortodoxa de ‘Estado mínimo’. Não-declarada porque essa seria uma concepção inadequada para um governo como o de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), resultante de coalizão política encabeçada por partido socialdemocrata que, dadas sua origem e essência, seria incompatível com a idéia de ‘Estado mínimo’¹.

Dois processos político-administrativos de iniciativa do governo passado ilustram bem essa importante contradição. O primeiro foi o projeto de reforma de Estado iniciado, mas não concluído, pelo antigo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luiz Carlos Bresser Pereira, e, o segundo, a privatização do Sistema Telebrás. A reforma dos aparelhos de Estado, concebida por Bresser Pereira e sua equipe, assentava-se em conceitos com pretensão inovadora, desde a idéia central do ‘público não-estatal’², com o fim de retirar do âmbito estatal a prestação de serviços públicos e outras obrigações de alcance social. Essa reforma, que resultou incompleta, introduziu na administração pública brasileira entes como as *organizações sociais* (OS) e as *organizações da sociedade civil de interesse público* (Oscip), além de pretender renovar o regime autárquico por meio de *agências executivas com contratos de gestão* e de estimular ao máximo procedimentos de terceirizações contratuais³. Toda essa pretensa inovação administrativa, que vinha acompanhada de significativas doses de presunção técnica, visava, no limite, mascarar um

* Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) Coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação e Informação (LaPCom) e do Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologia das Comunicações (GCom)

¹ Para um relato compreensivo da trajetória dessa idéia, desde ver Perry Anderson, *Balanço do neoliberalismo*. In Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.), **Pós-neoliberalismo . as políticas sociais e o Estado democrático**, p. 09-23. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

² Ver Nuria Cunill Grau, **Repensando o público através da sociedade . novas formas de gestão pública e representação social**. Brasília: Editora Revan e ENAP, 1998.

³ Ver Maria Sylvania Zanella Di Pietro, **Parcerias na Administração Pública . concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas**. São Paulo: Atlas, 1999, 3ª edição; e Luiz Alberto dos Santos, **Agencificação, Publicização, Contratualização e Controle Social . possibilidades no âmbito da reforma do aparelho de Estado**. Brasília: DIAP, 2000.

processo que em outros cenários nacionais, como o Chile de Augusto Pinochet e a Inglaterra de Margareth Thatcher, nos anos 70 e 80 do século passado, tinha sido feito com muito mais objetividade administrativa e despudor político.

De qualquer modo, em 1999 o MARE foi extinto e suas funções absorvidas pelo Ministério do Planejamento, reduzidas à idéia de *gestão*, uma vez que a reforma do Estado foi dada por concluída⁴.

No caso da privatização do Sistema Telebrás, a pouca objetividade inicial do projeto veio na forma de um eufemismo: o monopólio constitucional seria ‘flexibilizado’, em um esforço do governo de indicar que o Estado iria manter, de algum modo, presença na operação das empresas de telecomunicações. Veja-se, por exemplo, essas declarações do então ministro Sérgio Motta, das Comunicações:

*"O Governo não pensa, por enquanto, em acabar com o monopólio estatal. A idéia é quebrar o tabu contra a presença do capital privado em setores tradicionalmente públicos para só no futuro acabar com o monopólio. A estratégia é começar pela flexibilização do monopólio, através de concessões. As empresas do sistema Telebrás não serão privatizadas, mas concorrerão com grupos privados. A expectativa é de R\$ 30 bilhões de investimentos nos próximos quatro anos - metade, pelo menos, do setor privado. (...) A Embratel terá o monopólio de exploração das infovias, que reúnem serviços de telecomunicações e de informática".*⁵

Ou:

"O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, afirmou ontem que a Telebrás e a Embratel não serão privatizadas. Ao contrário, esclareceu, vão ser fortalecidas no plano de abertura do setor de telecomunicações ao capital privado nacional e estrangeiro. Emenda do governo sobre o assunto será enviada hoje ao Congresso. Motta disse que a decisão não representa recuo, pois .em nenhum momento se falou em privatização dessas estatais.. Após a solenidade de abertura da 50ª Legislatura do Congresso, Motta explicou que o fortalecimento da Telebrás decorrerá do fato de que continuará como holding do sistema

⁴ Na verdade, a reforma do Estado sucumbiu ao peso de sua pretensão e de suas contradições internas. Dela resultaram algumas organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público, além de uma administração pública largamente desmontada e parcialmente substituída por contratos de terceirização. O símbolo mais evidente do fracasso da reforma foi a resistência do sistema universitário federal à sua transformação em organizações sociais, como modo de lhe ser atribuída a autonomia prevista no Artigo 207 da Constituição Federal.

⁵ **O Globo**, "Motta: corporativismo é o maior obstáculo", 12/2/95, p. 62.

de telefonia e ficará responsável pelo poder concedente. As concessões para o setor privado, inicialmente, disse Motta, ‘estarão limitadas aos segmentos onde há demanda reprimida’. O governo criará condições legais para que as empresas estaduais de telecomunicações tenham liberdade de ação, tanto na contratação de serviços como na aquisição de material e equipamentos. O ministro afirmou que dentro dessa estratégia serão incentivadas fusões abrindo espaço para a regionalização de algumas dessas empresas estaduais. Isso significa que uma fraca poderá se unir a outra forte da mesma região. A entrada do capital privado nacional e estrangeiro no setor, entende Motta, permitirá investimentos novos e oferta de serviço melhor. Ele citou como exemplo o Canadá, ‘onde empresas estatais e privadas convivem em harmonia’. (ênfase minha)”⁶.

Mais do que curiosidades históricas, as contraditórias declarações de Sérgio Motta e a descontinuidade da proposta de reforma do Estado são ilustrações do argumento de que os avanços do governo de Fernando Henrique Cardoso sobre a estrutura do Estado nacional em 1995 não decorreram, como seria mais lógico, e como Fernando Collor de Mello já havia sinalizado em seu curto mandato interrompido pelo processo de impeachment, da adesão transparente ao que se convencionou chamar de “projeto neoliberal”. Esse avanço se deu de forma não só oblíqua como sinuosa, porque não-declarada, o que não poderia deixar de causar, como causou, impactos negativos sobre sua forma, a comprometer sua consistência e ideal de perenidade. Isto pode não ter sido de todo ruim para a estrutura do Estado nacional e para futuros projetos nacionais de desenvolvimento econômico e social, dado o caráter relativamente inconcluso do projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso; projeto que aqui não teve a radicalidade e extensão, por exemplo, do caso argentino.

A idéia de agência reguladora: uma apreciação crítica.

A privatização de empresas estatais de infra-estrutura foi o marco mais avançado da ação do governo passado sobre a estrutura do Estado nacional. Essa privatização foi mais radical no caso do Sistema Telebrás. Neste, ao contrário dos sistemas elétrico e de petróleo, ocorreu uma transferência maciça de ativos estatais para o setor privado, acompanhada de uma quase total desnacionalização. O novo modelo institucional das telecomunicações brasileiras, em que pesem as dúvidas e hesitações iniciais do ministro das Comunicações, e o pouco tempo em que foi formulado, aprovado e posto em prática – da mudança constitucional,

⁶ *Correio Braziliense*, "Telebrás e Embratel não serão vendidas", 16/2/95, p. 10.

em agosto de 1995 ao leilão do Sistema Telebrás em 29 de julho de 1998 passaram-se menos de três anos -, resultou bem construído, dotado de uma certa elegância teórico-conceitual capaz de esconder por algum tempo suas inconsistências.⁷

Neste trabalho vou me fixar na análise de um elemento central do novo modelo; a idéia de *agência reguladora*, a partir da hipótese de que nessa idéia estão elementos conceituais que permitem melhor compreender os mecanismos ideológicos que sustentaram o processo de privatização de serviços públicos nos países periféricos. O trabalho está teoricamente assentado sobre os conceitos de *política* e *economia*, e, em última instância, sobre o conceito-síntese de *economia política*.

Agências reguladoras são, como disse, elementos centrais de processos de liberalizações e privatizações de operadoras de serviços públicos, tanto em países centrais quanto periféricos. Trata-se de entes administrativos capazes de, em tese, como reza a expectativa teórica dos mercados perfeitos da economia neoclássica, regular os mercados privatizados de modo equilibrado, autônomo e equidistante das influências do Estado, dos interesses privados, e dos consumidores. Um dado singular desses processos é a despreocupação teórica e prática com a categoria governo. Essa ausência, porém, é parte objetiva dos modelos, como se depreende desse trecho extraído de relatório do Banco Mundial:

*“A transição do monopólio estatal para múltiplos operadores requer nova atenção à regulação. Prevenir o operador dominante de abusar do seu poder de mercado (ao restringir a oferta e precificar por baixo os serviços competitivos) requer dispositivos adequados de contabilidade e de transparência, metas de desempenho, e controles de preço baseados em incentivo. A experiência mostra que novos provedores de serviço não serão capazes de se interconectar com o operador dominante em termos razoáveis sem a ajuda regulatória. Os provedores de serviço, tanto públicos como privados, devem operar a distância segura (at arm's length) do governo e estar sujeitos à disciplina comercial e à supervisão de um regulador independente”.*⁸ (ênfase minha)

⁷ Para uma visão completa e bem articulada da construção do modelo, em seus aspectos políticos e técnicos, ver José Prata, Nirlando Beirão e Teiji Tomioka, **Sérgio Motta, o Trator em Ação . os bastidores da política e das telecomunicações no Governo FHC**. São Paulo: Geração Editorial, 1999; e Alejandra Herrera, **Introdução ao Estudo da Lei Geral de Telecomunicações do Brasil**. São Paulo: Editora Singular, 2001.

⁸ World Bank, World Development Report 1994 . Infrastructure for Development, p. 114.

Eis aí uma característica essencial do modelo institucional das telecomunicações adotado no Brasil em 1997, com a Lei Geral de Telecomunicações: o viés antigoverno que traz consigo um igualmente nocivo **viés antipolítica**.⁹

Em 1980, na campanha eleitoral à presidência dos Estados Unidos, que levou Ronald Reagan à Casa Branca, um dos principais slogans da campanha republicana era: ‘*to take the government off the back of the people*’, ou seja, tirar o governo das costas do povo. Esse **viés antigoverno**, ou antipolítica, que não é exclusivo dos, em geral, mais conservadores republicanos, está na origem da democracia estado-unidense. Poucos se recordam hoje, mesmo na academia, de que as recém-libertadas colônias inglesas na América do Norte, em 4 de julho de 1776, tiveram como seu primeiro documento legal agregador os Artigos da Confederação Perpétua, aprovados em 1777 e assinados por representantes de Massachusetts, Nova Iorque, Connecticut, Pennsylvannia, Geórgia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, New Hampshire, Delaware, Virginia, Maryland e Nova Jersey. Isto é, os chamados *Pais Fundadores* da nova nação americana organizaram-se inicialmente como uma confederação de estados autônomos, por receio do poder excessivo de um *governo centralizado*, para eles reminescente da monarquia de que tinham se libertado. Essa opção política lhe causou, porém, preocupações imediatas: excesso de fronteiras nacionais, com cobrança de impostos, a dificultar o comércio; a necessidade de tratados em separado com governos estrangeiros; e um exército fragmentado, o que poderia ser fatal na hipótese de uma reação britânica. Mesmo assim, só em 1777 uma nova convenção foi convocada para a cidade de Philadelphia, na Pennsylvannia, com o fim de rever os Artigos da Confederação.

De um lado, nesse período, os partidários da confederação, dos quais os mais notáveis eram George Washington, líder da guerra revolucionária contra os britânicos e primeiro presidente da nova nação; Thomas Jefferson e Benjamin Franklin. Do lado dos federalistas, homens que não iriam se tornar internacionalmente tão conhecidos ao longo do tempo, mas os vitoriosos em seu tempo: Alexander Hamilton e James Madison. Os Papéis Federalistas constituem documento extraordinário desse período, escritos em sua maioria por Hamilton, este principalmente, e Madison, na defesa da opção por uma constituição republicana federativa. Constituição que somente iria ser ratificada, ainda assim por somente dez dos 13

⁹ Os conceitos de *política* e *governo* usados neste trabalho estão teórica e praticamente entrelaçados, a partir do entendimento clássico, que nos vem desde Maquiavel, de que a política, como “arte” ou como “ciência”, constitui a essência mais básica das formas e práticas de governo.

estados originais, em 2 de julho de 1788,¹⁰ para entrar em vigor em 4 de março de 1789, depois que a ela foi agregada uma Carta de Direitos, individuais, garantia maior, para aquela sociedade, de que o governo – ou o Estado, em nossos termos mais usuais – não interferiria em sua liberdade individual de expressão, de reunião, de petição contra a autoridade, como também, e principalmente, por extensão, de comércio e propriedade.

Além de não interferir na liberdade de imprensa, impedido que ficou o Congresso de fazer leis que a restringissem, no dispositivo mais universalmente conhecido da Primeira Emenda à referida Carta de Direitos.

O *governo* como um mal necessário, o ceticismo relativo diante da política, o desconhecimento generalizado, na população, da idéia mais ampla de *Estado*, o apego à liberdade individual – estes são traços dominantes da cultura política e administrativa dos Estados Unidos que estão na origem, cerca de 150 anos depois, de um outro, para eles, mal necessário: a imposição do governo sobre a economia. Essa imposição, iniciada no final do século XIX no setor do transporte ferroviário, para proteger os interesses dos fazendeiros produtores de grãos contra os abusos monopolistas dos operadores privados das ferrovias, ganharia novo impulso a partir dos anos 30 do século XX, no período Franklin Delano Roosevelt, na forma de “**independent regulatory commissions**”, dotadas de *funções quase-executivas, quase-legislativas e quase-judiciais*. Ou seja, um ente regulador que formula políticas, as implementa e fiscaliza, além de tomar decisões judiciais que têm valor de tribunais de primeira instância. Seus corpos dirigentes são colegiados, cujos membros têm mandatos dos quais não podem ser afastados exceto por renúncia ou falta administrativa grave.

Buscou-se lá, naquele momento, impor, como observou Barbosa Gomes, “*uma espécie de corretivo indispensável a dois processos que se entrelaçam. De um lado, tratase de um corretivo às mazelas e às deformações do regime capitalista. Do outro, um corretivo ao modo de funcionamento do aparelho de Estado engendrado por esse mesmo capitalismo*”¹¹.

Transportes, comunicações, energia elétrica, os serviços públicos em geral – estes foram setores que, por força da presença de empresas monopolistas, ou da necessidade de gestão técnica de bens coletivos, como o espectro radioelétrico, passaram a estar sujeitos, naquele período, à crescente regulação por ente vinculado à administração pública. Mas,

¹⁰ O referendo total somente seria atingido em 1790. Ver John William Tebbel, **Os Meios de Comunicação nos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 68-96

¹¹ Joaquim Barbosa Gomes, *Agências Reguladoras (uma reflexão de Direito Constitucional e Comparado)*. Brasília, mimeo, p. 2.

porque a cultura político-administrativa dos Estados Unidos, como visto, dado o seu peculiar desenvolvimento histórico, rejeitou sempre, mais do que em qualquer país de economia de mercado, a ingerência dos governos sobre a economia, esta iria se dar por meio do ente singular denominado ‘**comissão regulatória independente**’. Um ente que, por sua inventiva natureza política, jurídica e administrativa, seria capaz de oferecer aos mercados a segurança de que eles não seriam atropelados pela excessiva ingerência do aparelho governamental. Daí a idéia de **independência**, política e administrativa, avocada a esse ente que somaria competência e atribuições de natureza legislativa, executiva e judicial até hoje inaplicáveis a qualquer outro cenário nacional.

Mas, e valho-me novamente da argumentação de Barbosa Gomes:

“... os fatores e condições que impulsionaram o surgimento das agências reguladoras nos Estados Unidos seriam os mesmos que estariam conduzindo à guinada que representa para o Brasil a adoção da ‘nova’ forma de regulação e do novo tipo de estruturação estatal que ela engendra? Seriam idênticas as premissas impulsionadoras das mudanças ocorridas nos Estados Unidos ao longo do século XX e que aqui mal acabaram de se instalar?”. Ao que ele próprio responde: “Aparentemente, não”. E explica:

Lá, nos Estados Unidos “houve uma brutal (embora não abrupta) ruptura com uma concepção de Estado mínimo, identificado como ‘policing model’, isto é, um Estado alheio ao bem estar econômico da população, e sobretudo proibido de empreender intromissão mais arrojada em áreas tais como fixação de preços, disseminação de informações úteis aos usuários, imposição, consolidação e monitoramento de práticas concorrências justas, em suma, regulação de mercados”.

Já no Brasil, de modo diverso, “a nova regulação nasce em um contexto inteiramente diferente. Aqui se tenta abandonar uma concepção de Estado altamente clientelista, o qual, por certo, sempre foi ativo no campo da economia, mas não para regulá-la eficazmente, mas sim para servir aos interesses dos diversos estamentos superiores de que sempre foi ‘presa’. Doravante esse Estado pretende transferir a atores privados o essencial das atividades que antes detinha a título de monopólio ou quase monopólio, assumindo o papel de normatizador e fiscalizador. Trata-se, como se vê, de um implante, de uma ‘griffe’ aplicada a tecidos de textura diferente. Em suma, mais uma tentativa de ministrar o mesmo remédio a sintomas e pacientes com diagnósticos totalmente diferentes”.¹² (ênfase minha)

¹² Idem, p. 3-4

Em trabalho de menor fôlego, eu já havia discutido essa tentativa de transplantar para a nossa realidade, sem os devidos tempo de maturação e cuidados conceituais, a idéia de ente regulador ‘independente’.¹³ E é justamente na idéia forçada de independência que reside a maior fragilidade técnica e política do que se convencionou chamar no Brasil de ‘agência reguladora’. Vejamos o que diz dessa idéia um de seus principais formuladores entre nós, Carlos Ari Sunfeld, coordenador do grupo de consultores jurídicos que elaborou a Lei Geral de Telecomunicações:

*“‘Independência’ é uma expressão certamente exagerada. No mundo jurídico, preferimos falar de autonomia. Mas garantir a independência é fazer uma **afirmação retórica** (ênfase minha) com o objetivo de acentuar o desejo de que a agência seja autônoma em relação ao Poder Executivo, que atue e maneira imparcial e não flutue sua orientação de acordo com as oscilações que, por força até do sistema democrático, são próprias desse Poder”.* Na raiz desse arroubo retórico – um procedimento no mínimo estranho quando incorporado ao cerne de um instrumento legal -, o desejo de agradar ao investidor estrangeiro, como indica o próprio Sunfeld: *“No caso das agências reguladoras brasileiras recentes a outorga de autonomia parece haver objetivado, ao menos inicialmente (sic), oferecer segurança a investidores estrangeiros, atraindo-os para a compra de ativos estatais”.*¹⁴

Em outras palavras, a atribuição de autonomia para assegurar a tranqüilidade de investidores desconfiados de possíveis ações deletérias por parte dos governos, mesmo ao custo de reduzir significativamente a soberania popular por eles democraticamente conquistada nas urnas. Era tão forte a necessidade de tranqüilizar os investidores que não seria suficiente o recurso, já disponível no arcabouço legal, de emprego da forma autárquica convencional, definida no Decreto-Lei nº 200/67 como “o serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (Art. 5º, I).

Daí o **abuso retórico na Lei Geral de Telecomunicações do conceito de independência**.¹⁵ Não se tratava de uma questão administrativa e financeira – para o que

¹³ Murilo César Ramos, “Tão ruim quanto uma má idéia é uma boa idéia mal copiada”. Revista **Teletime**, p.36-38, Maio de 2003.

¹⁴ Carlos Ari Sunfeld, *Introdução às Agências Reguladoras*. In Carlos Ari Sunfeld (coord.), **Direito Administrativo Econômico**, p. 23-24. São Paulo: Malheiros Editores e SBDP, 2002, 1ª edição, 2ª tiragem.

¹⁵ O indicativo mais flagrante desse abuso está no Art. 9º, no qual se lê: *“A Agência atuará como (ênfase minha) autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.. Aqui os formuladores da lei foram buscar em recentes legislações européias liberalizantes a figura da Autoridade Administrativa Independente, adaptação local . em especial na França, Espanha e Portugal . das independent regulatory commissions norteamericanas, para mais uma vez retoricamente forçar na LGT a idéia esotérica de independência.*

havia ainda o recurso adicional do contrato de gestão¹⁶ - e, sim, uma questão essencialmente política. **Era preciso isolar o novo ente administrativo – definido artificialmente como “autarquia especial” da política, como se esta fosse um mal em si. Era preciso adornar o novo ente, a ‘agência’, de uma mística, ou, como prefiro, de uma *mítica técnica*, atrelando-o a um ‘Estado’ supostamente neutro, asséptico, imutável, livrando-o da contaminação política pelos governos partidários, ideológicos e conjunturais.** Por isso, a autonomia administrativa, financeira e patrimonial do regime autárquico clássico não era suficiente; ela teria que ser ‘especialmente’ complementada pela ‘independência política’, na forma de um colegiado em tese impermeável às alternâncias do poder executivo, características essenciais das democracias.

Tome-se o exemplo da Federal Communications Commission (FCC), a comissão reguladora das comunicações nos Estados Unidos. Não obstante a histórica rejeição da cultura política daquele país ao centralismo governamental e aos políticos profissionais, a lei estruturou o órgão regulador independente conforme a tradição do bipartidarismo dominante naquela tradicional democracia: ao partido periodicamente no poder – democrata ou republicano – caberia sempre a prerrogativa da maioria na comissão e, mais do que isso, ao Presidente da República eleito caberia sempre a prerrogativa de indicar o presidente, ou chairman, da comissão. Isto sem que o presidente tivesse que pertencer, necessariamente, aos quadros do colegiado dirigente do órgão regulador. Ou seja, o poder executivo, mesmo no caso daquele órgão regulador vinculado, não hierarquicamente, ao poder legislativo, e dotado ainda de competências e atribuições judiciais, tem nele o seu principal instrumento de *policy-making*, isto é, de formulação e implementação de políticas setoriais. Em suma, **a FCC é um ente administrativo inteiramente permeado pela política.**

Aqui, ao contrário, tentou-se criar um ente estranho, despolitizado, ‘técnico e apartidário’, como se fosse possível separar *política de governo* de *política de agência* ‘independente’; separar *política executiva* de *política regulatória*. Ao que consta de especulações do período, essa separação deveria ter sido ainda mais radical com a extinção do ministério das Comunicações, fundido a um genérico ministério da Infra-estrutura, deixando

¹⁶ Essa forma contratual foi adaptada à administração pública brasileira no contexto da reforma dos aparelhos de Estado no governo passado como forma de se conceder maior autonomia a autarquias prestadoras de serviços, que passariam a ser chamadas *agências executivas*, nos moldes de reformas gerenciais levadas a cabo em países como Nova Zelândia, Suécia, Holanda e, particularmente, o Reino Unido a partir de 1988 (ver Luiz Alberto dos Santos, op.cit., 48-50)

para a Anatel a condução quase total da política setorial.¹⁷ Por essa visão, atribuíam-se ao atual modelo institucional do setor e ao seu marco regulatório uma perenidade em tudo incompatível com a “artificialidade e ligeireza com que são tratados muitos dos assuntos de capital importância para a regular evolução e condução dos negócios públicos”.¹⁸

O que tem distinguido nossa realidade político-administrativa periférica, nos setores de infra-estrutura, da realidade correspondente nos países centrais da América do Norte e Europa é justamente essas *artificialidade e ligeireza* de que nos fala Joaquim Barbosa Gomes. As condições político-econômicas dadas pela gestão subordinada de nossas dívidas interna e externa são impedimentos objetivos à formulação e implementação de políticas estratégicas que levem a processos de desenvolvimento social autônomo e sustentado. A dependência macroeconômica externa tem nos levado a decisões fundamentais, como a privatização de empresas públicas, sem o devido tempo para análise e planejamento que a situação, complexa por definição, exigiria. Daí a improvisação de uma ampla e pretenciosa ‘reforma de Estado’ em menos de quatro anos; daí as contraditórias declarações de uma influente autoridade pública, como o ministro Sérgio Motta, em 1995, sobre uma ‘reforma estrutural das telecomunicações’ cujo desfecho, mesmo que fosse contra a vontade dele, já era conhecido. Fez-se aqui em três anos o que os países desenvolvidos europeus estão fazendo cautelosamente há mais de vinte, por meio de estudos abrangentes e diretivas submetidos a significativo escrutínio público, e político.

Não deve causar surpresa, pois, que novos governos, democraticamente eleitos, queiram rever, por exemplo, suas relações com as agências reguladoras ditas independentes. Na base desse desejo legítimo de revisão, a obrigação política, dado o resultado das urnas, de realizar o seu programa de governo. Mesmo que esses novos governos, no seu passado de oposição, possam ter perdido a oportunidade de entender melhor, política e administrativamente, essas agências reguladoras, mercê de posições históricas em favor da operação estatal de serviços essenciais de infra-estrutura, como a telefonia, por meio de empresas públicas.

¹⁷ Em geral, atribui-se a Sérgio Motta essa intenção, o que não é correto. Pelos documentos por ele deixados no ministério, antes de falecer em abril de 1998, a pasta seria reduzida a uma estrutura mínima responsável pela formulação das políticas setoriais, passando toda a execução, inclusive dos serviços de radiodifusão – hoje ainda concentrados no ministério – para a Anatel. A idéia de extinção do ministério das Comunicações, que seria fundido na pasta de infra-estrutura, com Transportes e Minas e Energia, chegou a ser aventada pelo ministro Pimenta da Veiga (1999-2001), no que receberia o apoio velado da Anatel, interessada em assumir fatia mais avantajada de poder.

¹⁸ Barbosa Gomes, *ibid*, p. 3.

A centralidade da política

Política é ruído, conflito. Política está muitas vezes próxima do caos. A política é o terreno dos homens, com tudo o que de bom e de ruim sua humanidade lhes dá. O reverso da política é a técnica; aqui seu terreno é o da ordem, do controle, da previsibilidade. A técnica, nesse sentido, seria um campo mais propício aos deuses, cujos poderes lhes permitem estar sempre muito próximos da perfeição. E é como deuses que muitos técnicos se sentem quando chegam às fronteiras do conhecimento em suas áreas de saber, como a da física nuclear que gerou artefatos capazes de em poucas horas, se usadas em sua plenitude e quantidades, poriam fim à experiência da humanidade sobre a face da Terra. Nos dias de hoje, em que a ameaça da destruição nuclear em massa parece ter se ido com o desmonte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o fim da Guerra Fria nos anos 90 do século XX, a técnica potencialmente mais destrutiva pode estar presente, não obstante o caráter teórico arriscado, e hiperbólico, dessa afirmação, nas hipóteses sociais e nas ferramentas matemáticas da ciência econômica que oferece suporte ao neoliberalismo.

Ciência econômica que, graças ao cérebro brilhante do economista e filósofo social Friedrich Hayek, transformou-se na ideologia política global dominante na passagem do século XX ao XXI, resultado da conjunção intelectual do que Perry Anderson chamou de o ‘mais importante quarteto de teóricos europeus da *direita intransigente*’, na transição dos séculos XIX e XX (ênfase minha): o historiador britânico Michael Oakeshott (1901-1990); o jurista alemão, Carl Schmitt (1888-1985); o filósofo alemão, Leo Strauss (1899-1973); além do austríaco Hayek (1899-1991).¹⁹

Para Strauss, por exemplo: “Uma ordem política justa deve se basear nas exigências imutáveis do direito natural. A natureza, entretanto, é inerentemente desigual. *A capacidade de descobrir a verdade está restrita a uns poucos, e a de aceitá-la a uns poucos mais. Portanto, o melhor regime deverá refletir as diferenças em excelência humana, e ser governado por uma elite apropriada.*²⁰ Quanto a Michael Oakeshott, para ele a política seria uma atividade de segunda categoria; por isso, entendia que política e filosofia tinham que ser categoricamente separadas; política, segundo ele, envolvia intrinsecamente” *vulgaridade mental, lealdades irreais, objetivos ilusórios e falsas significâncias*”.²¹ (ênfases minhas).

¹⁹ Perry Anderson, Friedrich von Hayek: A direita intransigente no fim do século., In **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 320.

²⁰ Idem, p 325.

²¹ Idem, p. 328.

Desde que na antiga Grécia começou-se a pensar e a praticar a democracia - a forma de conquista e exercício do poder de governo pelo povo, em oposição ao poder autocrático do soberano -, o dilema se instalou: como assegurar a boa prática da política, do governo em nome de todos e para o bem de todos, se os políticos, se os homens e, eventualmente, também as mulheres, investidos do poder de governar, tendem invariavelmente a pensar mais no seu próprio bem do que no bem comum.²² “A política”, escreveu Marco Aurélio Nogueira, “solicita uma concessão difícil de ser feita: ela pede que os indivíduos e os grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponham-se na perspectiva dos demais. Seu grande desafio é criar as condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral”.²³

Daí que a idéia do governo dos homens bons, de elite, com excelente formação em todos os campos da atividade humana necessária à condução dos destinos de outros homens menos privilegiados, sempre rondou a discussão teórica e prática da democracia. Idéia que se tornaria mais forte na medida em que o governo evoluía para formas progressivamente mais complexas de representação eleitoral parlamentar e executiva, e de alternância de poder.

Mas, esta é uma idéia, como vimos, historicamente associada à reação do pensamento conservador. A perfeição moral, ética e técnica que se pretende dos governantes tende a encontrar respostas mais imediatas e prontas nas formas autoritárias de governo, em especial nas ditaduras. Aliás, as ditaduras contemporâneas refletem de forma distorcida a idéia original das ditaduras romanas, pela qual, em tempo de crise republicana, um regime de exceção, liderado por um presumível homem bom, tomaria as rédeas do poder por um tempo limitado, até que a ordem social, política ou econômica fosse restabelecida. Contemporaneamente, a idéia de uma ditadura do proletariado deveria ter, segundo a concepção original de seu formulador, Vladimir Ilitch Lênin, sido apenas uma etapa de transição socialista para a sociedade comunista em que todos, conforme sua capacidade, gerariam o bom comum para todos, conforme sua necessidade. Mas, não o foi; seu resultado mais concreto foi ter aberto o caminho para o arbítrio genocida stalinista, sob o qual começou a soçobrar o projeto socialista do qual fora um dos primeiros artífices, no início do século XIX, o Conde de St. Simon, para quem a virtude dos governos seria encontrada na comunidade ilustrada, *técnica*, dos industrialistas do seu tempo.

²² Norberto Bobbio. *A Política*. In **Norberto Bobbio: o Filósofo e a Política . Antologia**. Por José Fernández Santillán (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, p. 140.

²³ Marco Aurélio Nogueira. **Em Defesa da Política**. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 29.

Mas, retornando a Nogueira, “não é possível pensar a política - o governar, o administrar, o decidir - como um ato e um espaço submetidos a rígidos controles técnicos (...) **O predomínio unilateral e autônomo dos técnicos - a autoridade dos especialistas - empurra os cidadãos para os bastidores da decisão política. Corrói e enfraquece a democracia.** Os técnicos e seus conhecimentos serão sempre bem-vindos ao campo do governar, do decidir e do administrar, mas desde que se submetam a uma perspectiva maior, que os engloba e disciplina. Se não podemos nem devemos querer dispensar os especialistas, temos de saber como impedir que eles se substituam a todos os demais e colonizem o espaço da política”.²⁴ (ênfase minha) E Nogueira acrescenta: “A principal função da política é dar perspectiva às pessoas - tornar autoconsciente uma comunidade”. Mas, “a dimensão técnica da vida conspira contra a política. São tantos e tão complexos os problemas com que se defrontam as comunidades modernas, que o recurso aos peritos tornou-se inevitável. O arsenal com que se opera no círculo das decisões nos intimida e oprime”.²⁵ Em decorrência, acrescenta, “o cidadão perde terreno para o especialista, que se converte no personagem central da vida política, como observou Norberto Bobbio”.²⁶

No entanto, apesar da observação aguda de Bobbio, quando se estuda política e governo, não são os técnicos que nos desafiam; não estão neles, em geral, as chaves que nos ajudam a compreender melhor a relação entre sociedade e história.

De José Bonifácio a Joaquim Nabuco; de Rio Branco a Ruy Barbosa; de Getúlio Vargas a Jango, Jânio e Juscelino; de Tancredo Neves a Ulysses Guimarães a Leonel Brizola; de Fernando Collor de Mello a Luiz Inácio Lula da Silva, passando por José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso: grandes referências nacionais, e este é um processo que encontra similares em todos os países, vêm do ambiente complexo e contraditório da política, e não da especialização técnica. Se em suas vidas, cada um deles, nas funções parlamentares e legislativas que executaram, contaram com a colaboração sistemática de assessores, com formação técnica especializada nos mais diversos campos, suas contribuições à vida social resultaram da circunstância de terem sido seres políticos por definição e essência. E aqui não se faz juízo de valor sobre suas qualidades pessoais para o exercício das funções para que tenham sido eleitos ou designados.

²⁴ Idem, p. 44.

²⁵ Idem, p. 47.

²⁶ Norberto Bobbio. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 7ª ed., p. 46.

Nicolau Maquiavel, o seminal pensador italiano que, em **O Príncipe**, assentou as bases conceituais e teóricas para o que viria a ser a politicologia moderna,²⁷ estabeleceu para os governantes duas características essenciais: *virtú* e *fortuna*. A primeira diz respeito às qualidades pessoais do governante, que o credenciarão para o exercício do poder soberano; entre elas qualidades morais e éticas. A segunda deriva de uma circunstância fora do alcance do soberano, e diz respeito mais à conjuntura do seu tempo e as realidades objetivas materiais de que poderá dispor; *fortuna* aqui tem o sentido da *sorte*. Observe-se que o primeiro e, por isso, até hoje, o mais importante teórico, e conselheiro, de homens de governo, não se ocupou de qualidades técnicas específicas que seriam essenciais ao exercício do poder.

Lancemos nossos olhos por um momento para o terceiro poder das democracias modernas, o Judiciário. Quem consegue lembrar-se, no Brasil, de um membro de tribunal superior que tenha alcançado a dimensão social e pública dos brasileiros mencionados acima, que fizeram suas vidas políticas nos poderes executivo ou legislativo? A Justiça ostenta um distanciamento muito grande da vida das pessoas, que pode ser explicado, de um modo positivo, pelo caráter essencialmente técnico que devem ter as decisões do juiz. Não seria por outra razão que a imagem popular da Justiça é a de uma mulher, que tem em uma das mãos uma balança em equilíbrio, na outra uma espada, e nos olhos uma venda. A mulher é a mãe, justa, capaz de punir sem favorecimentos, porque cega aos interesses conflitantes de seus filhos e filhas, sejam ricos ou pobres. Há, porém, um outro modo, não tão positivo, de se ver esse distanciamento entre a justiça e o cotidiano das pessoas, em que ela aparece despida da venda e livre da balança, embora não da espada. A justiça, não obstante seu desígnio do cumprimento cego da lei, sem distinção entre aqueles a que se deve aplicá-la, é também toda ela permeada pelas contradições e ambigüidades da Política. Mas, na sua insistência, ideológica, de se ver, e se apresentar, como o mais técnico dos poderes democráticos, pode estar a explicação mais lógica da distância que existe, aqui e em outros lugares, entre a justiça e a cidadania. Esta é uma lógica que se constata na própria linguagem de que se vale a justiça para construir, aplicar e explicar suas decisões. Uma linguagem que de tão, desnecessariamente, técnica, torna incompreensíveis à pessoa comum as suas ações, o que já não é, em geral, o caso dos poderes executivo, e principalmente do legislativo.

²⁷ Ver Luciano Gruppi, **Tudo Começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

A correção técnica, não importa a complexidade do problema tratado, pode sempre ser traduzida em linguagem acessível à maioria das pessoas minimamente educadas. A aplicação sistemática de jargões não é um imperativo científico. É a isso que Boaventura de Sousa Santos se refere, quando nos fala de uma dupla ruptura epistemológica.²⁸ Segundo ele, ciência e senso comum interpenetram-se o tempo todo, mas a aventura científica não se faz apenas com o conhecimento do dia a dia, com suas explicações singelas sobre os problemas da vida e da natureza. Mas, o cientista, em especial o cientista social, se rompe epistemologicamente com o senso comum, para com teoria e método buscar a verdade das coisas, ao descobri-la, ou dela se aproximar, tem o dever ético de praticar a segunda ruptura, de modo a poder devolver ao senso comum toda a profundidade de suas descobertas.

Por isso, quando os praticantes de um corpo de conhecimento social passam a operar seu ofício de um modo que o afasta do alcance da maioria das pessoas, isto pode ocorrer por duas razões principais: ou o praticante tem escasso domínio do ofício, a ponto de não conseguir explicá-lo sequer para si, quanto mais para outros; ou o praticante tem pleno domínio do ofício, mas quer mantê-lo fora do alcance do outro. E o faz, em geral, como forma de acumular poder sobre o outro, e assim melhor dominá-lo.

Em nenhum outro campo da ciência social isto é mais verdadeiro hoje do que na economia. Adam Smith, a quem pode se atribuir a origem do pensamento econômico liberal que serve hoje de sustentação ideológica ao neoliberalismo, antes de escrever a sua seminal investigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações²⁹, produzira, com dezessete anos de antecedência, uma obra dedicada a teorizar sobre a relação entre acumulação de riqueza e sentimentos morais.³⁰ A preocupação de Smith com uma teoria de sentimentos morais, com o sentido ético das orientações econômicas, não é comumente encontrada na agenda dos economistas contemporâneos dedicados a pregar a supremacia de uma teoria de *laissez faire* sustentada por complexos modelos matemáticos de explicação e previsão, dos quais a mera idéia de uma moral econômica está sumariamente afastada. Como afastada está, por razões similares, até mesmo a idéia clássica de uma economia política.

“A crise da política”, diz Pietro Barcellona, “é o domínio do mercado sobre o Estado,

²⁸Ver Boaventura de Sousa Santos. **Introdução a uma Ciência Pós Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

²⁹ Adam Smith, **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. New York: Modern Library (edição original: 1776).

³⁰ Idem, *The Theory of Moral Sentiments*. Indianapolis: Liberty Classics (edição original: 1759).

o enfraquecimento das instituições e da cultura da solidariedade. É o mergulho numa situação de risco e perigo: sem a política, toda a sociedade se precipita em uma luta obscura destituída de objetivos claros e distintos. Os interesses e as paixões são postos em cena sem forma, na sua materialidade brutal, no seu extremismo radical”.³¹ Ao que acrescentar, Marco Aurélio Nogueira, “o fim da política seria a entrada em cena da força no lugar do diálogo, da arrogância e da prepotência no lugar da tolerância, das igrejas, da Fé e do dogmatismo no lugar da Razão, do livre-arbítrio e da autodeterminação dos povos. Seria o reforço categórico dos homens providenciais e não dos homens comuns, da autocracia e não da democracia”.³² Isto porque a “política é o principal instrumento para que se possa pensar o social como espaço organizado: espaço instituído, construído, articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias”.³³ E, acrescenta Nogueira: “Não há como reinventar o governo - a ciência e a arte de governar - sem uma radical valorização e recuperação da política. A política, como disse Pietro Barcellona, é ‘visibilidade das razões antagônicas, transparência do conflito e das necessárias mediações; é busca de equilíbrio a partir de uma límpida explicitação das diferenças. Ela nos convida a transformar as pulsões e as emoções em pensamentos e argumentações comunicáveis e representáveis’”.³⁴

A economia e o divórcio da política

A política vive, hoje, não obstante toda a argumentação que se possa fazer em seu favor, uma crise profunda, que não decorre apenas do duro julgamento que o senso comum dela faz, mercê da desconfiança que tem dos políticos profissionais e suas práticas egoístas, quando não abertamente venais. Isto é particularmente sensível em uma realidade política como a brasileira, permeada por uma tradição de compadrio, de clientelismos e de relações fisiológicas no trato com a coisa pública. Nossos políticos profissionais não são, como de resto tantos em todo o mundo, exemplos de retidão moral e comportamento ético na gestão do bem comum. Isto, entretanto, não é suficiente para explicar a profundidade da crise da Política em nosso tempo. Bons e maus políticos existiram sempre, e jamais deixarão de existir. Como dito acima, a política é terreno dos homens, e não de divindades ungidas pela perfeição de caráter.

³¹ Pietro Barcellona. **Política e Passioni**. Turim: Bollati Boringhieri, 1997, p. 8, apud Marco Aurélio Nogueira. **Em Defesa da Política**. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 17.

³² Nogueira, *ibid.* p. 21

³³ *Idem*, p. 27

³⁴ Barcellona, *ibid.*, apud Nogueira, *ibid.*, p. 117.

A crise da política em nosso tempo é também de natureza ideológica, programática. A origem dessa crise está na falência da experiência comunista da União Soviética, que pareceu ter levado de arrasto no final do século XX a histórica divisão política entre esquerda e direita. Ali, pareceu ter ficado sem sentido o argumento de Nogueira de que a política é o principal instrumento para que se possa pensar o social como espaço organizado: espaço instituído, construído, articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias”. Ou, ou o argumento de Barcellona, para quem a política é “visibilidade das razões antagonicas, transparência do conflito e das necessárias mediações; é busca de equilíbrio a partir de uma límpida explicitação das diferenças”. Afinal, conflitos, antagonismos e hegemonias estavam varridos para o limbo de uma História que atingira seu fim.³⁵ Já não mais seriam necessárias as razões antagonicas, a explicitação das diferenças. O liberalismo político triunfara, mas não só ele; o capitalismo econômico era insubstituível como forma final de organização social. A forma das sociedades democráticas de mercado, pelo mercado e para o mercado. Se vivo, Friedrich Hayek já não precisaria mais ponderar que “um regime autoritário que reprimisse o sufrágio popular, mas respeitasse o domínio do direito, poderia ser melhor guardião da liberdade do que um regime democrático sujeito às tentações de intervenção econômica ou de distribuição social”.³⁶

Esse “Estado de Direito não democrático”, por paradoxal e contraditório que seja, é síntese perfeita do ideário neoliberal mais radical, pela negativa absoluta que contém da necessidade da política para a condução da economia. Ele seria o Estado de Direito revestido do dever legal único de assegurar a liberdade dos mercados. Um Estado de capitalistas e consumidores, sem qualquer possibilidade de mediação social conduzida pelas idéias de direitos humanos e de cidadania. De algum modo, essa perspectiva, que pode limpidamente ser qualificada de reacionária, porque mais do que conservadora, materializou-se, nas décadas de 80 e 90 do século XX, em regimes autoritários do capitalismo periférico asiático e latino-americano, na Indonésia, Malásia, Hong Kong, Tailândia, e Chile, por exemplo. Ironicamente, nesse início do século XXI, ela é a perspectiva dominante na economia da China, a que mais cresce no mundo, sob o domínio de um hipotético partido comunista.

A idéia de democracia política, no entanto, tornou-se contemporaneamente uma força hegemônica e, livre da pressão que sobre ela fazia o autoritarismo soviético, impôs-se sobre o mundo no final do século, impulsionada pelo liberalismo moderno irradiado dos países

³⁵ Ver Francis Fukuyama, **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

capitalistas centrais. A esses não fazia mais sentido, econômico inclusive, impor ditaduras impopulares, por isso instáveis, na sua periferia, uma vez que fora vencido o inimigo soviético, e deixara com ele de existir o perigo comunista. Também aqui a História parecia encontrar um fim. Suposto fim que veio na forma de uma nova hegemonia liberal, despida das concessões econômicas sociais que, pela via da social democracia, se vira forçada a fazer no processo de enfrentamento do comunismo. Hegemonia que representou o fim do Estado de Bem Estar keynesiano, com suas políticas de compensação social, e sua crença na Organização das Nações Unidas como as instituições mais aptas a promover o desenvolvimento em todo o mundo. Instituições como a Unesco (United Nations Education, Science and Culture Organization), FAO (Food and Agriculture Organization), IWO (International Work Organization), WHO (World Health Organization), Unctad (United Nations Conference for Trade and Development), foram substituídas progressivamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Organização Mundial do Comércio (OMC), como os foros privilegiados de estruturação capitalista. Se na ONU, excetuado o Conselho de Segurança, com o dispositivo de veto atribuído aos raros países membros³⁷, prevalecia a idéia democrática de um país um voto, junto com a idéia de desenvolvimento pela base, nos novos foros tipicamente econômicos prevaleceria a lógica financeira e/ou mercantil, que assegura o poder de decisão aos participantes economicamente mais fortes. Isto é particularmente verdadeiro nos casos do FMI e Banco Mundial, que são instituições financeiras em sentido estrito, controladas de direito pelos principais fornecedores de seus capitais, os países mais ricos do mundo, reunidos no foro G-8 (Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Japão e Rússia), sob a hegemonia incontestável dos Estados Unidos, com sua crença no desenvolvimento pelo topo.

Foi, portanto, nesse cenário que se impôs o modelo de reestruturação econômica capitalista neoliberal hayekiano, mas associado à idéia de democracia política para todos. Era um modelo que para se tornar hegemônico, por exemplo, na América Latina, não poderia mais depender de ditaduras brutais como a de Augusto Pinochet no Chile. Mas que, para isso, precisaria promover o divórcio conceitual entre economia e política. Aquela seria o terreno dos semideuses científicos portadores da sabedoria técnica, preferencialmente, matemática que tudo pode antever, ver e prever no reino das necessidades humanas. Já a política seria o

³⁶ Anderson, 'Friedrick von Hayek: A direita intransigente no fim do século', *ibid.* p. 332.

³⁷ São membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU os Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Rússia e China.

reino, tolerado, dos homens e mulheres imperfeitos, muitos dos quais irremediavelmente desonestos, submetidos periodicamente ao escrutínio de outros homens e mulheres igualmente imperfeitos, incapazes por definição de, a não ser por acaso, fazer as escolhas eleitorais mais adequadas aos interesses do capital.

Os dois pilares desse modelo, que se estendeu pelo mundo todo, não ficando restrito à América Latina, foram, como já acentuei no início deste artigo, na referência ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a privatização de empresas estatais de infra-estrutura, entre elas as de telecomunicações, e a reforma dos aparelhos de Estado. Pela primeira, encerrar-se-ia a era das grandes operadoras estatais de serviços públicos, inclusive as européias, as pioneiras e as maiores. Pela segunda, reduzir-se-ia ao máximo possível, em número e quantidade de funcionários, as organizações de governo que dão materialidade institucional do Estado. Do cruzamento entre o fim das empresas estatais de infra-estrutura e a reforma do Estado deu-se a emergência entre nós, conforme analisado acima, das agências reguladoras independentes, ou autônomas. Agências técnicas, acima de tudo, impermeáveis às oscilações conjunturais da política, às oscilações eleitorais sobretudo. Ronald Reagan não queria tirar o governo das costas do povo apenas para manter-se fiel aos ideais libertários dos pais fundadores dos Estados Unidos, em particular dos confederacionistas. Ele o queria para dar aos mercados a plena liberdade de movimentos que a utopia conservadora neoliberal pregava. Mesma razão pela qual o receituário do Banco Mundial para as privatizações de empresas estatais sustentava a necessidade de órgãos reguladores capazes de ficar at ‘arm’s length’ dos governos.

Conclusões.

A política é a essência da democracia. Qualquer esforço de substituí-la pela técnica é negar a possibilidade democrática. Isto é o que fazem, como visto, as ditaduras: impor sobre as sociedades o tecnicismo jurídico e econômico, supostamente capazes de redimilas. E aqui um paradoxo se sobressai: nenhuma ditadura foi mais tecnicista no passado do que a soviética, com sua máquina estatal de planejamento centralizado a querer definir em Moscou quantos parafusos de reposição para assentos de tratores seriam necessárias anualmente na Sibéria.³⁸ Como nenhuma ditadura é mais tecnicista hoje do que a chinesa, que dispõe de aparato semelhante de planejamento centralizado, seja para definir a produção de peças de reposição

³⁸ Ver Abel Aganbenkian, **A Revolução na Economia Soviética: a Perestroika**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.

para maquinário agrícola, seja para peneirar os investidores locais ou estrangeiros que terão acesso aos diferentes mercados. Foi a política, na forma da glasnost,³⁹ que destruiu por dentro a ditadura soviética; glasnost que não encontra, nem jamais vai encontrar, eco no ‘socialismo de mercado’ de Deng Xiao Ping. A China capitalista afigura-se hoje como uma ditadura para sempre, a menos que um dia aquela nação se encontre com a política.

Mas, até mesmo o mero primado da técnica sobre a política é incompatível com a democracia. Nem os Estados Unidos, quando criaram e desenvolveram seu modelo de regulação estatal de mercados, na forma das comissões reguladoras independentes, as fez desvinculada da política. Lá, tais entes administrativos são organismos de governo; sua independência, sempre relativa⁴⁰, se dá pelo intrincado equilíbrio entre atribuições executivas, legislativas e judiciais; pela subordinação ao legislativo, embora cumpra funções executivas; pela existência de uma burocracia estável, academicamente bem formada e bem remunerada; e pela gestão autônoma do seu orçamento. Logo, a constatação se impõe: o exagero retórico que fez o legislador brasileiro assumir como desejável, e até possível, um organismo regulador independente em nossa realidade, não decorre da necessidade imperativa, estrutural, de descolá-lo da política. A independência das agências reguladoras periféricas, e não apenas no Brasil, é contingência de nossas posições subordinadas na ordem capitalista internacional, por força principalmente do alto endividamento interno e externo, que nos torna aos olhos da comunidade financeira internacional maus pagadores potenciais. Daí o discurso duro dessa comunidade sobre ‘marcos regulatórios’ não apenas estáveis, mas pétreos; sobre contratos que não podem ser quebrados em hipótese alguma, como se renegociações eventuais não fizessem parte da lógica desse tipo de relação administrativa; e sobre ‘agências independentes’, como se essa idéia, esotérica em nossa tradição administrativa, fosse capaz de tornar esses entes soberanos diante até mesmo de governos democraticamente eleitos.

Mas, uma vez exposto o argumento do divórcio entre agências reguladoras e a política, e admitida a sua razoabilidade, como promover a reconciliação entre agências reguladoras e política?

Primeiro, deixe-se claro que o argumento comporta a idéia de organismos reguladores como agentes potenciais de imposição de racionalidade social aos mercados, cujo fim

³⁹ Ver Mikhail Gorbachev, **Perestroika . Novas Idéias para o Meu País e o Mundo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

absoluto é a apropriação privada de lucros máximos sob quaisquer condições de distribuição de renda e consumo. Esses organismos podem ser úteis e necessários à minimização dos efeitos estruturais concentradores do capitalismo, desde que - e aqui o olhar é para o caso brasileiro - existam:

a) na forma autárquica autônoma tradicional no direito administrativo brasileiro, despida da retórica esotérica da independência destinada a aplacar potenciais incertezas de investidores estrangeiros, mas investida das condições normativas para a plena gestão administrativa e financeira de seus recursos materiais e humanos;

b) na forma colegiada de gestão superior, com mandatos de quatro anos, estáveis, não renováveis e não coincidentes, transversais aos mandatos presidenciais, preenchidos em igual número pelas duas Casas do Congresso Nacional;

c) na forma de uma presidência de colegiado com mandato coincidente com o do presidente eleito, de modo a poder ser por ele livremente nomeado e substituído;

d) na forma de um organismo verdadeiramente público porque permeado amplamente pela publicidade de seus atos, discutidos e justificados, em reuniões, sessões, audiências e consultas públicas.

No entanto, a reconciliação das agências reguladoras com a política, e este é o segundo ponto central desta conclusão, não pode se esgotar em medidas normativas como as acima expostas, todas, de algum modo, já encontráveis em sistemas político-regulatórios existentes em diferentes partes do mundo. Medidas pontuais como estas são necessárias, mas não suficientes ao reencontro das agências reguladoras com a política, naquelas realidades nacionais, como a nossa, em que o divórcio foi artificialmente imposto; griffe neoliberal talhada para qualquer modelo nacional, as medidas dadas tão somente pelo capital.

Em trabalho anterior,⁴¹ busquei fazer a distinção entre dois modelos de regulação setorial que, a título de distinção metodológica, e na falta de melhores qualificativos, chamei de a) *regulação jurídico-econômica*, e b) *regulação político-social*, e assim defini:

Regulação jurídico-econômica é aquela que tem no mercado a sua raiz, que se materializa em ambientes institucionais formais, privilegia a esfera privada, e se projeta em

⁴⁰ A captura de organismos reguladores pelos entes regulados é uma constante em sua história, e existe vasta literatura sobre o assunto. A captura pode, em tese, se dar também por movimentos sociais e organizações de defesa do consumidor, mas esta existe ainda apenas como hipótese acadêmica.

⁴¹ Murilo César Ramos, Universidade de Brasília, Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologia das Comunicações, mimeo, 2003.

instrumentos legais cujo foco principal é a geração de lucros para os agentes prestadores dos serviços sob regulação.

Já a *regulação político-social* seria aquela que tem no Estado a sua raiz, que também se materializa em ambientes institucionais formais, mas privilegia a esfera pública e a cidadania, e se projeta em instrumentos legais cujo foco principal é a geração de bem estar social.

No esforço de melhor clarificar a distinção conceitual acima, lancei mão da seguinte definição de regulação:

“Regulação pode ser definida como um conjunto de restrições impostas pelo Estado sobre a liberdade dos indivíduos e organizações para tomar decisões econômicas. Esse poder coercitivo do Estado é respaldado pela ameaça de imposições de penalidades. Regulação econômica está geralmente associada a restrições impostas pelos governos sobre as decisões das firmas quanto a preços, quantidades e entrada e saída de mercados, embora a qualidade do produto também possa ser uma variável regulada”.⁴²

Útil por sua simplicidade, essa definição evidencia com clareza os componentes ontológicos que a credenciam para ilustrar o que chamei de regulação jurídico-econômica. Ela parte da idéia do Estado-coerção, penalizador, cuja finalidade última é coibir e não promover, ou seja, é negativa, e muito embora mencione os indivíduos, sem qualificá-los, em pé de igualdade com as organizações, o faz apenas na condição de sujeitos de decisões econômicas. A definição equipara Estado com governo, e o coloca como instância restritiva sobre as decisões econômicas das firmas. Em momento algum, a definição se aproxima do político e do social, aqui identificados com o Estado, a esfera pública e o bem estar. Ela parece colocada como afirmação objetiva de um cânone imune a qualquer abordagem crítica.

Abordá-la criticamente é, não obstante, o que procurei fazer, com o fim de melhor justificar teórica e conceitualmente a idéia de regulação político-social como a que deveria fundar e sustentar modelos político-regulatórios que se pretendam democráticos e ocupados na promoção da cidadania e do bem estar social.

O resultado último deste trabalho foi, então, formular um conceito ampliado de regulação que superasse o meramente econômico, ou o meramente jurídico, ou mesmo a combinação perfeita desses dois, incorporando o político como variável essencial, vinculando a idéia de regulação a de Estado Democrático no qual impere a efetiva participação popular

no processo político, nas decisões do Governo, no controle da Administração Pública. Conceito tentativamente chamado de *regulação político-social*, em contraposição à regulação jurídico-econômica. Esta, a regulação jurídico-econômica, mais próxima teoricamente da chamada *ciência* econômica, e do Estado neoliberal, e, aquela, a regulação político-social, da economia política crítica, mais aderente às idéias de direitos humanos e do Estado do Bem Estar Social.

A necessidade de reconciliação das agências reguladoras com a política nada mais é, portanto, do que sintoma de doença social maior e mais grave; a despolíticação radical da vida imposta progressivamente desde o último quarto do século por uma ideologia que, nascida sob o pretexto de combater o comunismo, tinha por objetivo final o estabelecimento de uma ditadura da razão econômica, gerida por técnicos ilustrados pelas certezas matemáticas das relações sociais equilibradas, em última instância, pelas leis da oferta e da procura. A própria metáfora do *laissez-faire* não deixa dúvidas: as leis da economia seriam tão certas de existir quanto as leis da natureza; nos bastaria descobri-las pelo uso dos métodos matemáticos das verdadeiras ciências, para saber como menos transtorná-las pela ação das emoções humanas, dentre elas, e principalmente, as emoções da política.

Transtornar a economia com as emoções da política é o argumento final deste trabalho. E isto nada mais é do que recolocar a *economia política* no centro do debate social contemporâneo. Uma tarefa teórica simples, na aparência, mas que, nesse mundo dominado sem piedade pelos capitais rentistas, assume ares não da utopia que alimenta esperanças, porque sustentada permanentemente pela crítica, mas da missão impossível que só se vence no cinema, e que, por isso, transforma em ficcionistas aqueles que tentam nos dias de hoje, confrontar o cânone neoliberal.

Brasília, julho de 2004

⁴² André Luís Rossi de Oliveira, *A regulação do setor de telecomunicações.*, Universidade de Brasília, Departamento de Economia, apostila, Curso de Especialização em Regulação de Telecomunicações, 2000, p.1.

Globo – o desafio da convergência

Gustavo Gindre

Coordenador-Geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS)

“Já que a legislação permitiu 'vender o corpo', que é a infra-estrutura, tem que 'preservar a alma', que é o conteúdo”

A frase acima aparece sem a menção ao autor porque, recentemente, me deparei com ela, a mesma citação, dita por duas pessoas diferentes em distintas ocasiões. Na primeira vez, eu estava à mesa de debates do III Encontro Internacional de Televisão e a frase foi pronunciada pelo meu então companheiro de palestra, o vice-presidente de relações institucionais da Globo, Evandro Guimarães. Guimarães é o operador político da Globo e seu escritório, ao contrário da Central Globo de Jornalismo (São Paulo) e do Projac (Rio de Janeiro), fica diretamente em Brasília. Depois, a mesma fala apareceu em entrevista do presidente do Grupo Globo, Roberto Irineu Marinho, à revista PayTV⁴³ (nº 122). Pode-se, portanto, notar que esta é uma avaliação institucional da Globo. Parece-me, por motivos que espero deixar claros aqui, que será em torno desta fala que a Vênus Prateada irá organizar o seu futuro.

Este texto visa, apenas, destrinchar, esmiuçar, o significado que a Globo confere à citação acima. Daí, acredito, pode nascer um perfil mais acurado da estratégia que a Globo trilhará nos próximos anos.

Como chegou até aqui

No final dos anos 90 o processo de digitalização dos meios de comunicação de massa ainda não era uma realidade, mas podia-se distingui-lo no horizonte. Sabia-se, por exemplo, que TV aberta, TV paga e rádio estariam transmitindo sinais digitais em alguns anos. De outro lado, já tomava corpo a implantação de tecnologias digitais nas telecomunicações, fixa e celular.

Com isso, as transmissões de textos, imagens, sons e vídeos seriam todas igualadas à uma quantidade diferente da mesma informação: os bites. A diferença entre transmitir um

texto ou um vídeo passaria a ser meramente quantitativa: somente mais informação, mas não uma informação diferente. Ou seja, uma rede banda larga estaria apta a transmitir qualquer conteúdo, indistintamente.

Esta é a ante-sala do processo de convergência tecnológica, onde a diferença entre os meios de comunicação vai progressivamente diminuindo.

Claro que, dito assim, parece fácil. Mas, na prática, há diversas questões a serem superadas antes que possamos falar em uma hipermídia digital, que tenha “metabolizado” as diferentes mídias analógicas. Existem pesquisadores, inclusive, que não acreditam que chegaremos a um cenário de convergência completa.

São definições de ordem técnica, mas também na reformatação dos modelos de negócios atuais, pensados para lidar especificamente com cada uma das mídias analógicas.

Um dos mais sérios problemas a serem resolvidos (mas, nem de longe, o único) é o do “canal de retorno”. Uma TV, ou um rádio, para serem interativos (como são as linhas telefônicas) terão que agregar um canal de retorno partindo do antigo receptor às estações transmissoras. Quando escrevo, no ano da graça de 2005, ainda não existem resultados totalmente maduros, embora já se saiba ser, apenas, uma questão de tempo.

Claro que as dificuldades eram ainda maiores no final dos anos 90. Mas, as grandes empresas (de telecomunicações e de mídia) já supunham que uma guerra entre elas se desenhasse no futuro. Os conglomerados de mídia (que produziam conteúdo em diferentes meios de comunicação) necessitavam das grandes redes de transmissão de dados, sejam elas por cabos, wireless ou satélite. E as telefônicas, donas das redes, demandavam conteúdos que não deixassem suas linhas sub-aproveitadas.

Estava claro que as chances aumentavam se um mesmo grupo conseguisse reunir as estruturas que produzem e transmitem conteúdo.

Há que se somar, na conformação do cenário que pretendo construir, dois outros fatores.

O primeiro, de caráter internacional, foi a bolha especulativa que tomou conta das bolsas de valores de todo o mundo e que influenciou diretamente as empresas da chamada “nova economia” (onde o processo de convergência de mídias ocupava destacada

⁴³ - www.paytv.com.br

centralidade)⁴⁴. Com esta inflação das empresas de mídia, foram facilitados os empréstimos e atraídos os chamados “venture capital funds”, sempre dispostos a obter lucros rápidos.

No caso específico do Brasil, devemos acrescentar a aposta do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (especialmente motivada pela necessidade de reeleição) na paridade do câmbio entre real e dólar⁴⁵.

Estes dois fatores se somam para criar um momento de extrema facilidade para que os grupos de mídia (e a Globo era o maior e o mais credenciado) pudessem fazer captações de recursos no estrangeiro (evitando, inclusive, os juros altos praticados no país).

Uma vez captado o dinheiro, seu destino parecia óbvio: investir nos processos de convergência tecnológica, ao mesmo tempo fortalecendo sua capacidade de produzir conteúdo nas diversas mídias e construindo (ou comprando) redes de distribuição.

Foi exatamente o que a Globo fez.

Onde era possível, ela foi sozinha. Onde o montante exigido, ou a expertise necessária, requeriam um sócio, optou por parceiros estratégicos internacionais.

Já desde o início dos anos 90, o Grupo Globo vinha investindo (em parceria com sócios minoritários) na montagem da maior empresa de TV paga do Brasil: a operadora de TV a cabo NET. Foram necessários recursos para a construção da rede física, depois um upgrade (ainda hoje inconcluso) para torná-la bi-direcional (e capaz de prover acesso à Internet) e, finalmente, sua digitalização (atualmente em curso). O problema é que o modelo de negócios privilegiou as classes A e B e até hoje o número de assinantes patina em cerca de 1,6 milhão (com um índice alto de churn⁴⁶). Agravando o cenário, a Globo não contava com um sócio estratégico na NET.

Ainda no setor de TV paga, a Globo investiu na montagem do empacotamento de canais com a grife NET para a criação de uma rede de franquias. Sob a marca NET estão canais

⁴⁴ - Não é objetivo do presente texto discutir especificamente o fenômeno que, surgido no final dos anos 60, tomou considerável volume no final dos 90, onde o capital passou a alimentar a ilusão de ser possível manter indefinidamente um processo de virtualização do tipo D-D'. Por isso, recomendo, enfaticamente, a leitura dos diversos textos de Robert Kurz escritos sobre o assunto (alguns chegaram a ser publicados pela imprensa diária brasileira).

⁴⁵ - Ainda carece de uma investigação mais detalhada o motivo que levou os grandes grupos de mídia a acreditarem na farsa que eles mesmos ajudaram a construir. Não faltavam economistas que alertassem sobre a insustentabilidade de manter o real parêlo ao dólar.

⁴⁶ - Índice que indica o nível a retirada de usuários de uma base de clientes.

norte-americanos (como o atual Universal Channel) e parcerias entre a Globo e as majors dos Estados Unidos⁴⁷ (Telecine).

Para a TV por satélite, a Globo tornou-se sócia majoritária da franquia brasileira da maior operadora do planeta, a Sky (de propriedade de Rupert Murdoch, que, no caso brasileiro, era o sócio minoritário).

Mas, a Globo jamais se descuidou de seu foco que é a produção de conteúdos. A Globosat tornou-se a maior produtora de canais para TV em português.

Com dinheiro fácil e barato, e estimulada pela necessidade de convergência tecnológica, a Globo também resolveu tentar a sorte no mundo da telefonia e transmissão de dados.

Em parceria com a Italia Telecom (sua sócia no portal Globo.com), a Globo participou do leilão de privatização do Sistema Telebrás, tentando adquirir (e fracassando) a Embratel (de olho na aquisição da rede de satélites da operadora de longa distância).

Ainda com Italia Telecom (e Bradesco), a Globo montou a Maxitel, operadora de telefonia celular nos estados de Minas Gerais, Bahia e Sergipe.

E, com a Victori International, sua sócia na operadora de pager Teletrim, a Globo criou a Vicom, empresa de transmissão de dados, especializada na prestação de serviços para grandes grupos econômicos.

Mas, aí começaram os problemas.

A bolha da “nova economia” não se sustentou, muitas empresas fecharam, os fundos de capital de risco perderam dinheiro e a captação de novos recursos se tornou um problema. Com pouco dinheiro circulando, raros ainda tinham disposição para investir nos chamados “mercados emergentes” e os investimentos se concentram nos países ditos desenvolvidos.

Passada a eleição geral de 1998, os custos da manutenção da paridade cambial tornaram-se insustentáveis e o dólar começou a disparar, levando, consigo, as dívidas contraídas no estrangeiro.

Mas, um terceiro e decisivo elemento se somou para conformar a crise da qual a Globo tenta, agora, se livrar. O horizonte da convergência tecnológica não se aproximou com a velocidade que se imaginava, vários problemas (técnicos, regulatórios e negociais) permaneciam sem solução e o retorno de caixa não conseguia amortizar os investimentos feitos. Assim, por exemplo, a Internet banda larga não cresceu na proporção esperada, a TV

⁴⁷ - Universal, Warner, Paramount, MGM e DreamWorks.

digital ainda não foi introduzida e a telefonia celular permanece, em grande medida, transportando apenas sinais de voz.

No dia 28 de outubro de 2002 aconteceu o que até então parecia impensável (dado o seu poderio político e papel simbólico desempenhado nos últimos anos): a Globopar (holding da Globo, que inclui TV Globo, Sistema Globo de Rádio e Infoglobo) anunciou o default. A Globopar não tinha condições de saldar suas dívidas. Em dezembro do mesmo ano foi a vez da NET.

A TV Globo seguia sendo uma empresa superavitária, mas o default da Globopar lhe afetava diretamente. A família Marinho dera a TV Globo e o Projac como garantias para os empréstimos de sua holding. Uma afundando, certamente levaria a outra.

O momento atual

Desde o anúncio de seu default, a direção da Globo vem se esforçando para conseguir um acordo com os credores que permita o alongamento dos prazos e a conversão de parte do montante em moeda nacional (livrando-a do problema de arrecadar em reais e pagar em dólares agora que a paridade se tornou uma quimera).

Mas, a renegociação implica na adoção de um novo modelo de negócios que garanta aos credores que o grupo tem condições de se manter como um player importante no mercado de mídia.

O plano adotado passa, em primeiro lugar, por assumir uma nova estratégia diante do cenário de convergência.

A Globo desistiu de ter o controle das redes de transmissão de dados. Parte foi simplesmente vendida. A Teletrim converteu-se em uma prestadora de serviços wireless de propriedade da ex-sócia Victori. A Vicom foi alienada para a maior operadora de TV a cabo dos Estados Unidos: Comsat. Globo e Bradesco se retiraram da Maxitel que acabou anexada à TIM.

O foco passou a ser o conteúdo. A Globo ambiciona ter a capacidade de produzir conteúdo em texto, áudio e audiovisual e ser capaz de “empacotá-lo” para as diferentes mídias: jornais, revistas, rádios, TV aberta, TV paga, Internet e telefonia celular, independente de ser a dona da distribuição.

Assim, a Globo decidiu, também, vender suas redes de distribuição de TV paga: NET e Sky. Mas, neste caso, ela não poderia se dar ao luxo de simplesmente deixar o negócio. Era

preciso manter uma participação acionária minoritária que lhe garantisse, ao mesmo tempo, reter o uso dos canais de distribuição de seu conteúdo e impedir que outras produtoras (como os canais da Band: News, Sport e 21) lhe fizessem concorrência.

Na operadora NET (agora chamada NET Serviços), a Globo ficará com 26.01% do capital votante e a mexicana Telmex (que, no Brasil, já é proprietária da Embratel, da Claro, da ex-AT&T Latin America e da Vésper) com, no mínimo, 62,49%. O contrato entre a Globo e a Telmex prevê que a operadora deve continuar usando a marca NET (cujos canais são “empacotados” pela NET Brasil, empresa sob controle exclusivo da Globo).

Na Sky Brasil a Globo ficou com 28% das ações ordinárias. E Rupert Murdoch com o restante. Murdoch é o proprietário da Fox, da Sky e acaba de adquirir a DirecTV para fundi-la com sua plataforma de TV via satélite. O contrato prevê tanto a exclusividade na distribuição dos pacotes da NET Brasil quanto a possibilidade da Globo colocar os seus canais nas operações da Sky e DirecTV ao redor do mundo.

Por fim, a Globo parece ter abandonado, ao menos por enquanto, a idéia de investir no setor de parques temáticos. E, com a crise mundial do mercado fonográfico, desistiu de disputar com as cinco grandes (Universal, Warner, EMI, BMG e Sony), transformando a antiga gravadora Som Livre em uma loja virtual e vendedora de trilhas sonoras de novelas.

Mas, enquanto se desfazia da distribuição, a Globo reforçava sua posição como principal produtora de conteúdo em língua portuguesa.

Foi comprada a parcela da Italia Telecom no portal Globo.com, que vem disponibilizando cada vez mais programação da TV Globo no seu Media Center (arquivo digitalizado).

Na Globo Filmes a estratégia mostra toda a sua coerência interna. A Globo abandonou seu canal de distribuição, entregando-o às majors norte-americanas. Por outro lado, foi reforçada a produção, integrando-a no circuito de mídia do conglomerado.

A Globo Filmes desenvolve um “controle de qualidade” que procura levar para o cinema a expertise criada na TV. A qualidade técnica da produção e os roteiros devem passar pelo crivo de uma equipe coordenada por Daniel Filho. Ao final, o filme é submetido a sessões com grupos de teste para verificar a aceitação do produto. A Globo oferece aos diretores das películas a garantia de artistas de destaque nas novelas da TV e inserções na programação (na forma de anúncios, merchandising e promoções de vendas). E, de acordo

com estudos de viabilidade, produtos que deram certo no formato televisivo são exportados para o cinema.

Com o seu foco todo direcionado para o conteúdo, a Globo tem buscado dois tipos de novas parcerias, bem diferentes daquelas do tempo em que acreditou se capaz de montar redes de distribuição de conteúdo multimídia.

De um lado, empresas que possam aportar novos conteúdos, como produtoras para os canais Globosat (em um movimento ainda bastante tímido) e produtoras de conteúdos já consagrados que possam fazer o circuito das diferentes mídias (como o Big Brother, da Endemol, de propriedade da Telefonica de España). Do outro lado, novas parcerias com empresas que detenham os canais de distribuição para os seus conteúdos (como a Vivo, que empacota para a telefonia celular o citado Big Brother).

Mas, o movimento mais ousado da Globo, em sua nova estratégia para escapar ao default, foi a defesa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 203/1995 que dormiu no Congresso Nacional por sete anos. A PEC propunha a entrada do capital estrangeiro na mídia impressa, rádio e TV aberta, no limite de 30% das ações ordinárias. Bem como, permitia que estas empresas se transformassem em sociedades anônimas. Durante anos a Globo foi contra a entrada do capital estrangeiro por temer deixar de competir com Band, SBT e Record e ter que disputar o mercado brasileiro com Sony, Warner, News e similares, com muito mais poder de fogo. Foi a crise financeira que lhe obrigou aceitar a idéia de que pode ser necessário ter um sócio estrangeiro. Com o apoio da Globo, a proposta foi aprovada no final de 2002.

Até o momento, a perspectiva de renegociação das dívidas permitiu afastar este hipótese.

O problema do marco regulatório

Durante anos a Globo estimulou, no Brasil, a criação de um cenário de real desregulamentação dos meios de comunicação de massa.

O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) data de 1962, estando, portanto, bastante desatualizado frente às diversas inovações que surgiram nos últimos 43 anos.

O CBT sofreu várias alterações no ano de 1967, em plena vigência da ditadura militar. Tais modificações visavam, especialmente, aumentar o rigor das punições e tornaram-se inaplicáveis (inconstitucionais) com a promulgação da Constituição de 1988.

Em 1997, o governo FHC fez aprovar no Congresso Nacional a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) que extirpou do CBT toda a parte referente às telecomunicações, criando, inclusive, uma agência reguladora: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O CBT ficou, apenas, com a parte referente à radiodifusão.

Ocorre que a diferença entre telecomunicações e radiodifusão vem se tornando cada vez mais tênue, por conta do processo de convergência tecnológica. Por isso, os Estados Unidos aprovaram, em 1996, o Telecommunications Act que engloba todo o fenômeno da comunicação. O mesmo fez o Reino Unido, cujo parlamento, em 2003, promulgou o Communications Act, que enfoca conjuntamente radiodifusão e telecomunicações. Tal movimentação se repete em praticamente toda a União Européia, por exemplo.

Ou seja, para deixar a radiodifusão ao relento da lei, para manter o envelhecido e inaplicável CBT de 1962, o governo brasileiro optou por caminhar no sentido contrário ao dos países ditos desenvolvidos, separando telecomunicações de radiodifusão. Esta atitude só pode ser explicada pela enorme influência do setor radiodifusor no Congresso Nacional.⁴⁸

A conclusão é que existe pouquíssima regulamentação para tratar da comunicação social eletrônica. E quando há legislação, são vários os casos de contradições entre diferentes dispositivos como leis, decretos, normas e portarias.

Este cenário beneficiou enormemente as operações da Globo, que puderam funcionar sem grandes obstáculos legais e praticamente sem participação da sociedade como poder fiscalizador.

Mas, agora, tudo está mudando e o mesmo cenário pode se tornar prejudicial para o futuro das Organizações Globo, particularmente em relação às chamadas novas mídias.

Sem a euforia da época da bolha especulativa, o processo de convergência de mídias, contudo, continua.

O desenvolvimento das Digital Subscriber Lines (DSL) permite que as operadoras de telefonia fixa ofereçam (com a mesma rede das linhas telefônicas tradicionais e a necessidade de alguns upgrades no sistema) provimento a Internet banda larga e, especialmente, que estejam aptas para prover vídeo⁴⁹.

⁴⁸ - Cabe lembrar que a LGT foi aprovada um ano antes das eleições de 1998. Qual governo gostaria de fazer uma disputa com os donos de rádios e TVs às vésperas de uma eleição?

⁴⁹ - Como não são operadoras de TV a cabo, as telefônicas estão legalmente impedidas de prover vídeo na forma de um canal de TV, com grade de horários e programação fixa. Mas, desde que tenham uma outorga do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), nada as impede de vender serviços de pay-per-view e vídeo-on-demand.

Com os serviços de telefonia celular digital muito próximos⁵⁰ da chamada terceira geração, as telefônicas móveis cada vez mais se habilitam para prover acesso a Internet e conteúdo em vídeo.

Com o cenário de desregulamentação descrito acima, e com o desenvolvimento tecnológico, a Globo pode estar na iminência de sofrer a concorrência das telefônicas, a maior parte delas pertencente ao capital estrangeiro e todas com um faturamento muito maior do que a própria Globo.

Ou seja, depois de ter frustrados seus objetivos de possuir os instrumentos de produção e transmissão de conteúdos, depois de rever sua estratégia para centrar seu foco apenas no conteúdo, a Globo pode começar a sofrer a concorrência, no seu próprio terreno, das empresas que ficaram com as redes de transmissão.

Lutando para sair do default, esta pode ser uma briga grande demais para a Globo.

“O bode na sala”

Com a nova estratégia traçada (concentrar-se no conteúdo), a Globo iniciou um movimento defensivo-ofensivo. Ao mesmo tempo em que negocia com as “teles” contratos para difusão de seu conteúdo, a Globo utiliza seu poder de pressão junto ao Congresso Nacional para evitar a concorrência das operadoras de telefonia.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), de número 55/2004, começou a tramitar em novembro do ano passado e propõe uma nova redação para o artigo 222 da Constituição Federal que passaria a ter o seguinte caput:

“A propriedade de empresa jornalística, de empresa de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de empresa de acesso à Internet e de empresa que explore a produção, programação ou o provimento de conteúdo de comunicação social eletrônica dirigida ao público brasileiro, por qualquer meio e independentemente dos serviços de telecomunicações de que façam uso e com os quais não se confundem, é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.”

⁵⁰ - 1xRTT, EV-DO e EV-DV para o padrão CDMA e EDGE, ECSD e EGPRS para o padrão GSM são chamados de geração 2,75.

Em seguida, a PEC define que o controle por brasileiros se expressa através da posse de, no mínimo, setenta por cento do capital votante e que as novas empresas devem estar submetidas a todas as exigências do artigo 221 da Constituição, tais como “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, regionalização cultural, estímulo à produção independente e respeito aos valores éticos.⁵¹

Na Câmara dos Deputados, projeto de Luiz Piauhyllino (PTB-PE) tem praticamente a mesma redação, mas chega a ser mais “ousado” propondo que fica:

“vedado o acesso à Internet senão através de empresa de Provedor de Acesso que preencha as exigências do art. 2º desta lei e seus parágrafos⁵²”.

Ou seja, ficaria proibido o acesso a Internet por provedor que não tiver majoritariamente capital nacional.

Fontes consultadas para a confecção deste artigo, e que preferiram o anonimato, garantem que as duas propostas partiram do mesmo endereço: a vice-presidência de relações institucionais da Globo.

Do ponto de vista prático, estas propostas visam impedir que as empresas telefônicas (em geral controladas por capital estrangeiro⁵³) disponibilizem conteúdo através de suas redes, exceto se tal conteúdo for comprado de terceiros que sejam majoritariamente de capital nacional.

A Globo sabe que tais medidas são quase impossíveis.

Com o processo de convergência tecnológica, a Internet vai deixando de ser uma rede de computadores para perseguir a meta da ubiqüidade. Como evitar, por exemplo, que um portal como o Terra (pertencente à espanhola Telefonica) disponibilize em seu site (que pode estar hospedado na Espanha) conteúdo audiovisual (tal como filmes, por exemplo) em língua portuguesa e que termine sendo do interesse de usuários brasileiros? E que tal acesso seja feito por uma linha DSL da própria Telefonica ou por um terminal móvel da Vivo?

⁵¹ - Não deixa de ser curioso perceber que os atuais grupos de rádio, TV e mídia impressa que já estão submetidos à tais dispositivos praticamente não cumprem nenhum destes.

⁵² - Que são praticamente as mesmas do projeto do senador Vilela.

⁵³ - Casos de Embratel, Intelig, GVT, Vésper, Claro, TIM, Vivo, Telefonica e até mesmo Brasil Telecom (se lembrarmos que o Opportunity “apenas” administra os recursos do CitiBank).

Ao mesmo tempo, a Globo sabe que o governo não dispõe de mecanismos sofisticados o suficiente para detectar as modernas operações acionárias que permitem que uma empresa legalmente sob controle brasileiro esteja, de fato, nas mãos de um grupo transnacional.⁵⁴

O que a Globo pretende mesmo é colocar “o bode na sala” e demonstrar sua força política para as operadoras de telefonia. Assim, depois, poderá negociar um acordo que lhe garanta o privilégio de ser a produtora de conteúdo que as “teles” tanto necessitam para ocupar suas redes de banda larga, em grande parte ociosas.

Em contrapartida, a Globo oferece tanto a possibilidade de retirar o “bode da sala” quanto a expertise, única no mundo, de produzir, ou adaptar, (“customizando”) um conteúdo com qualidade técnica e já testado para o “gosto médio”⁵⁵ do brasileiro.

Demonstrar sua força para depois negociar.

Por isso, na entrevista de Roberto Irineu Marinho citada acima, o presidente da Globo afirma: “acredito que essa divisão de tarefas⁵⁶ se consolidará pela via do mercado”. Mas, deixa a porta aberta para colocar novamente o “bode na sala” se as teles não aceitarem um processo negociado: “nada impede que haja, também, uma forma de impor esta divisão de tarefas do ponto de vista legal”.

Conclusão

Como foi visto ao longo deste texto, a Globo foi obrigada a mudar sua estratégia frente aos processos de convergência de mídia. No primeiro momento, a idéia era controlar tanto a produção de conteúdos quanto as redes de transmissão de dados. Com o fracasso da estratégia e o default, a Globo passou a se concentrar na produção de conteúdos customizados para o mercado de brasileiros⁵⁷.

Nesse sentido, a TV Globo ganha enorme importância. Primeiro, por ser uma unidade superavitária em um grupo econômico com dificuldades financeiras⁵⁸. Segundo, porque

⁵⁴ - A prova desta incapacidade está no fato de que a própria Globo usou uma empresa de fachada (a GB Empreendimentos e Participações) para alienar o controle da NET Serviços à Telmex sem contrariar a Lei da TV a cabo (8977/95), que determina um limite de 49% para a participação do capital estrangeiro.

⁵⁵ - Conceito, a rigor, extremamente discutível.

⁵⁶ - Entre produtores de conteúdo e as “teles”.

⁵⁷ - Estejam eles em território nacional ou espalhados pelo planeta. Aqui é bom registrar que uma das grandes dificuldades da Globo é o fato dela produzir conteúdos originalmente em português, uma língua pouco falada no planeta, inclusive em seu próprio continente de origem. O “core” da Globo continua sendo, basicamente, os falantes da língua portuguesa.

⁵⁸ - Com a aprovação da PEC 203/1995 e as negociações com o grupo de credores da Globopar, a Globo se prepara para integrar TV Globo, Sistema Globo de Rádio e Infoglobo à sua holding.

formata a matriz dos conteúdos, atinge mais de 99% do território brasileiro e mais fortemente afeta a construção do imaginário popular.

A partir desta matriz, as demais unidades de negócio se estruturam para formatar os conteúdos em suas respectivas mídias: Editora Globo, Som Livre, Globosat, Sistema Globo de Rádios, Infoglobo (O Globo, Extra, Diário de São Paulo e Valor Econômico) e Globo.com.

A participação acionária da Globo permite que este conteúdo seja transmitido pelas duas maiores plataformas de TV paga do país: a Sky (que, em breve, irá englobar a DirecTV) e a NET Serviços. Para que a estratégia funcione, é fundamental o papel da unidade NET Brasil que “empacota” os canais (da Globosat e outros internacionais) sob um mesmo “brand”.

Por fim, contratos com empresas que possuam redes de transmissão (particularmente as teles) garantem novas formas de escoar a produção de conteúdos.

Ainda que seja formalmente uma unidade pequena no interior da Globo, o portal Globo.com cumpre um papel fundamental nessa estratégia. Como o próprio site da holding (<http://globopar.globo.com/english/framesets/fs1>) afirma, a unidade de Internet é responsável pelo “cross mídia”. Essa é a base da aposta de que a Internet estará, cada vez mais, disponível em vários equipamentos, além dos já tradicionais computadores. O portal “empacota” o conteúdo produzido pelas diversas unidades do grupo, prepara-os para serem disponibilizados na Internet e acessados por distintos terminais (PCs, notebooks, telefones celulares e, quem sabe, terminais de TV digital). Pela própria lógica da Internet, este material deve estar preparado para ser consumido por demanda, de acordo com necessidades e gostos do usuário. Quebra-se, aqui, o grande paradigma que favoreceu a estruturação da TV Globo como líder de mercado: a grade fixa de programação.

Grosso modo, pode-se afirmar que a TV Globo foi o pináculo de sustentação do passado do grupo Globo e se mantém como principal unidade no presente. Mas, é o portal Globo.com que indica, ao receber os conteúdos das diversas unidades e customizá-lo para diferentes meios de transmissão, quais serão os caminhos do grupo para o futuro. A TV aberta não perderá sua hegemonia nos próximos anos, mas os novos caminhos estão dados.

Cabe saber se a Globo terá como enfrentar seus grandes desafios. Lidar com a ausência de um marco regulatório, enfrentar (e negociar com) as teles, saldar as dívidas, incluir principalmente a TV em sua holding, aguardar para saber se os grandes grupos de mídia planejam entrar no mercado de rádio e TV aberta brasileiras e seguir sendo o maior produtor

de conteúdo de uma língua pouco falada no planeta. Além de ser capaz de fazer a transição de distintos mercados de mídias analógicas, para um futuro de convergência.

De resto, vale destacar uma ausência, cujo silêncio se faz em ouvir de forma estrondosa. Qual o papel que jogará a sociedade civil diante deste cenário onde a Globo segue sendo um oligopólio?

The media astonishment: an interview with Peter Burke

[\(Entrevista em Português\)](#)

Érico Assis*

Social reformer Samuel Hartlib wrote, in 1641, that “the art of printing will so spread knowledge that the common people, knowing their own rights and liberties will not be governed by way of oppression.” At the dawn of the 20th century, journalist Arthur Mee claimed that “if, as it is said to be not unlikely in the near future, the principle of sight is applied to the telephones as well as that of sound, Earth will be in truth a paradise, and distance will lose its enchantment by being abolished altogether”. In the middle of the 1990s, Kevin Kelly named the Internet “the greatest human achievement since fire”.

Peter Burke and Asa Briggs, authors of *Uma História Social da Mídia (A Social History of Media)*, Jorge Zahar Editor, 378 pp., translated by Maria Carmelita Pádua Dias), not only collects these declarations of astonishment towards media. The British researchers, respectively from the universities of Cambridge and Oxford, build a line that goes from Gutenberg’s workshop in Mainz, in the 15th century, to the billions of dollars circulating in the new Internet economy. As they go, they point peculiar types of appropriation and social response to new technologies, as seen above.

In an original Brazilian edition, the book puts in perspective the processes of introduction, adoption and use of different media. Interviewed via e-mail, Burke (also the author of *A Social History of Knowledge*) discusses these similarities and many points that old and new technologies share, and discloses his fondness for Brazilian soap operas.

Before entering the interview, an interesting paradox: co-author Asa Briggs, which, according to the introduction, is responsible for the chapters from the introduction of steam-powered machines to the Internet, doesn’t use e-mail and, according to Burke, “not even a typewriter; he prefers his fountain pen”. That, however, doesn’t hinder professor Briggs from writing a sharp analysis of the first decade of common usage of the Internet.

Why the choice for “a” social history of media?

I have to confess that this was not the original title. We had planned to call the book 'A Short History of the Media', but it turned out longer than we had expected, so we turned to 'Social History'. For my part I like titles beginning with 'A' rather than 'The', because 'The history of x' implies that this is the only way to write such a history, while 'A' history of x implies that alternative approaches and viewpoints are also possible. This is only one of the possible social histories of the media, just as the social history of the media is only one approach to the media.

Do you believe the development of new media points towards a linear evolution of human mediation? If not, which factors come into play?

* Journalist and student at the Master in Communications Science at Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

There is a sense in which the history of the media is linear and another sense in which it is not. To clarify: a) the history of the media is linked to the history of technology and this is the domain in which it is most easy to speak of 'progress'. One invention builds on another and improves it. b) In science by contrast, knowledge usually accumulates (though much ancient knowledge was lost in the Middle Ages) but as Thomas Kuhn [author of *The Structure of Scientific Revolutions*] neatly demonstrated, scientific theories are not steady improvements but include discontinuities, thus combining a cyclical with a linear element. This is even more true in cultural history in general, where every gain is paid for by a loss. A new style of architecture drives out an earlier style as the Renaissance style drove out the Gothic or the Modern drove out neo-classicism. To return to the media, my students today read less than students did in my time. They shifted first to television and now to the Internet. Gains and losses again, because not everything can be communicated in each medium, there is a 'bias' in each medium, as [Harold] Innis used to say.

In the history of media, some media technologies have been taken under governments' control – in terms of market regulation, censorship and repression. Is there a model of control, or no-control, fit for all media? Case in point: is the anarchic characteristic of the Internet a positive or negative feature?

I don't quite agree with your opening statement here. I would prefer to say that certain governments (and other institutions, notably the Catholic Church) have tried to control media. But they are never totally successful even in their own territories (think of Samizdat in the old USSR), and messages flow into these territories from regions where control is less strict or even non-existent, as in the case of the import into 18th-century France of subversive books in French printed in the Dutch Republic or Switzerland. The Internet is at the moment an extreme example of freedom or anarchy, though not completely, ever since pornographic photos of children [shared by users] were discovered by the police. I am inclined to say that this freedom or anarchy is both positive and negative. Positive in the sense of contributing to the transparency or '*glasnost*' of political actions, negative because it allows the circulation of lies - it is more difficult to discover not only the sources for a statement but who is writing it (witness paedophiles who pretend to be children and correspond with children).

Kevin Kelly, editor of *Wired Magazine*, once said something like “the Internet is the greatest human achievement since fire”. As your book points, similar reactions occurred in the invention of the telegraph, of radio and other media. Why are the exaggerated (or not?) reactions to new media such an usual reflex?

It would be a nice idea to make an anthology of statements like 'the greatest human achievement' or 'greatest event' (the moon landing and the discovery of America were both called the greatest event since the birth of Christ). Within this anthology, as you suggest, there would be many statements about technology, including the media. I can only speculate about the reason for this. One reason - most media people don't know much history, so they have short memories. Another reason, the effects of a new medium are often immediately perceptible, hence obvious, you hear someone on the telephone from a distant country, or you exchange e-mails in a few seconds.

Brazil is known for the poorer houses, in *favelas*, where you can find two TVs but no refrigerator. It is also starting to being known as the country which most rapidly embraces the socialization features of the Internet, despite a low percentage of the population having actual direct access to it. Is this a result of cultural forces driving the acceptance (and use) of media or the application of successful business models? How does this process usually play out in different cultures or countries?

I would agree with you that the case of Brazil makes it unusually clear how important cultural factors are in the reception of new media. In the case of Brazil I suppose I would point to the fact that it is a 'talking culture' and the Internet allows people to write as they speak; and also to the importance of the family. My [Brazilian] wife lives here and is in touch almost every day with her three children in Brazil and the fourth in Istanbul and they often have a collective conversation via the Net. Again, in Britain and the USA the rise of television made people less sociable, less willing to leave their houses, while in Italy and Spain, people enjoyed watching television in public, in bars etc. So the medium was adapted to the local pattern of sociability.

Your book pays good attention to the theory developed around different media, especially in the case of television, where the apocalyptic visions are dominant. How do you perceive this academic rejection of TV (and, partially, of other media like the Internet)?

I don't think that the rejection of TV and other media is exclusively an academic phenomenon. Like the rejection of plays in the 17th century and novels in the 18th and 19th centuries, it is the moralists, often clergy, who take the lead. But I admit that some academics have joined in, especially in the 1950s and 60s in the English-speaking world at least. I would interpret this in part as a defensive reaction on the part of the guardians of 'high' culture to the invasion by 'low' culture that the new media facilitate. I have to admit here that although I have nothing against TV as a medium, I do not like many of the messages, or programmes, and find it difficult to find a programme to watch after the BBC news! In Brazil, on the other hand, I have often enjoyed following novelas, from *Bregue e Chic* (circa 1987) and *Bambolê* to *Éramos Seis* (circa 1995) and *Pantanal*.

Hacia una agenda académica y política de la comunicación en el MERCOSUR

Gabriel Kaplún

Resumen:

El texto comienza recordando el camino recorrido en el último cuarto de siglo en torno al tema de las políticas de comunicación en América Latina. Propone luego una agenda para la investigación comparada de políticas de comunicación en el MERCOSUR sobre la base de tres sectores: público-estatal, privado-comercial y social-comunitario. Plantea finalmente seis áreas posibles de coordinación de políticas a corto plazo: producción y distribución audiovisual, nuevas tecnologías y convergencia digital, formación de comunicadores, movimientos ciudadanos, legislación y estructuras institucionales, derechos de propiedad intelectual y comercio mundial.

Palabras clave: Políticas de comunicación; MERCOSUR; Investigación

De McBride a McDonald's

En 1980 la Conferencia General de la UNESCO aprobó el llamado “Informe McBride”, que proponía la construcción de un Nuevo Orden Mundial de la Información y la Comunicación, más democrático e igualitario. El informe recogía los esfuerzos que por más de una década, pero especialmente en los años 70, había hecho un conjunto de personas e instituciones en esta dirección⁵⁹.

El establecimiento de políticas nacionales de comunicación y los acuerdos internacionales en la materia eran centrales para que ese nuevo orden pudiera avanzar. Pero el Informe McBride llegaba casi al mismo tiempo en que una ola desreguladora se extendiera por el mundo, al impulso de la peculiar alianza entre parte del pensamiento liberal y parte del conservador bajo el llamado neoliberalismo. La idea misma de “políticas de comunicación” resultaba impensable para esta corriente ahora dominante.

Para el neoliberalismo la mejor política es, en todo caso, la que no existe, en el sentido de intervención estatal reguladora de cualquier tipo, intervención que siempre produciría

efectos indeseables sobre el mercado, mecanismo regulador ideal en tanto premia a los eficientes y castiga a los ineficientes. En verdad el desarrollo del “libre mercado” ha requerido siempre de fuertes intervenciones estatales más o menos encubiertas⁶⁰, sólo que con una dirección diferente a la planteada por los modelos desarrollistas neokeinesianos y también por los modelos de planificación socialistas. Una intervención que crea y mantiene el marco adecuado para que la empresa privada – y especialmente la gran empresa- realice sus ganancias.

En el campo comunicacional latinoamericano tales postulados vinieron a reforzar una tendencia ya presente históricamente. A diferencia del caso europeo, por ejemplo, donde se desarrollaron sistemas de radiodifusión de servicio público -financiados con fondos públicos-, la mayor parte de los países latinoamericanos adoptaron un modelo de radiodifusión similar al estadounidense, protagonizado por el sector privado-comercial financiado por la publicidad, con una presencia menor y subsidiaria de medios públicoestatales. No hubo tampoco una reserva de espectro para emisoras de tipo comunitario o educativo, como sí ha sido habitual en muchos países con este modelo⁶¹. Algunos intentos de cambiar este modelo (Chile, Perú, México, Venezuela), fracasaron en los 70 y comienzos de los 80. La desregulación neoliberal dejó finalmente el campo libre para que los medios de comunicación fueran principalmente comerciales en América Latina y para que la concentración de la propiedad en grandes empresas multimedia fuera la tónica dominante hasta hoy (Mastrini et. all. 1999 y 2001, Albornoz 2000). La redemocratización política de mediados de los 80 estuvo entonces lejos de ser acompañada de una democratización de la comunicación latinoamericana.

Tras el derrumbe del campo socialista el impulso desregulador fue aún más intenso, aunque en verdad en lo que a sistemas de medios refiere no había mucho más que hacer en América Latina y el modelo comercial pareció ser, definitivamente, el “natural”, el único posible. Los intentos por fortalecer medios público-estatales que asomaron al comienzo de la etapa de redemocratización fueron ahogados rápidamente y la llegada de nuevas tecnologías como el cable en general se limitaron a ofrecer más de lo mismo, en una especie de macdonalización

⁵⁹ Uno de los antecedentes más importantes fue la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Nacionales de Comunicación, patrocinada por la UNESCO, que se realizó en Costa Rica en 1976.

⁶⁰ John Gray (1998) muestra esto con claridad para el paradigmático caso inglés. Sin la transformación de la tierra común en propiedad privada, por ejemplo, los campesinos no se hubieran convertido espontáneamente en obreros. Y esta transformación del mundo rural no hubiera sido posible sin una fuerte intervención estatal.

cultural. Para que esto sucediera en algunos casos fue necesaria una fuerte intervención estatal⁶², sin que la visible contradicción con el discurso de la libre competencia pareciera incomodar.

Según alguno de sus propios impulsores, el NOMIC fue una idea principalmente promovida por un conjunto de expertos pero careció de apoyos significativos de movimientos sociales y políticos, lo que podría explicar en parte su fracaso (Beltrán 1999). En verdad el debate sobre un nuevo orden mundial de la información y la comunicación no llegó nunca a ser importante tampoco en el campo académico, al menos en el caso latinoamericano. Más aún, en este terreno desde mediados de los 80 adquirieron creciente protagonismo corrientes críticas respecto a la propia crítica en la que se basaba el NOMIC. Sin negar que muchos cambios fueran necesarios en las estructuras de comunicación, se cuestionó la visión que atribuía a los medios un poder absoluto y externo a la gente, para mostrar la red de mediaciones que establecen un pacto implícito entre la gente y los medios. Así por ejemplo la telenovela latinoamericana no era sólo un mensaje alienante de los medios hacia la población sino también un vehículo para que las narrativas populares ingresaran al espacio masivo (Martín Barbero 1987). La década de los 90 encontrará al espacio académico latinoamericano más preocupado por comprender estas tramas de la comunicación y la cultura, pero mucho menos por retomar el tema de las políticas de comunicación, que quedó casi abandonado como área de investigación y debate.

Pero también la década de los 90 mostrará la emergencia, en muchos países latinoamericanos, de un movimiento creciente de medios de carácter comunitario, generalmente de pequeño alcance y en muchos casos en situaciones de semilegalidad, cuando no directamente perseguidos (Cfr Bouissa, Curuchet y Orcajo 1998). Este movimiento recoge en buena medida una tradición latinoamericana de comunicación alternativa o comunicación popular, que buscó acompañar la crítica al sistema vigente de medios con la creación de una alternativa propia para los movimientos populares. Simultáneamente el tema de la democratización de la comunicación en general empieza a

⁶¹ Así por ejemplo la Broadcasting Act de Canadá (1991) <http://laws.justice.gc.ca/en/B-9.01/8444.html>

⁶² Como en el caso de Uruguay, que condujo a que la mayor parte del paquete del cable fuera otorgado en exclusividad al mismo oligopolio que ya controlaba la televisión abierta. (cfr García Rubio 1994 y 1998)

ocupar un lugar en la agenda de los movimientos sociales que, a nivel global, cuestionan ahora la hegemonía del pensamiento neoliberal⁶³.

Ideas para una agenda de investigación

A mi juicio a esta altura resulta imprescindible que el campo académico de la comunicación retome también con fuerza el debate sobre las políticas de comunicación. Integrando tanto los aportes de una mayor comprensión de las tramas culturales como la mirada atenta a los procesos de globalización o la reflexión sobre el impacto de las nuevas tecnologías, debemos recuperar también nuestra capacidad de aportar a la transformación concreta de sistemas de comunicación profundamente injustos y básicamente poco democráticos. Un aporte que pasa, a mi entender, por fortalecer nuestra capacidad de comprensión de las realidades comunicacionales pero, al mismo tiempo, por ligar esta capacidad a la elaboración de propuestas. Esto último no corresponde sólo ni tanto al campo académico como al social y al político –como tal vez no tuvieron suficientemente en cuenta los impulsores del NOMIC-, lo que nos obliga a vincularnos de modos creativos a otros actores, sin perder la imprescindible independencia del trabajo académico.

Para un objetivo de este tipo la propia agenda de investigación debe ser parte del debate. Los temas que se priorizan y la forma de investigarlos son una cuestión clave si queremos incidir nuevamente en la construcción de políticas públicas de comunicación. Políticas que, a mi juicio, hoy menos que nunca pueden ser únicamente nacionales. En este sentido un lugar importante debe ocuparlo la construcción de políticas regionales, que pueden ser un espacio efectivo de acumulación de fuerzas para la construcción de alternativas económicas, políticas, sociales y culturales. Que el MERCOSUR haya sido hasta el momento principalmente un área de libre comercio –cuyo avance ha sido además muy irregular- no niega la necesidad de construir también un espacio social y cultural regional. De ello

⁶³ El tema aparece por ejemplo con insistencia en la expresión global de los movimientos sociales en el Foro Social Mundial (FSM), desde su primera edición. En 2002 se propuso además la creación del Media Watch Global (MWG) u Observatorio Internacional de Medios de Comunicación, lanzado oficialmente en la tercera edición del FSM en 2003. www.monde-diplomatique.es/2003/01/oimc.html. Movimientos nacionales se han ido también conformando específicamente en torno a la lucha por la democratización de la comunicación en distintos países. Un ejemplo es el Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação de Brasil, creado en 1994 y que, entre otras cosas bregó durante 14 años por la instalación del Conselho de Comunicação Social, un organismo auxiliar del Congreso Nacional previsto en la Constitución Federal y reglamentado por Ley en 1991, pero recién instalado realmente en 2002 (cfr. www.fndc.org.br). Diversas organizaciones de la sociedad civil han

dependerá en buena medida que la construcción del MERCOSUR sea favorable a la construcción de sociedades más democráticas. Democratizar la comunicación en nuestros países requiere en buena medida acciones regionales que construyan políticas articuladas en este terreno, capaces de plantear alternativas eficaces a la homogeneización cultural. Que las imágenes que podamos ver y los sonidos que podamos oír incluyan la riqueza y diversidad de los múltiples actores sociales y espacios locales que nos habitan y que solemos desconocer, es un paso en ese sentido.

En los últimos años se ha avanzado de modos desiguales en la investigación sobre la realidad comunicacional de nuestros países. Algunos estudios brindan una mirada general a las industrias culturales locales (Stolovich et. all. 2002), otros se concentran en el sistema de medios y las políticas de comunicación (Bolaño 2003) o se focalizan en problemas específicos como la concentración de medios (Mastrini et all. 1991, 2001).

Sin duda todos estos estudios proporcionan una base importante para pensar alternativas. Pero elaborar tales alternativas en el terreno concreto puede requerir de nuevas investigaciones, que muestren la viabilidad de los objetivos propuestos y afinen nuestro conocimiento de la realidad comunicacional local y regional. Como diría Habermas (1982) es imposible separar conocimiento e interés. Y lo que quizás no ha estado del todo claro hasta ahora es hacia qué interés, hacia qué objetivos de acción orientamos nuestra investigación. Producir conocimientos para qué sería la cuestión (cfr. Lander 2000).

Quiero proponer entonces, como elemento para el debate, algunos objetivos centrales de la democratización de la comunicación en la región hoy, entendiendo por tal tanto la posibilidad de un acceso más amplio a información y productos culturales de calidad como la posibilidad efectiva de expresión por parte de una mucho mayor diversidad de actores, voces y miradas. A mi juicio los objetivos centrales podrían enumerarse del siguiente modo:

1. **Recrear y fortalecer los actores público-estatales.** Ello pasa tanto por los sistemas de regulación y diseño de políticas como por los medios de comunicación públicos, que no deben ser confundidos, como frecuentemente ha ocurrido, con medios gubernamentales u oficialistas.
2. **Disminuir la concentración de medios en el sector privado-comercial y estimular la calidad de sus contenidos.** Lo primero sin duda es lo más difícil,

porque implica revertir situaciones establecidas y difíciles de atacar sin altos riesgos políticos, pero es posible plantearse medidas progresivas que apunten en este sentido y, al menos, evitar que los niveles actuales de concentración aumenten. Lo segundo debe distinguirse claramente de cualquier mecanismo de censura, priorizando mecanismos de estímulo y autorregulación.

3. **Promover la emergencia y el fortalecimiento del sector social-comunitario.** Es decir, legitimar y estimular la existencia de un sector privado no comercial, sin fines de lucro, ligado tanto a los movimientos sociales como a las instituciones específicas educativas y culturales. Este sector ya existe en nuestros países, pero su desarrollo parece ser aún débil por trabas legales, presiones del sector privado-comercial y limitaciones propias que no han sabido superar. También es importante en esta dirección -de ampliación de actores y diversidad cultural- promover una mayor presencia, tanto en este espacio como en los dos anteriores, de la producción local y regional independiente de calidad.
4. **Promover una participación creciente de la ciudadanía en las decisiones sobre el tema a todos los niveles.** Ello pasa por un conjunto de acciones que van desde la educación para la recepción crítica de los medios a las veedurías ciudadanas, la participación en los organismos de diseño de políticas y en la gestión de los medios públicos.⁶⁴

En síntesis: procurar un nuevo equilibrio entre el sector público-estatal, el sector privado comercial y el sector social-comunitario, fortaleciendo el primero y el último e incrementando las posibilidades de participación de la ciudadanía en la construcción de las políticas de comunicación.

Obviamente no pretendo que estos cuatro objetivos sean compartidos sin debate. Es para el debate precisamente que los propongo. Cualquiera de ellos requiere además de una mucho mayor explicitación que la que puedo desarrollar aquí. Mi interés en esta breve enumeración se debe a que, al mismo tiempo que esboza lo que pueden ser las direcciones principales de

⁶⁴ Experiencias de veedurías ciudadanas comienzan a desarrollarse en Argentina por iniciativa de varias universidades públicas (Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Córdoba, Universidad Nacional de Quilmes). En Uruguay se está organizando un Foro de Participación y Comunicación Ciudadana. En Brasil existe desde 1994 el ya mencionado FNFC. Para la participación en el diseño de políticas uno de los mecanismos posibles es el de los consejos consultivos, al estilo del Conselho de Comunicação Social de Brasil, también mencionado. Para la participación en la gestión de medios públicos hay propuestas similares, por ejemplo la elaborada para Argentina por ADC (2004).

la transformación deseable y viable de la actual realidad comunicacional de nuestros países, es también útil para diseñar una agenda de investigación que apoye el diseño de políticas para esta transformación.

Si estos objetivos fueran compartidos la agenda de investigación sobre los sistemas de comunicación nacionales deberían combinar los mapeos por medios (radio, prensa escrita, televisión, NTICs, etc.) con los mapeos por sectores según el tipo de propiedad y finalidad: público-estatal, social-comunitario y privado-comercial, con un capítulo especial para la producción independiente. Sin negar la necesidad y el valor de los estudios por medios, resulta clave identificar la situación global de cada sector, porque ello permitirá identificar las acciones de regulación y estímulo necesarias para avanzar hacia los objetivos mencionados.

A vía de ejemplo podemos mencionar preguntas de investigación como las siguientes, a desarrollar en cada contexto nacional y en estudios comparados:

- ¿Qué desarrollo han tenido los medios público estatales y con qué características? ¿Se trata de sistemas integrados nacionales, descentralizados territorialmente o combinados? ¿Cómo se financian? ¿Cómo se gestionan? ¿Quién y cómo designa a sus directivos? ¿Cuáles son sus contenidos y su calidad técnica? ¿Qué audiencias tienen?
- ¿Cuáles son los organismos que diseñan las políticas de comunicación? ¿Cuáles los encargados de la regulación y el control? ¿En qué nivel del Estado se encuentran (ministerial, etc.), con qué dependencia de los gobiernos, con qué controles parlamentarios y ciudadanos? ¿Qué legislación existe en la materia, sobre qué áreas y con qué características?
- ¿Cuáles son los niveles de concentración de propiedad de los medios? ¿Qué regulaciones existen en este sentido y qué tendencias en materia de concentración pueden preverse si no operan nuevas regulaciones? ¿Qué presencia tienen los diversos actores sociales y los contenidos locales de calidad? ¿Qué niveles de independencia tienen los trabajadores de los medios para realizar su tarea?
- ¿Qué desarrollo han tenido los medios sociales, comunitarios y educativos sin fines de lucro? ¿En qué medios y en qué áreas geográficas y espacios sociales?

- ¿Cómo es la calidad de sus contenidos? ¿Con qué audiencias cuentan? ¿Qué trabas legales o políticas existen para su desarrollo?
- ¿Qué presencia tiene el tema de las políticas de comunicación en la agenda ciudadana, en las propuestas de los movimientos sociales y políticos? ¿Qué grados de satisfacción existen con el actual sistema de medios?
 - ¿Qué programas de educación para la comunicación y para la recepción crítica existen a nivel formal y no formal? ¿Qué resultados e impactos han tenido?
 - ¿Qué experiencias autónomas de participación ciudadana en relación a los medios se han desarrollado (veedurías, observatorios, etc.)? ¿Qué mecanismos a nivel estatal existen (defensorías, consejos consultivos, etc.)? ¿Con qué resultados?

Como se ve se trata de preguntas de investigación orientadas precisamente a saber más en aquellas áreas que se estima requieren transformaciones. Sin duda para muchas de ellas existen respuestas dispersas en un conjunto de investigaciones ya realizadas. Para otras será necesario realizar nuevos estudios. No se trata en muchos casos de preguntas nuevas sino de una forma de articularlas de modo tal que resulten útiles para construir políticas de comunicación en una dirección transformadora.

Lo ideal sería que una agenda de este tipo fuera acordada a nivel regional entre un conjunto de instituciones e investigadores y en diálogo con los movimientos sociales y políticos capaces de impulsar las transformaciones mencionadas, debatiendo continuamente con ellos los avances y resultados. Ello haría posible por un lado las comparaciones entre realidades nacionales diversas y facilitaría la construcción de políticas comunes coordinadas.

Seis áreas específicas para la coordinación regional a corto plazo

La respuesta a las preguntas anteriores debería ayudar a identificar áreas en que resulta útil y necesario coordinar esfuerzos entre los países de la región. Quisiera con todo adelantar algunos temas específicos en los que, a mi juicio, sería útil desde ya trabajar a nivel de políticas, pero donde también serán necesarios apoyos de investigación.

1. **Producción y distribución audiovisual.** Las industrias cinematográficas nacionales han pasado por diversos desarrollos en cada país, variando

principalmente de acuerdo a los estímulos estatales recibidos⁶⁵. Un desarrollo propio en esta área parece imprescindible en términos de desarrollo cultural: verse a sí mismo en pantalla chica o en pantalla grande es un modo de encontrarse y recrear identidades. La ausencia mayor o menor de esta imagen afecta nuestras posibilidades de pensarnos y de ser. Las políticas de estímulo y protección son entonces imprescindibles. Para los países más pequeños de la región es muy difícil que la industria audiovisual adquiera un desarrollo importante basándose sólo en su audiencia local. Y aún para los grandes es difícil oponer resistencias a las agresivas políticas comerciales de distribución de las multinacionales de audiovisual⁶⁶. Ambos elementos sugieren la conveniencia de articulaciones regionales de coproducción y, sobre todo, de distribución conjunta, que asegure a la producción audiovisual de la región un lugar importantes en las pantallas de nuestros países.

2. **Nuevas tecnologías de la información y la comunicación.** La velocidad de desarrollo del sector, su impacto creciente en muy diversas áreas requiere de urgentes decisiones políticas. Pero la eficacia y la viabilidad de tales decisiones será mayor si los países de la región logran coordinarlas, porque las presiones de las empresas multinacionales del sector son muy fuertes. Esto incluye cuestiones tales como la adopción de software libre en los organismos de gobierno o la protección y estímulo a las industrias locales de software y hardware. También el problema de la llamada convergencia digital entre telemática e industria audiovisual debe ser estudiado con atención, sobre todo porque puede implicar adoptar patrones tecnológicos que nos vuelvan aún más dependientes en este terreno y porque los cambios en los sistemas de medios de comunicación que pueden provocar deben ser evaluados previamente con cuidado. Pueden ser tanto

⁶⁵ Los institutos nacionales de apoyo al cine y los fondos de subsidio o estímulo han sido siempre claves en este sentido. Incluso en un país pequeño como Uruguay este mecanismo, aun con montos de apoyo ínfimos, ha logrado impactos notables. Así por ejemplo no se producían más de 5 o 6 películas por año antes de la instauración de este tipo de mecanismos a mediados de los 90 (Fondo para el Fomento de la Producción Audiovisual Nacional, etc.), pasando a más de 20 anuales en la actualidad (cfr. Stolovich et. all 2002:186).

⁶⁶ Esto incluye por ejemplo la imposición de paquetes de distribución, que obligan a exhibir un conjunto de películas de dudosa calidad junto a una película “importante”. Este mecanismo, aplicado también en televisión, achica aún más los espacios que podría tener el cine nacional y regional, a cambio de una oferta que no se justificaría ni siquiera desde el punto de vista comercial en un mercado realmente “libre”.

una oportunidad de mejora abriendo el espectro a una mayor diversidad cultural y social como una amenaza de nuevos procesos de concentración excluyente.⁶⁷

3. **Formación de comunicadores.** Aquí cabe una especial responsabilidad a las instituciones universitarias. A nivel del MERCOSUR ya se ha comenzado con procesos de evaluación, acreditación y reconocimientos mutuos para algunas carreras universitarias. Puede ser bien útil que las facultades y escuelas de comunicación pidan ser las próximas en este proceso. Esta puede ser una buena oportunidad para la mejora de la calidad de las formaciones así como para facilitar la movilidad de estudiantes y profesores entre universidades de la región, lo que también enriquecerá la formación y contribuirá al proceso de integración. Puede ser también una oportunidad para construir una agenda común de investigación como la sugerida en este trabajo y para fortalecer las capacidades para llevarla adelante, conociendo y compartiendo los recursos con los que cuentan las distintas universidades, apoyando a las más débiles desde las más consolidadas.
4. **Movimientos ciudadanos por el derecho a la comunicación.** De la emergencia de movimientos ciudadanos en este terreno dependerá en buena medida que objetivos como los propuestos anteriormente puedan avanzar. Porque no basta con la eventual buena voluntad de los gobiernos de la región ni, mucho menos, con el sólo impulso desde la academia, como ya lo mostró el fracaso del NOMIC. Pero el desarrollo de tales movimientos es todavía incipiente o escaso en nuestros países. Conocer las experiencias existentes, aprender de ellas, darla a conocer a otros, organizar acciones y espacios permanentes de debate son tareas que la academia sí puede hacer para contribuir a que estos movimientos tomen fuerza. De hecho las propias universidades pueden formar parte de foros ciudadanos u organizar veedurías, como ya lo muestran algunas experiencias en la región.

⁶⁷ Interesante en este sentido resulta un documento elaborado por Néstor Criscio (2003), uno de los integrantes del Consejo Directivo de ANDEBU, la organización que reúne a los empresarios privados de los medios uruguayos. Su planteo, que antepone muchas prevenciones a la implantación de la radio y la televisión digital, puede ser visto como un intento más por no impedir el acceso de nuevos actores al abrirse el espectro, pero contiene sin duda interesantes argumentos tecnológicos y de resguardo de soberanía.

Como se ve, estos cuatro puntos son, nuevamente, temas de investigación y temas para la acción. En este caso acciones que, a mi juicio, es posible y conveniente coordinar a nivel de regional a corto plazo⁶⁸.

Finalmente quiero proponer otros dos temas para esta agenda de coordinación inmediata para la investigación y la acción, pero que tienen un nivel de complejidad mayor. El primero requiere de coordinación intraregional; el segundo apunta a la coordinación de las políticas del MERCOSUR ante el resto del mundo.

5. Legislación y estructuras institucionales. Ya adelantamos en la primera parte algunas preguntas de investigación al respecto. Avanzar más rápidamente en este terreno puede ser decisivo para la construcción misma de políticas comunes. El hecho de que las arquitecturas institucionales sean muy dispares y la legislación engorrosa hace más difíciles tomar las decisiones adecuadas. A mi modo de ver una imagen ideal de arquitectura institucional debe incluir:

- a. Organismos de diseño de políticas, de nivel ministerial
- b. Mecanismos consultivos para el diseño de estas políticas con participación de diversos actores sociales y políticos.
- c. Organismos de control independientes de los gobiernos y designados de acuerdo a idoneidad técnica, con aval parlamentario.

En cuanto a la legislación es importante que apunte en dos sentidos: diversidad cultural y derecho a la comunicación. Verificar si las diversas legislaciones cumplen con el Pacto de Costa Rica en materia de libertad de expresión⁶⁹ y ajustar la legislación en tal sentido es un primer paso útil. Entre otras cosas esto facilitaría la caída definitiva de las trabas al desarrollo del sector socialcomunitario.

6. Derechos de propiedad intelectual y comercio mundial. La batalla en torno a los derechos de propiedad intelectual, que busca convertir todo conocimiento en

⁶⁸ De hecho entre los Sub Grupos de Trabajo del Grupo Mercado Común del MERCOSUR el N° 1 es, precisamente Comunicaciones. De una mirada sobre el tema puede verse que se ha concentrado principalmente en cuestiones técnicas (especialmente frecuencias). Hay también formalmente creada una Reunión Especializada sobre Comunicación Social, pero que o no ha funcionado o no ha producido o publicado documento alguno. Cfr. www.mercosr.org.uy

⁶⁹ La Convención Americana sobre Derechos Humanos, conocido como el Pacto de Costa Rica, firmado en 1969, contiene expresas disposiciones sobre libertad de pensamiento y expresión en su artículo 13 y sobre derecho de rectificación o respuesta en el 14. El cumplimiento estricto del artículo 13, por ejemplo, haría caer toda legislación restrictiva contra las emisoras comunitarias que ha abundado en nuestros países, como la de limitar su potencia o directamente impedir su funcionamiento.

producto vendible y apropiable por la empresa privada se ha convertido en una de las más duras a nivel de la Organización Mundial del Comercio, los debates sobre el ALCA y todo tipo de acuerdos bi o multilaterales. Lo que está en juego allí es mucho tanto desde el punto de vista económico como cultural. Toda una concepción del mundo que quiere imponerse y enormes negocios que buscan defenderse, aún a costa de impedir el acceso a medicamentos vitales (como ya se debatió en el caso del Sida y de los genéricos), o de apropiarse del saber comunitario indígena en materia agrícola o médica, para venderlo luego a altos costos económicos y ecológicos (Lander 2002). En el campo de la comunicación están en juegos disputas sobre el copyright y el copiado ilegal en la industria audiovisual, musical y del software. Disputa que se presente habitualmente como de defensa de los artistas y autores, pero que suele ser principalmente la defensa de grandes intereses corporativos. Todo indica que el modelo del copyright ha sido desbordado por las nuevas tecnologías que facilitan el copiado y que hay que buscar nuevos modos de retribución del trabajo artístico e intelectual⁷⁰. Estudios serios sobre estos temas y construcción de políticas comunes resultan hoy imprescindibles si se quiere intervenir a tiempo y con alguna probabilidad de éxito en las negociaciones en este terreno.

Contar con diagnósticos nacionales y comparados de los sistemas de comunicación de la región, debatir los objetivos de transformación necesarios y viables, investigar los temas centrales de tal transformación y avanzar en la coordinación de algunos aspectos específicos vitales constituyen entonces una propuesta de agenda para el trabajo académico sobre políticas de comunicación en el MERCOSUR. ¿Se parece más a un programa político que a un programa académico? Tal vez, pero sólo en tanto lo académico es concebido en términos cerrados y supuestamente neutros. Y no en términos de apertura y diálogo con la sociedad y de compromiso con su transformación. A mi modo de ver la tarea de las ciencias de la comunicación no es, no puede ser solamente el conocimiento de la realidad. En nuestra América Latina y en nuestra región fronteriza su tarea principal es hoy, debe ser, contribuir a democratizar la comunicación. Como se planteó la generación que, hace casi un cuarto de siglo, proponía un nuevo orden mundial de la información y la comunicación.

⁷⁰ Una discusión importante en este sentido se viene dando en torno al concepto de copyleft o anticopyright. Véase al respecto por ejemplo Azevedo (2004).

Referencias bibliográficas

- ADC (2004) *Una radiodifusión pública para la democracia*. ADC, Buenos Aires.
- Albornoz, Luis (coord.) (2000) *Al fin solos... La nueva televisión del Mercosur*. Ediciones Ciccus La Crujía, Buenos Aires.
- Azevedo da Fonseca, André (2004) *Copyleft: a utopia da pane no sistema*. Ponencia en Celacom/Endicom 2004, UMESP, São Paulo.
- Beltrán, Luis Ramiro (1999) *Las Políticas Nacionales de Comunicación son hoy, en el mundo globalizado e internetizado, más necesarias que nunca*. Entrevista de L. A. Malta en *Pensamento Comunicacional Latino-Americano*, Nº 1, Sao Paulo
www.metodista.br/unesco/PCLA
- Bertrán, Luis Ramiro (2000) *El Nuevo Orden Internacional de la Información: el sueño en la nevera*. Revista Chasqui Nº 70, Quito.
- Bolaño, César (2003) *Políticas de comunicação e economia política das comunicações no Brasil*. Convergencia, regionalização e reforma. (2ª ed.) UFS, Aracaju.
- Bouissa, Alfredo, Curuchet, Eduardo y Orcajo, Oscar (1998) *Las otras radios. Entre legitimidad y legalidad*. Nordan, Montevideo
- Congresso Nacional (2004) *Concreeção da midia. Debates no Conselho de Comunicação Social*. Congresso Nacional, Brasília.
- Criscio, Néstor (2003) *Transición a las nuevas tecnologías digitales para radiodifusión mediante modulación numérica/digital*. En World Electronic Media Forum., Ginebra.
- 14
- EPCOM (2001) *14 anos de disputa pela instalação do Conselho de Comunicação Social*. EPCOM, mimeo, Porto Alegre.
- Esteinou, Javier (2004) *El rescate del informe McBride y el Nuevo Orden Mundial de la Información*. Revista Razón y Palabra Nº 39, México.
www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/
- Exeni, José Luis (1998) *Políticas de comunicación. Andares y señales para no renunciar a la utopía*. Plural Editores, La Paz.
- Faraone, Roque. 1998. *Televisión y Estado*. Cal y Canto, Montevideo.
- FNDC (1994) *Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil*. www.fndc.org.br

- Fox, Elizabeth (1988) *La política de reforma de la comunicación en América Latina*. En *Dialogos de la Comunicación* N° 21. Felafacs, Lima.
- García Rubio, Carlos (1994). *Lo que el cable nos dejó. Televisión para abonados, comunicación y democracia en el Uruguay*. Productora Editorial, Montevideo.
- García Rubio, Carlos (1998). *El Uruguay cableado. Actualidad de la televisión de pago*. Zeitgeist, Montevideo.
- Gray, J. (1998) *False dawn. The Delusions of Global Capitalism*. The New Press. New York.
- Habermas, Jürgen (1982) *Conocimiento e interés*. Ed. Taurus, Madrid.
- Lander, E. (2002) *Los derechos de propiedad intelectual en la geopolítica del saber de la sociedad global*. En Walsh et. all *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimientos y colonialidad del poder*. Abya Yala – UASB, Quito.
- Lander, Edgardo (2000) *¿Conocimiento para qué?, ¿conocimiento para quién? Reflexiones sobre la geopolítica de los saberes hegemónicos*. En *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, número 2, págs. 53-72, Caracas.
- Martín Barbero, Jesús (1987) *De los medios a las mediaciones*. Gustavo Gili, Barcelona.
- Mastrini, Guillermo y Becerra, Martín (2001) *Cincuenta años de concentración de medios en América Latina: del patriarcado artesanal a la valorización en escala*. En *Crítica de la Economía Política de la Comunicación y la Cultura*. Comunicación Social, Sevilla
- Mastrini, Guillermo y Bolaño, César (1999) *Globalización y Monopolios en la Comunicación en América Latina. Hacia una Economía Política de la Comunicación*. Biblos, Buenos Aires.
- McBride, Sean (1980) *Un solo mundo, voces múltiples. Comunicación e información en nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económica, México.
- Stolovich, Luis et. all. (2002) *La cultura es capital*. Fin de Siglo, Montevideo.
- WSIS (2003) *Construir sociedades de la información que atiendan a las necesidades humanas*. Declaración de la Sociedad Civil a la Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información. WSIS, Ginebra. www.wsis2005.org

Poder simbólico no campo das mídias: perspectiva de estudo sobre a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web

Jairo Ferreira⁷¹

Introdução

O objeto que pretendemos investigar é a circulação discursiva⁷², definida a partir das relações entre um conjunto de textos cujos enunciados façam referência às ONGs, distribuídos em diversos quadrantes do campo das mídias (a “grande imprensa”, o jornalismo “cultural”, os pequenos jornais do interior e regionais, etc), buscando, nestes lugares do espaço social, a reprodução (modificada ou não, simples ou ampliada) do discurso das ONGs em suas mídias digitais. Pretendemos respostas ao seguinte questionamento: a) quais as transformações operadas pelas mídias localizadas em diversas posições nos mercados relativamente às ofertas de sentido das ONGs através de seus textos? b) quais são as condições exógenas e endógenas de acesso ao campo das mídias? Através dessas questões, queremos compreender as condições de realização do discurso no campo das mídias. Em termos teóricos e metodológicos, queremos investigar se é possível encontrar modelos de análise que dêem conta do lugar que as ONGs (como enunciadoras institucionais) ocupam na constituição de poderes simbólicos no campo das mídias, tendo como foco o processo de circulação discursiva.

⁷¹ Professor e Pesquisador – PPGCC - Unisinos

⁷² Essa proposição de objeto é parte do projeto de pesquisa intitulado *Reprodução, transformação e poder simbólico no campo das mídias: a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web* e um desdobramento da pesquisa finalizada em fevereiro de 2004, intitulada “*A emergência do campo de significação das ONG’s na Web: discurso e contexto de produção em dispositivos digitais.*” Apoio: Fapergs/Cnpq.

Em nossa proposta de objeto, articulamos o modelo de circulação de *A produção de sentido* (Veron) com a abordagem do campo das mídias, formulado como um conjunto de instituições midiáticas, distribuídas conforme os capitais econômicos, culturais e políticos incorporados. Essa possibilidade está aberta em Veron quando esse fala de “circulação diferencial” (1980), produção para o consumo burguês e para o consumo popular (1980, 1978), e enunciador institucionalizado (1980), instituições midiáticas e não midiáticas (1997). Consideramos que as reflexões sobre campo das mídias permitem qualificar a compreensão dos processos de circulação discursiva sugerido por aquele autor.

Referências teóricas: a circulação

A opção pelo estudo da circulação e do poder simbólico do discurso das ONGs no campo das mídias herda a discussão sobre a questão das disputas e lutas pela hegemonia. Porém, faz isso numa perspectiva comunicacional e midiática que atualiza a discussão das classes através dos conceitos de campos sociais e midiático, e transforma a questão ideológica em dimensão simbólica vinculada aos sistemas de produção e de reconhecimento estruturados e estruturantes da prática social. Essa transformação de ideologia em simbólico não é automática, pois o simbólico transforma-se em ideologia através dos processos de sociocentrismo (e/ou reificação dos próprios sistemas de produção) decorrentes inclusive da legitimidade das práticas inerentes aos campos sociais. Para evitar as ciladas de um voluntarismo ético – em que as boas intenções poderiam povoar o campo das mídias - , nosso projeto opta por uma formalização lógica no processo de interpretação que nos permita desentranhar o problema do poder simbólico das ONGs a partir dos múltiplos processos de produção e reconhecimento singulares ao campo das mídias.

Por textos, temos a mesma compreensão de Verón (1978), isto é, o nível do empírico, extraído de um determinado fluxo de materiais significantes. Por discursos, entendemos os sistema produtivo enquanto processos de produção e reconhecimento que articulam determinadas redes textuais, identificadas através da análise de produtos (Veron, 1980). A formulação de Veron (2001, 1978^a, 1978^b, 1980) que adotamos como ponto de partida, é de que o texto não é analisável em si, mas sim através das condições (gramáticas) de produção e condições (gramáticas) de reconhecimento (2001, p. 5).

Essa perspectiva será articulada com outra, a de Bourdieu, para quem

“não existe ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo; as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de sua produção – ou seja, às posições ocupadas por seus autores no campo de produção – e, por outro lado, ao mercado para o qual foram produzidas (que não é outra coisa senão o próprio campo de produção) e, eventualmente, aos mercados sucessivos de recepção de tais obras” (1996, p. 129).

Nesse sentido, procuramos compreender os processos de circulação centrifugados pela constelação de dispositivos e instituições distribuídas em vários quadrantes do campo das mídias.

Esquemáticamente, nossa investigação se refere ao seguinte processo formal de circulação:

	Pr		Rec															
↓		↓↓		↓														
Op	←	Di	→	Rep														
					Pr		Rec											
		Cir		↓		↓↓		↓										
			Op	←	Di	→	Rep											
								Pr		Rec								
						Cir		↓		↓↓		↓						
							Op	←	Di	→	Rep							
												Pr		Rec				
										Cir		↓		↓↓		↓		
											Op	←	Di	→	Rep			
																	Cir	
Ongs (mídias)				Fluxos diversos				Rotinas de produção				Instituições midiáticas						
Campos político				Campos sociais				Campo das mídias				Campos das mídias						
Campo das mídias				Campos das mídias				Campos sociais				Campos sociais						

O esquema nos informa que há uma gramática de produção representada por:

- ✓ Operações (Op) de Produção (Pr) de Discursos (Di).

Uma gramática de reconhecimento, representada por

- ✓ Representação (Re) de Reconhecimento (Rec) de Discursos (Di).

- ✓ O processo de circulação (Cir) abrange os dois movimentos anteriores.

Essa formalização localiza, na coluna à esquerda, o ponto de partida da análise da rede textual como sendo os textos produzidos pelas ONGs em seus sites na Web. Na coluna à direita, o ponto de chegada da análise da rede textual, abrangendo materiais de instituições midiáticas situadas em diversos quadrantes do campo das mídias. O que liga o primeiro conjunto de textos ao segundo é o critério metodológico do invariante referencial (Verón, 1978, p. 79-80), tendo como âncora os textos produzidos pelas ONG’s em suas mídias digitais

e/ou assessorias de imprensa, e a circulação dos mesmos com reprodução, total ou parcial, no subsistema das mídias digitais de cunho jornalístico (da “grande imprensa” aos jornais online do interior).

A investigação da circulação proposta enfrenta dois limites que serão explorados. Primeiro, o da não abrangência da totalidade dos processos circulares (coluna II, fluxos diversos). Nessa medida, a investigação da circulação que pretendemos desenvolver parte das analogias e diferenças entre dois momentos – colunas I e IV, respectivamente, mídias de ONGs e instituições midiáticas - do fluxo representado. Segundo, é o que se refere às gramáticas de reconhecimento (colunas III, rotinas de produção), cujo estudo requisita investimentos metodológicos em direção a coletivos interpretantes (Verón, 2001), que interagem com os materiais significantes em circulação como se objetos fossem, o que está normalizado como investigação sobre a recepção. Esse movimento é o que permite a configuração do processo de consumo produtivo (formulação nossa), e insere o estudo de recepção como parte do processo de circulação. Esses dois limites serão explorados na pesquisa⁷³.

· O poder simbólico no processo de circulação

Ao definirmos o simbólico como um sistema de produção, estamos procurando um lugar de interpretação que sugere – no sentido hegeliano, isto é, ao mesmo integrando - a concepção do termo como uma oposição ao material (o simbólico como subjetividade). Trata-se também de uma superação do conceito de simbólico como condensação de poderes específicos dos mercados contemporâneos (como aparece em Bourdieu). Essa segunda perspectiva, entretanto, tangencia a nossa investigação, e por isso consideramos importante esclarecê-la.

Em nossa interpretação, os poderes de mercados são regulados pelas regras dos campos sociais, específicos a um corpo de instituições (escola, esporte, etc.) e interinstitucionais (o econômico, o cultural e o político). Exemplificamos. No campo da política, uma das regras é o voto. Os sistemas de classificação são regulados pelo número de votos. No campo da cultura, uma das regras são os títulos. No campo econômico, os capitais. Nenhum dos campos interinstitucionais, entretanto, reconhece as regras do outro como valor de classificação válido

⁷³ Esse movimento das zonas formalizadas e normalizadas do conhecimento para as zonas de sombras corresponde a uma epistemologia construtivista (Bachelard, Piaget, entre outros).

em seu campo. As trocas entre os vários campos, neste sentido, são simbólicas, isto é reingressam num processo de disputas, lutas e classificações em torno do nomear e classificar o mundo.

Dessas disputas, emerge uma relação de poder localizado em vários níveis das interações sociais. Por um lado, é um “... poder invisível, que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem”. (*Bourdieu, 1977, p.31*), o que nos leva a compreendê-lo como relacionado à produção social de sentido na esfera da ação e práticas não discursivas. Por outro, é um poder que se exerce como poder de nomear o mundo, o que implica compreendê-lo no âmbito da produção social de sentido vinculado às práticas discursivas. Vemos que, nos dois casos, envolve produção, consumo e interação entre esses dois pólos – portanto, a circulação. Nosso objeto se localiza nas práticas discursivas do campo das mídias.

Localizar os sistemas simbólicos (estruturas estruturantes e estruturadas) como sistemas de produção, remete a uma homologia entre normas, regras, lógicas que caracterizam estes últimos com as dimensões ritualistas e míticas do dar, devolver e receber dos primeiros (inerentes às trocas diferidas). Nesta perspectiva, as regras, as normas e as lógicas específicas de um sistema de produção discursiva referem-se às operações próprias de seu campo de produção, e a dimensão simbólica condensa, num processo de trocas, outras regras que não as específicas do lugar onde se produzem as materialidades significantes.

A partir dessa perspectiva localizamos a questão do poder. Antes de tudo, o poder não se confunde com o sistema de produção, mesmo em sua dimensão simbólica. O poder é reconhecimento. Esse reconhecimento, entretanto, está vinculado ao sistema de produção, incluindo a sua indissociável dimensão simbólica. Ou seja, um sistema de produção ingressa nos processos de trocas simbólicas se é reconhecido, mesmo que através de mecanismos invisíveis, como competente para nomear o mundo. Na medida em que tais sistemas de produção são práticas e ações sociais também invisíveis, inconscientes, a circulação opera como relação mágica que só pode ser escandida pela análise formal dos processos⁷⁴.

· *As posições no campo das mídias*

Nossa formulação sobre o campo das mídias, se funda numa crítica e apropriação da

⁷⁴ O ciclo de vida simbólica se encerra sem que, muitas vezes, as práticas tenham sido formalizadas. A formalização é um objeto do campo científico, cujas problematização ocupa, mais ou menos, o imaginário social.

obra de *Pierre Bourdieu*. Crítica quando afirmamos que sua formulação em *Sobre a Televisão* reduz os conflitos do campo das mídias a algumas dimensões homogêneas (a mídia localizada perante os dilemas da crítica sociológica, da tradução e da traição aos processos sociais fundados em outros campos sociais). Apropriação, quando compreendemos o campo - das instituições e dispositivos midiáticas - como ofertante de produtos de consumo, formando uma oferta no mercado cultural (*La Distincion*, Bourdieu, 2000), que se distribui como outros objetos concorrentes, conforme os capitais culturais e econômicos dos consumidores.

Nesse sentido, circular é “andar” em vários quadrantes. Pensamos os quadrantes conforme o próprio Bourdieu. Em *La distinción*, no Gráfico 21 (p. 463), localiza o consumo dos jornais franceses conforme vários quadrantes, utilizando o mesmo esquema apresentado, depois, em *Razão Prática* [1997], com quatro quadrantes distribuídos conforme a posse de capitais culturais e econômicos. No quadrante com mais capitais econômicos e menos capitais culturais, predomina o consumo dos *L'Express, Le figaro, Le point, L'Aurore*; no quadrante com mais capitais culturais e menos, econômicos, o *Le monde*; com menos capitais culturais e econômicos, *Le Nouvel Observateur* e *L'Humanité*. Essa diferenciação ocorre também através de várias camadas, indo e voltando do campo das mídias em direção aos outros campos sociais, tanto no sentido dos campos configurados pelas instituições (escolar, religioso, etc. como investiga Rodrigues) como aquele definido pelos mercados (o econômico, o cultural e o político).

Assim, no quadro acima, compreendemos a circulação do discurso das ONGs como um processo que vai do campo político em interface com o das mídias até as apropriações que o campo das mídias faz do discurso produzido fora de sua dinâmica.

· *Questionamentos*

Voltamos ao nosso questionamento inicial:

- a) quais as transformações operadas pelas mídias localizadas em diversas posições nos mercados relativamente às ofertas de sentido das ONGs através de seus textos?
- b) quais são as condições exógenas e endógenas de acesso ao campo das mídias?

A primeira questão começará a ser investigada através:

1. da circulação material de enunciados produzidos pelas ONGs (textos de assessorias e/ou divulgados em seus sites), os quais, conforme investigações realizadas no âmbito do Epistecom (Núcleo de Pesquisa), não ultrapassa as barreiras invisíveis dos quadrantes

- formados pelas indústrias culturais (grande, média e pequena imprensa comercial), quando o tema se refere às questões delicadas dos mercados e campos econômico, culturais e político;
2. do sistema de produção diferencial reconfigurando os textos das ONG's, ou seja, a alteração do processo enunciativo conforme as instituições midiáticas distribuídas em cada quadrante do campo das mídias, mesmo que mantida parcialmente a esfera do enunciado, produzindo rupturas nos efeitos de sentido relativamente aos sentidos ofertados pelas ONGs, na medida em que desloca atores, agentes e instituições (o que altera o caráter do discurso relativamente a cidadania).
 3. alterações nos enunciados e na enunciação, em que as ações e práticas das ONG's são operadas, na esfera discursiva, a partir do sistema de produção midiático (incluindo aqui a sua agenda).

Através desses objetos experimentais de análise, acreditamos que o conceito de poder simbólico no campo das mídias será tencionado com a práticas discursivas, o que talvez permita a sua problematização em níveis superiores de complexidade relativamente ao ponto de partida que apresentamos acima. A reprodução e/ou transformação deve ser investigada a partir de invariantes referenciais (enunciados constantes), visando diferenciar o processo de enunciação. Nada, porém, assegura que o texto que circula é o mesmo. Um mesmo conteúdo (enunciado) pode ser diferente em termos de enunciação (desde as gramáticas de produção e reconhecimento até sua inserção em dispositivos em editoriais, páginas, capas, colunas, enunciação, etc. diferenciados), entre outras possibilidades, em que circular é produzir um efeito de distinção, que pode combinar as modalidades de que falamos acima. Esse efeito corresponde ao que Veron chama de circulação diferencial. Porém, seus estudos ocorreram em torno de oposições simples tais como o burguês e o popular, compreendendo as diferenças entre as duas instâncias apenas na esfera do consumo (ver Veron, 1980, 1978). Em nossa perspectiva, a diferenciação interessa enquanto condições de existência das instituições midiáticas, definidas a partir dos capitais econômico, culturais e políticos que as mesmas possam mobilizar (utilizando aqui metodologia que desenvolvemos na pesquisa que encerra).

Mas o elenco de dimensões anteriores não responde a segunda questão, cuja formulação corresponde a relações teóricas mais ou menos estabilizadas e concernentes aos estudos do campo da comunicação. O problema que temos, aqui, é identificar, no processo de circulação,

relações explicativas sobre o próprio sucesso da reprodução, transformação e constituição de poder simbólico no campo das mídias. A primeira hipótese é de que as condições de felicidade do discurso oscilam entre:

- a) elementos exógenos (a circulação decorre de outros tipos de poderes : dos mercados, do estado, dos agentes sociais de resistência etc.), o que será investigado através de pesquisa bibliográfica e empírica;
- b) endógenos (a circulação decorre do poder simbólico relacionado às práticas discursivas) aos fluxos e/ou dinâmica do discurso, o que será estudado conforme vimos anteriormente como análise da circulação discursiva.

O campo acadêmico da comunicação trabalha essas duas tendências, e se, genericamente, pode se apelar à dialética para afirmar a validade das duas assertivas, nos interessa verificar a singularidade desses processos no campo midiático. O estudo experimental dessa oscilação deve permitir definir formas de circulação.

Dois hipóteses sobre a circulação

· A supremacia das condições de existência externas aos sistemas de produção

A proposição de que a produção, consumo e circulação do discurso devem ser explicados em última instância pelas condições externas tem em Bourdieu um dos mais destacados e sofisticados autores. Isso porque Bourdieu (em *A Economia...*, 1996) parte da dinâmica dos processos discursivos para definir uma das instâncias de configuração de um mercado. Nessa instância, opera o *habitus* (sistemas de crenças, percepções, classificações e cognição socialmente compartilhadas, incorporados pelas individualidades orgânicas). Assim, a diversidade de disposições discursivas é conforme determinadas configurações do mercado para o qual se fala, que possui um sistema de sanções, normas e aprovações específicas (p. 24). A estratégia de distinção da fala num determinado mercado atravessa o processo de produção e recepção, portanto, de circulação discursiva. Aqui, se trata de um universo de ofertas de sentido que requisita um valor de distinção de cada proposição discursiva, que ocorrem e concorrem com outras ofertas diferenciais entre si, cujos preços são definidos pelas demandas diversas conforme os diferentes agrupamentos de recepção, produção e circulação.

Na *Economia*, as condições de produção se referem às configurações de mercado, em que as ofertas são reguladas pelos preços que se definem em termos concorrenciais, entre vários discursos, conforme demandas dos diversos públicos receptores que estão aí

localizados. Pensar essa perspectiva em termos de campo das mídias implica em investigar como um determinado mercado discursivo condiciona as ofertas e demandas de sentido.

Mas resta saber quais são essas condicionantes em termos de mercados do campo midiático (e quais são os possíveis, ou seja, os graus de liberdade frente a essas condicionantes), considerando que o dizer está condicionado pela existência objetiva de desigualdade simbólica. Ou seja, a esfera discursiva incorpora também os capitais dos agentes, através de suas competências de atuar nesses mercados, tanto no sentido de produção discursiva (em nossa proposta, em termos de sistemas de produção) como no sentido de apreciação (ou como gramáticas de reconhecimento) dos produtos aí ofertados. Neste caso, tratar-se-ia de verificar o lugar que o discurso das ONGs ocupa neste mercado, estudado enquanto processo de circulação.

Essas competências estão associadas aos diversos capitais incorporados por esses agentes (capitais econômico, políticos, culturais), mas passa a ser a competência de produção e apreciação – o estilo – das falas que vincula os capitais à produção discursiva⁷⁵. Portanto, a análise do campo das mídias requisita, aqui, mais do que o acento nos capitais acumulados enquanto condições de existência (econômicos, políticos e mesmo culturais), o sistema de distinções operadas – em termos cognitivos, estratégicos e simbólicos - nos processos e sistemas de produção, (gramáticas de) reconhecimento e circulação do discurso midiático.

Porém, coerente com sua teoria de que as estruturas sociais subjetivas são articuladas, enquanto campo de possíveis, com as estruturas sociais objetivas (as posições), o autor afirma que o poder simbólico – poder de declarar, constatar, performar, fazer crer - não é um fenômeno estritamente discursivo, mas se configura na esfera das relações sociais externas aos atos de linguagem – “o lucro de distinção propiciado por todo e qualquer uso da língua legítima” tem a sua fonte no conjunto de relações de dominação.

Portanto, “uma ordem ou mesmo uma palavra só pode operar quando tem a seu favor a ordem das coisas, pois sua realização depende de todas as relações de ordem que definem a ordem social” (p. 62). Em decorrência, o poder de declarar um acontecimento, avaliar, indicar, opinar, tematizar, etc. da mídia, seria constituído como autoridade simbólica conforme lugares ocupado no mercado, o que remete a abrangência de seus dispositivos, dos

⁷⁵ Assim, nas páginas 74-78, Bourdieu (1996) discorre sobre o *habitus* burguês e popular na relação entre fala, corpo e sexualidade, evidenciando que o mais importante não são os capitais em si, mas o *habitus* como mediador de disposições incorporadas, cuja configuração é indissociável dos capitais, mas tem sua própria economia

capitais incorporados na instituição, do lugar ocupados por seus agentes individuais etc.

· *A primazia dos sistemas de produção e reconhecimento*

As operações discursivas do campo das mídias produzem uma ruptura com os processos discursivos de outros campos sociais e, ao mesmo tempo, ocupam um lugar de mediação. Isto é, no fluxo discursivo, há tensões entre o campo das mídias e outros campos sociais (mercados e instituições) decorrentes da autonomização do discurso das mídias. Essa autonomização não permite uma interpretação da mídia como meio (isto é, o campo das mídias a serviço de outros campos sociais, sob uma lógica instrumental). Nesse sentido, os discursos são descolados de suas formas originais, e recolocados em formas novas, exotéricas, competentes para uma inserção no imaginário em circulação no espaço público. Isso é, se as formas originais dos discursos são pertinente com as disputas nos campos sociais de pertencimento dos mesmos, as construções discursivas das mídias promovem uma ruptura, afirmando as suas próprias formas discursivas, a partir das quais os conflitos são apropriados e reconstruídos. O que está em jogo aqui não são as relações de poder exógenas ao campo das mídias, mas um poder que instala enquanto relações entre vários sistemas de produção e reconhecimento, expresso no âmbito do processo de circulação, que se faz no sentido e uma exoterização identificável nas marcas do discurso, ou seja, transformações produzidas na circulação que reafirmam a perspectiva dos contratos da mídia com o espaço público.

Nessa perspectiva, se instalaria um processo contraditório: se, por um lado, as ONGs constituem agentes de enunciação, do enunciado e enunciadore institucionais cujo reconhecimento a instituem como poder simbólico, por outro, seriam desconstituídas conforme modalidades de reconhecimento e (re) investimentos em termos de sistemas de produção, distribuídos no mercado das mídias. Aqui a circulação se aproxima do conceito de auto-organização de Luhmann.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. [1997b]. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BOURDIEU, P. [2000]. *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. - 2. ed. - Madrid : Taurus.

BOURDIEU, P. [1989]. *O poder simbólico*. São Paulo : Difel.

- BOURDIEU, P. [1990]. *Coisas Ditas*. 1. Ed. São Paulo. Brasiliense.
- BOURDIEU, P. [1992]. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. [1996]. *Journalisme et éthique*. Actes du colloque fondateur du centre de recherche de l'Ecole Supérieure de Journalisme (Lille), Les cahiers du journalisme, Juin, n°1.
- BOURDIEU, P. [1996] *A economia das trocas lingüísticas*, 1. Ed. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, P. [1997]. *Razões práticas*. 2. Ed. São Paulo: Papirus.
- BOURDIEU, P. [1997b]. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. - 2. ed. - Madrid : Taurus, 2000.
- CORREIA, João Carlos. *Comunicação e cidadania. Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Horizonte, 2004.
- DURAND, Gilbert. O retorno do mito: introdução à mitologia. Mitos e sociedades. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, número 23, abril 2004.
- ESTEVES, João Pissarra. *A formação dos campos sociais e a estrutura da sociedade moderna*. In: *A ética da comunicação e os media modernos. Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Portugal : Fundação Calouste Gulbenkian. 2002.
- FAIRCOUGH, Norma [2001]. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FAUSTO, Antônio [2001]. *Comunicação e mídia impressa. Estudos sobre a aids*. São Paulo:L Hacker Editores.
- GOHN, Maria da G. [2000]. *Mídia, terceiro setor e mst*. Petrópolis: Vozes.
- HABERMAS, J [1999]. *Teoria da ação comunicativa I*. Madrid : Taurus.
- Le dispositif*. Entre usage et concept. Paris: CNRS editions. 1999.
- LUHMANN, N [2000]. *La realidad de los medios de masas*. Mexico: Anthropos. Universidade Iberoamericana.
- MOUILLAUD, Maurice & DAYRELL, S. [1997]. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15.
- RODRIGUES, Adriano [1993]. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja.
- RODRIGUES, Adriano. [1996] *O discurso mediático*. Lisboa: Mimeo.
- TRAQUINA, Nelson [1993]. *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja.
- TRAQUINA, Nelson [2001]. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.
- VERÓN, E [1980]. *A produção de sentido*. São Paulo : Cultrix, Editora da USP.

- VERÓN, E [1983]. Quand lire c'est faire: l'énonciation dans le discours de la presse écrite. *Sémiotique II*, IREP (Institut de Recherches et d'Études Publicitaires), Paris.
- VERON, E. (1985). Les spectacles scientifiques télévisés. Figure de la production et de la réception. Université Paris II: La documentation française.
- VERÓN, E. (1995). Construir el acontecimiento. Los medios de comunicación masiva y el accidente em la central nuclear de Three Mile Island.
- VERÓN, E. (1978). Hibou. *Communications*. Paris: École de Hautes Études em Sciences Sociales, 1978, p. 69-125.
- VERÓN, E. (2001). Los públicos entre producción y recepción: problemas para uma teoria del reconocimiento. Curso da Arrábida. Público, Televisão, 2001.
- VERÓN, E. 1978). Sémiosis de l'idéologique et du pouvoir. *Communications*. Paris: École de Hautes Études em Sciences Sociales, 1978, p. 7-20.
- VERÓN, E (1989). Que voit-on du monde? Imagens dans le discours de l'information. La recherche photographique. *Histoire, Esthétique*. Editions Hazane. Num especial, 7, 1989, p. 1-6.
- VERÓN, E. (1997). Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos de la comunicación*. Número 48, octubre de 1997, p. 9-17.

Da política ao negócio: a mutação do rádio no Oeste catarinense

Leandro Ramires Comassetto*

Resumo

A trajetória do rádio em Santa Catarina está associada ao uso político. Por muito tempo, o rádio foi instrumento de promoção e sustentação das oligarquias que se revezavam no comando do Estado, servindo também aos interesses dos grupos economicamente dominantes. A situação perdurou até o início da última década, quando os reflexos trazidos pela nova ordem econômica provocaram mudanças na radiodifusão catarinense. O artigo investiga os determinantes da transformação, atendo-se ao caso de cinco emissoras AM do Oeste do Estado.

Palavras-chave

Rádio; política; globalização

Introdução

Se há uma característica a marcar a trajetória do rádio em Santa Catarina é o seu uso político. A utilização do rádio com este fim não é novidade. No Brasil e no mundo, sobram exemplos de como a mídia sonora, ao longo da história, serviu aos interesses do poder¹. Em Santa Catarina, mais do que um palanque para a promoção dos candidatos que disputavam o comando no Estado e nos municípios, o rádio, e não raro a televisão, foi utilizado para a sustentação dos interesses das oligarquias que comandaram e ainda hoje exercem influência na política estadual. Não por menos, a quase totalidade das concessões para a criação das emissoras passava pela vontade desses grupos, que, depois, direta ou indiretamente, atuavam em seu controle (DE MARCO, 1991).

A entrada no século XXI, com o estabelecimento de uma nova ordem econômica, irradia sinais de que a política não é mais o pilar de sustentação da radiodifusão no Estado. O uso com esta finalidade, não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, continua existindo, ainda que, por vezes, dissimulado pelas artimanhas do poder². Só que, como ocorre em outros

* Jornalista, professor da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Contestado (UnC - Concórdia-SC). Mestre em Linguística (UFSC) e doutor em Comunicação Social (PUCRS). E-mail: ramires@uncnet.br.

¹ Alguns casos célebres são citados por HAUSSEN (2001). Ver também MOREIRA (1998).

² MOREIRA (1998) cita, por exemplo, a estrutura montada pelo então governador Paulo Afonso Vieira, com o objetivo de abastecer a imprensa com informações a ele favoráveis durante o processo de *impeachment* a que foi submetido em 1997.

setores e, nitidamente, na comunicação, a preocupação reinante hoje é como manter as empresas vivas como negócio e, de preferência, dando lucro.

Este é o caso das cinco emissoras analisadas por este estudo. Com forte representação no Oeste catarinense, a Rádio Rural (Concórdia), a Rádio Videira (Videira), a Rádio Índio Condá (Chapecó), a Rádio Peperi (São Miguel do Oeste) e a Rádio Catarinense (Joaçaba) tiveram, no passado, uma relação marcante com a política. Hoje, buscam a consolidação como negócio. O porquê desta transformação é o que este artigo procura explicar, à luz de uma reflexão que leva em conta as mudanças provocadas pela globalização, principalmente em seus aspectos econômicos e políticos. Além de recorrer a bibliografia pertinente, a investigação requereu observação de campo, análise da programação e entrevistas com proprietários e funcionários das emissoras e representantes de segmentos da comunidade³.

O rádio e a política em Santa Catarina

O rádio em Santa Catarina nasceu compartilhando dos ideais de Roquete Pinto. Fazer do veículo um instrumento em favor da cultura era o propósito da PRC-4, Rádio Clube de Blumenau, a primeira emissora do Estado, fundada em 1935, e única a reinar até o fim da década de 30. As emissoras que se seguiram (Difusora de Joinville, Difusora de Itajaí e Guarujá de Florianópolis, todas fundadas na primeira metade dos anos 40) não encontraram pretensões diferentes, embora já debatessem alguns problemas sociais (com implicações políticas) de suas cidades.

De qualquer forma, pode-se dizer que o rádio catarinense, em sua primeira década, era basicamente musical e foi marcado pelo amadorismo. A carência de locutores profissionais e a limitação dos transmissores, que, devido à necessidade de resfriamento, permitiam a transmissão apenas em horários esporádicos, dificultavam a avaliação do potencial do veículo como instrumento rentável, tanto econômico quanto político (MEDEIROS, R & VIEIRA, L. H., 1999). Mas esta situação não perduraria por muito tempo.

Em 1946, um ano antes da eleição que o elegeria governador, Aderbal Ramos da Silva torna-se proprietário da Rádio Guarujá, e “a família Ramos, ligada ao Partido Social Democrático (PSD), vislumbra na emissora um cabo eleitoral até então não explorado pela oligarquia” (Idem, p.46). Daí em diante, o rádio assume uma nova faceta e as futuras

³ Estas pesquisas servirão a estudo mais amplo, que deverá resultar na tese “A Voz da Aldeia: O rádio local e o comportamento da informação na nova ordem global: um estudo de caso do Oeste catarinense”.

concessões, direta ou indiretamente, passam a ser alvo de disputa das duas correntes que dominavam a política estadual. Em Florianópolis, o exemplo mais marcante foi a fundação, em 1955, da Rádio Diário da Manhã, por obra do então governador Irineu Bornhausen, que junto à família Konder, constitui a outra oligarquia dominante em Santa Catarina, esta ligada à União Democrática Nacional (UDN). A emissora foi criada com o objetivo claro de neutralizar a ação da Rádio Guarujá, que atendia aos interesses da família Ramos. A rivalidade entre os dois grupos era tanta, que “ambas as rádios mantinham alto-falantes na praça central da cidade, disputando a atenção de quem por lá passasse. As pessoas paravam para ouvir os noticiários e, em período de apuração eleitoral, havia uma audiência extraordinária”. (ALVES⁴, 2003)

O jornalista Roberto Alves lembra que a disputa política no Estado era tão acentuada, que se fazia sentir em praticamente todos os setores da sociedade, do Carnaval ao futebol: “Das duas escolas de samba, *Protegidos* era UDN e *Copa Lord*, PSD. Os primeiros freqüentavam o *Clube Lira* e, os outros, o *Clube 12*. No remo, os udenistas apoiavam o *Aldo Luz* e os pessedistas, o *Riachuelo*. No futebol, *Avaí* era PSD e *Figueirense*, UDN”.

De volta ao rádio, é importante citar que as emissoras que se seguiram à Rádio Diário da Manhã também tinham forte relação com a política, como era o caso da Rádio Anita Garibaldi, fundada em 1955 pelo médico J.J. Barreto, de tendência pessedista. Surgida no mesmo ano, a Rádio Jornal A Verdade, do jornalista Manoel de Menezes, até tentou manter posição independente, com críticas às duas oligarquias, mas, no final, acabava pendendo ora para o PSD, ora para a UDN (MEDEIROS, R. & VIEIRA, L.H., op.cit., p.51-52).

A efervescência política fez proliferar o número de emissoras em Santa Catarina⁵. Algumas “nasciam exclusivamente para fins políticos e viviam apenas nos períodos eleitorais”, mas, em geral, o que se via era as principais correntes políticas preocupadas em deter concessões e a manter programas diários de divulgação partidária, independente de ser ou não período eleitoral (Idem, p.49-53).

Neste sentido, sobressai-se a trajetória dos irmãos Walter e Adolfo Zigelli, que mantinham na Rádio Catarinense, de Joaçaba (5ª emissora do Estado, fundada em 1945), um programa criado exclusivamente para promover a UDN, chamado “UDN em Marcha”, que

⁴ ALVES, Roberto. Comentarista esportivo da CBN. Depoimento ao autor em 5 de fevereiro de 2003, em Florianópolis.

tinha a função também de divulgar notícias desmoralizando os adversários. O programa era tão contundente e gozava de tamanha audiência, que atraiu a atenção do então governador Jorge Lacerda, que, em 1956, não hesitou em levar os irmãos para a Rádio Diário da Manhã, de Florianópolis, onde tiveram a incumbência de criar programa semelhante, promovendo as ações do governo, sem, obviamente, esquecer de desmerecer os opositores. A aceitação foi tão grande que não demoraria para que este se tornasse o noticiário mais famoso e popular do rádio estadual.

É importante lembrar que, até essa época, as manifestações jornalísticas eram irrelevantes ou ocupavam posição secundária. Em geral, as rádios limitavam-se a ler as notas publicadas pelos jornais ou a dar notícias captadas das emissoras maiores de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente as do Repórter Esso, procurando imitar o estilo de apresentação do noticioso mais popular do país.

O programa “O governo do estado em foco”, que depois viria a se chamar “A marcha dos acontecimentos”, é considerado o noticioso que inaugura o jornalismo no rádio catarinense. De tom instigante e provocativo, tinha um caráter nitidamente politiquês, como o próprio produtor e apresentador, Adolfo Zigelli, admitia: “era sectário, udenista, da ala mais radical possível”⁶. Mas, descontado o caráter ideológico, contava com uma produção profissional e ia ao ar sempre na hora certa, às 12h30, fator que motivou várias emissoras do interior, afinadas com o partido do governador, a entrar em cadeia com a Rádio Diário da Manhã⁷, para sua retransmissão. Além disso, o programa serviu de inspiração a outras rádios catarinenses, que adotaram a fórmula com o intuito de fortalecer ou rechaçar a proposta governista, dependendo da linha política de cada uma.

A política no rádio oestino

A mesma rivalidade política que se fazia notar na capital e nas cidades mais desenvolvidas do Estado irradiava para o interior. No Oeste, de colonização recente⁸, o exemplo mais marcante é a cidade de Joaçaba, então principal pólo da região, onde, para fazer

⁵ Até o final da década de 40, já eram vinte as estações que operavam oficialmente no Estado, número que dobrará na década seguinte. Em 1965, Santa Catarina contava com 55 emissoras.

⁶ Entrevista a Raul Caldas Filho, apud PEREIRA, 2000:62.

⁷ Tanto a Diário da Manhã quanto a Guarujá, então as duas maiores rádios da capital, operavam em Ondas Médias e Curtas.

frente ao sectarismo udenista da Rádio Catarinense, políticos ligados ao PSD obtêm, em 1955, a concessão de um canal, a Rádio Herval do Oeste. Cada corrente era dona de uma emissora e o procedimento era o mesmo: trabalhar pela promoção do partido e criticar os adversários, lembra o radialista Edmilson Jayr de Souza, acrescentando que as duas facções “se digladiavam através do rádio”⁹.

A disputa perdurou até 1964, quando o golpe militar uniu as oligarquias catarinenses, que, ideologicamente, nunca foram rivais: “A UDN e PSD sempre foram aliados ideológicos, disputando tão somente a hegemonia do poder político, para a consecução, inclusive, dos interesses dos grupos econômicos que suportavam as agremiações”, analisa Silveira Lenzi (Apud DE MARCO, 1991:64). Com apoio declarado ao novo regime instaurado no país, as lideranças dos dois partidos mostram-se simpáticas à corrente arenista e continuam usando o rádio como instrumento de projeção política e de fortalecimento de seus interesses econômicos. Nessa época, o rádio ainda não era o “negócio”, servindo mais como instrumento de sustentação e promoção dos empreendimentos verdadeiramente rentáveis, cujos casos mais marcantes são a Sadia e a Perdigão, os maiores grupos econômicos do Oeste catarinense, sediados, respectivamente, nas cidades de Concórdia e Videira. Na época, a Sadia já era proprietária da Rádio Rural, e o Grupo Perdigão viria a constituir uma das principais redes de comunicação do Sul do Brasil, a Rede Barriga Verde, com emissoras de rádio e televisão na capital e no Meio-Oeste do Estado¹⁰.

O rádio teve particular importância para a Sadia quando da difusão de novas tecnologias na criação de suínos e aves e a implantação do sistema de integração com os produtores, que eram convidados a atuar integrados ao frigorífico, recebendo apoio técnico, insumos e matéria-prima, mas se comprometendo a entregar a produção unicamente para a indústria a que estavam vinculados. Como a estrutura de comunicação da época era precária¹¹, “para

⁸ A colonização do Oeste catarinense ocorre somente a partir de 1916, depois de terminada a Guerra do Contestado, com a definição dos limites entre Santa Catarina e Paraná e o fim das pretensões argentinas sobre o território.

⁹ SOUZA, Edmilson Jayr de. Ex-funcionário da Rádio Catarinense e hoje funcionário do jornal “O Fato”, de Catanduvas (SC). Depoimento ao autor, em 5 de maio de 2004, em Catanduvas.

¹⁰ Formavam a Rede Barriga Verde, na década de 80, a TV Barriga Verde (Florianópolis), TV Joaçaba, Rádio Videira AM, Rádio Videira FM, Rádio Sociedade Catarinense AM (Joaçaba), Rádio Sociedade Catarinense FM (Joaçaba), Rádio Transoeste FM (Joaçaba), Rádio Líder do Vale AM (Herval D’Oeste), Rádio Barriga Verde AM (Capinzal) e Rádio Barriga Verde FM (Florianópolis). O grupo mantinha ainda participação societária na TV Lages e nas emissoras AM e FM de Lages, na Rádio AM de Taió e numa emissora localizada em Pato Branco (PR). (DE MARCO, 1991:103-104).

¹¹ RIBAS JÚNIOR (2001) diz que, até meados da década de 70, “o Oeste era uma região isolada e a metade das cidades de Santa Catarina não tinha serviços telefônicos”. Só em 1969, o Estado criaria a Cia. Catarinense de

apoiar esse amplo e inovador programa adotado pela Sadia, uma emissora de rádio, a Rádio Rural de Concórdia, a partir de 1957 começava a levar informação e orientação diretamente aos criadores nas suas propriedades” (SADIA 50 anos: construindo uma história, 1994:45).

A parceria sob a forma de integração desenvolvida pela Sadia, que viria a ser adotada também pelas demais agroindústrias do Oeste catarinense, nem sempre era vista como um processo vantajoso, o que, obviamente, o rádio não dizia, mas que está registrado na análise sociológica de então, como é o caso desta observação do geógrafo PAULO FERNANDO LAGO:

“Na área onde, a exemplo, a SADIA CONCÓRDIA S.A. comanda o processo produtivo através de esquemas de propriedades “assistidas” e “integradas”, os avicultores ignoram, sequer, o quanto deverão criar e o dia em que o estoque criado será recolhido. O recolhimento é feito por transportadores especializados cuja presença na propriedade do criador do lote de aves é informada através de serviço de comunicação radiofônica. O rádio portátil tornou-se, portanto, de fundamental utilização e comunica, por comando central, o momento da ultimateção do produto, da chegada do meio transportador ou da recepção de lotes e de rações” (1978:285).

Paralelamente ao suporte que dava para a movimentação das agroindústrias, o rádio era usado como instrumento de projeção política dos candidatos que interessavam às empresas ou mesmo de seus proprietários, uma vez que “para os empresários das agroindústrias não bastou administrar apenas as suas empresas e a economia do lugar, voltando-se também para as atividades político-partidárias” (ALBA, 2002:33), com a finalidade de barganhar melhorias na infra-estrutura da região e que diretamente beneficiassem seus negócios (Idem, p.23). Destacam-se, no cenário político regional, Saul Brandalise (Perdigão), Plínio Arlindo de Nês (Chapecó) e Atílio Fontana (Sadia), este, dono de uma extensa carreira política¹².

O apoio da Rádio Rural à trajetória eleitoral do fundador da Sadia está imortalizado na compilação dos textos daquele que, por muitos anos, foi o principal programa de opinião da emissora, “O fato do dia”, cujos comentários eram escritos pelo então diretor da Rádio, Olavo

Telecomunicações (depois Telesc), produzindo um plano de expansão que se consolidaria em 1978, com a integração de todos os municípios do Estado, mas sem contemplar ainda as propriedades do interior, onde a telefonia chegaria somente nos anos 90.

¹² A trajetória de Atílio Fontana pela política começa com a “insistência” do então governador Nereu Ramos (FONTANA, 1980:150), em 1945, para que organizasse o PSD no Meio-Oeste catarinense. Depois disso, foi vereador e prefeito de Concórdia, deputado federal por dois mandatos, senador, secretário estadual da Agricultura e vice-governador do Estado.

Rigon, também um dos diretores da Sadia e vereador eleito pelo PSD em 1955. O excerto a seguir, extraído do comentário de 02 de outubro de 1962, ilustra a linha política da emissora:

“Boa tarde, senhoras e senhores ouvintes. Após uma viagem pelo norte do Estado [...], quando retornamos ontem à noite, verificamos uma onda mal intencionada que dizem estar a nossa igreja fazendo restrições ao nome, por exemplo, do maior defensor do cristianismo e da democracia, que é o deputado Atílio Fontana.

Em face de termos percorrido mais de cem municípios catarinenses, fazendo o Oeste, a Serra, o Vale do Itajaí e o Norte do Estado, podemos com franqueza e absoluta sinceridade transmitir que a igreja jamais teria interesse de fazer restrições àqueles que são democratas convictos, porque o perigo do Brasil está no fogo vermelho que se avizinha e, portanto, uma ameaça a nossa igreja e às nossas instituições.

Por isso, dirigimos hoje a nossa palavra a todos os cristãos desta terra, levando aos seus conhecimentos que todos os bispos de Santa Catarina, atendendo à palavra das igrejas cristãs do Brasil, têm o máximo interesse que homens da envergadura de um Atílio Fontana e outros democratas que estão se apresentando ao nosso povo sejam eleitos em 7 de outubro, fortalecendo no próximo Congresso Nacional a nossa democracia” (RIGON, 1987a:164).

A rejeição às correntes de esquerda, já externada antes de 1964, acentuar-se-ia ainda mais após o golpe militar, período em que as agroindústrias e as emissoras a elas vinculadas demonstravam total simpatia ao novo regime, como demonstrava o comentário levado ao ar em 30 de março de 1974:

“Ao ensejo dos 10 anos da Revolução de 64, prestamos a nossa homenagem a quatro brasileiros que souberam manter esse sistema que veio salvar o Brasil e dar-lhe as condições que hoje desfruta perante o mundo: referimo-nos a Castello Branco, Costa e Silva, Médici e agora Ernesto Geisel” (Idem, 1987b:44).

Há que se observar que esse foi um período em que os meios de comunicação eram rigorosamente vigiados e, qualquer desliz, na ótica dos militares, poderia culminar com a cassação da concessão da emissora. Mas isso não acarretaria maiores problemas para uma mídia que já estava alinhada com o regime autoritário, tendo à sua frente políticos ou simpatizantes da legenda governista, a Arena, que, depois do golpe, aglutinou os principais representantes da UDN e PSD no Estado, que também exerciam forte liderança sobre o rádio catarinense.

Segundo DE MARCO (op. cit., p.61), “de um total de 55 emissoras existentes em 1965, 29 tinham, entre os sócios, políticos (estaduais) do PSD e da UDN. Destas, dez vinculadas

diretamente às famílias Ramos e Konder Bornhausen”. As demais, em sua maioria, tinham sócios “com cargos ou vínculo político em nível municipal (prefeitos, vereadores e membros de diretórios)”. O estudo não diagnosticou nenhum político de outro partido, notadamente o PTB, terceira maior força política do Estado.

O regime militar coincidiu com o período de surgimento do rádio FM, fator que contribuiu para que o número de emissoras dobrasse em Santa Catarina. De 1965 a 1985, o estado recebeu 67 novos canais de rádio e dez de televisão, concessões que “beneficiaram não só empresários confiáveis ao regime ou políticos arenistas, mas, em muitos casos, contemplavam quase que diretórios municipais inteiros da Arena (depois PDS)” (Idem, p.72). Só no governo Figueiredo, das 42 novas concessões de rádio, apenas seis escapam de uma relação direta com o PDS (p.77).

Entre os novos canais surgidos na época, no Oeste catarinense, estão a Rural FM, do grupo Sadia, e a Líder do Vale AM, Catarinense, Transoeste e Videira FMs, do grupo Perdigão, representados, então, na política, por nomes como Victor Fontana (vice-governador do Estado no mandato de Esperidião Amin – 1983-87), Vasco Furlan (deputado estadual e federal, pelo PDS, nos anos 80 e 90), Saul Brandalise (fundador e presidente do primeiro diretório do PDS em Videira e, depois, membro do diretório estadual do PFL) e Ivan Oreste Bonato (secretário estadual da Fazenda no governo Bornhausen – 1979-82, e suplente do senador Jorge Bornhausen, a partir de 1983). É também desse período (1976) a Rádio Índio Condá (Chapecó), de propriedade de Alfredo Lang (ex-integrante dos diretórios do PDS e PFL¹³). A Rádio Peperi (antes Colméia), de São Miguel do Oeste, depois de uma trajetória marcadamente política¹⁴, passaria a desenvolver um trabalho mais profissional a partir de 1984, quando foi adquirida pela família Baldissera, mas esta também ligada ao PDS¹⁵.

Na avaliação de DE MARCO (op. cit., p.94-95), “uma elite estreitamente ligada aos interesses econômicos dominantes conservou para si o manejo dos meios de comunicação de

¹³ Em 1990, Alfredo Lang filiou-se ao PDT, para concorrer à Câmara Federal, sem conseguir se eleger.

¹⁴ Segundo Stertz (2000, p.29-39), desde que assumiu como diretor-presidente, em 1960, Hélio Wassun, que mais tarde seria o primeiro prefeito nomeado de São Miguel do Oeste (considerada, então, área de Segurança Nacional, por estar localizada na fronteira com a Argentina), passa a ver na emissora, um meio que, além de contribuir para o desenvolvimento do extremo Oeste e do município, seria um “instrumento de sustentação política”.

¹⁵ O então diretor da emissora, Ademar Pedro Baldissera, foi eleito vereador pelo partido em 1983, mudando, mais tarde, para o PFL. Ele cumpriu mandato até 1988. Antes, seu pai, Leolino João Baldissera, já havia assumido provisoriamente como prefeito em três gestões, enquanto presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

massa mais importantes”¹⁶. Seu estudo, concluído em 1991, identificara que PDS e PFL, os dois principais partidos da chamada “União por Santa Catarina”, controlavam, direta ou indiretamente, 93% das emissoras AM, 81% das FMs e 100% dos canais de televisão do Estado, obtendo, pelo uso da mídia, vantagens políticas e econômicas para seus negócios.

A mutação do rádio no Oeste catarinense

A década de 90 e, especialmente, os primeiros anos deste século sinalizam um novo tempo para o rádio oestino catarinense. Obviamente que a mutação não se dá da noite para o dia. Nem se pode dizer que o rádio está isento de interesses políticos ou econômicos em outros negócios, que tão bem o caracterizaram nas décadas anteriores. Mas algo que se verifica com clareza é um rádio mais preocupado em consolidar-se como empresa, conquistando audiência e revertendo em lucratividade para as sociedades que o administram. A principal vantagem desta mudança é que as emissoras mostram-se mais abertas e democráticas, notadamente no que se refere ao acesso dos vários segmentos da sociedade e das diversas correntes políticas. Também há mais preocupação com a informação, com um maior profissionalismo e imparcialidade nos noticiários.

Algo que orgulha a Peperi, que hoje integra um grupo de seis emissoras (três AMs e três FMs) no Extremo-Oeste do Estado, é o “microfone de ouro”, uma espécie de *Oscar* do rádio, que lhe foi atribuído pela Acaert (Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão), em 2001, por sua atuação no jornalismo e esporte. “O jornalismo é um dos produtos de maior aceitação da emissora”, justifica o gerente Adilson Baldissera, admitindo que, no passado, “a rádio até foi usada politicamente”, mas hoje zela por um profissionalismo que não admite sequer que seus funcionários tenham vínculo com outra atividade do ramo, como assessorias a entidades, empresas ou políticos. “PP, PMDB, PT... todas as facções são tratadas indistintamente e todos acabam sendo clientes da rádio” (BALDISSERA¹⁷, 2004), que tem entre os anunciantes o maior grupo empresarial da região, a Cooperativa Aurora, e a Cooperoeste, uma cooperativa do MST.

¹⁶ Como o objeto deste estudo é o rádio AM no Oeste catarinense, não nos ativemos aos grupos que atuam ou atuaram fora da região, ou mesmo dentro dela, mas com outras mídias, como é o caso da RBS, que possui canal de televisão e rádio FM em Chapecó. A RBS, que iniciou suas atividades no Estado em 1977, é hoje o grupo de mídia mais poderoso de Santa Catarina e, apesar de sempre ter se auto-proclamada neutra politicamente, segue a linha político-ideológica da Rede Globo, o que lhe exige um “governismo até o último fio de cabelo” (GUARESCHI & RAMOS, 1988, p.82).

Outra emissora que não admite envolvimento partidário de seus funcionários é a Catarinense, de Joaçaba, que, depois da dissolução do grupo Perdigão, passou a constituir, junto com a Rádio Líder, de Herval do Oeste, mais duas FMs e a repetidora de TV local, a Rede Catarinense. Embora ainda pertencentes ao grupo Bonato, “as emissoras gozam de total independência, consolidando-se como negócio, que busca retorno financeiro, mas ciente de sua responsabilidade social” (SANTOS¹⁸, 2004).

As demais emissoras antes vinculadas ao grupo Perdigão continuaram formando a Rede Barriga-Verde, hoje de propriedade apenas da família Brandalise. Ao todo, no Meio-Oeste catarinense, são seis emissoras (4 AMs e 2 FMs) “em busca de audiência, prestígio e, conseqüentemente, retorno comercial” (ZAGO¹⁹, 2004). O diretor da Rede, Dionísio Zago, não menospreza o poder e a influência que o rádio ainda tem na região, mas assegura que hoje o veículo “não é mais usado para influenciar política ou economicamente” (Idem). O rádio é o negócio e, como tal, “precisa se sobressair pelo profissionalismo e pela credibilidade” (SOUZA²⁰, 2004).

Apesar de garantir que o comportamento da Rádio Índio Condá é praticamente o mesmo, desde quando foi criada a emissora, em 1976, o diretor, Alfredo Lang, admite que, depois que saiu da política, passou a haver uma aceitação e confiabilidade maior por parte da comunidade.

“Todos continuam tendo acesso, independente da ideologia ou da cor partidária, mas minha desvinculação total da política, com a desfiliação, inclusive, de partido, parece que criou uma atmosfera mais favorável. Antes, o rótulo fazia com que se tivessem certas prevenções, certas cautelas, que acabavam prejudicando a emissora”. (LANG²¹, 2004)

Este é o motivo pelo qual Lang entende que não é possível conciliar a política com a empresa. “Hoje, se alguém se sentir ofendido com alguma crítica (em razão, principalmente,

¹⁷ BALDISSERA, Adilson. Diretor-proprietário da Rede Peperi. Depoimento ao autor em 15 de abril de 2004, em São Miguel do Oeste.

¹⁸ SANTOS, Nelson Paulo dos. Gerente da Rádio Catarinense. Depoimento ao autor em 24 de março de 2004, em Joaçaba.

¹⁹ ZAGO, Dionísio. Diretor da Rede Barriga-Verde. Depoimento ao autor em 17 de março de 2004, em Videira.

²⁰ SOUZA, Neliege Pagnussat de. Gerente da Rádio Videira. Depoimento ao autor em 17 de março de 2004, em Videira.

²¹ LANG, Alfredo. Diretor-proprietário da Rádio Índio Condá. Depoimento ao autor em 26 de abril de 2004, em Chapecó.

da linha opinativa adotada pela emissora), o incomodado imediatamente é convidado a se manifestar” (Idem, 2004).

Ainda antes de ser vendida pela Sadia, em 2001, a uma sociedade de quatro empresários locais, a Rádio Rural de Concórdia iniciou, na década de 80, um trabalho de profissionalização do jornalismo, com a contratação de jornalistas formados e uma acentuada programação informativa, com redação consistente e unidade móvel na rua, cobrindo todos os setores da comunidade de Concórdia e do Alto Uruguai catarinense. Na ocasião, a emissora ainda mantinha um partidarismo forte, em razão dos interesses da Sadia, que interferia na política local, inclusive, com candidatos da empresa²², mas já começava a dar os primeiros passos rumo a um processo de abertura.

“A mudança foi provocada por uma série de fatores, dentre os quais, a melhoria da qualidade do jornalismo, com profissionais trabalhando nisso. A nova visão, associada à ampliação do espaço noticioso, do leque de pautas e das fontes de cobertura, tornaram mais difícil o controle da informação. Outro fato importante foi a vitória (na eleição municipal de 82) do candidato da oposição, que se elegeu sem nunca ter falado na rádio, o que mostrou que a rádio não era tão determinante quanto imaginava ser” (DAL PIAZ²³, 2004).

Há que se considerar ainda, na avaliação do jornalista Clélio Ivo Dal Piaz, então coordenador de jornalismo da emissora, que o Brasil estava saindo de um período de censura e os novos diretores assimilaram esta mudança. “O Elvío Flores (que viria a assumir a direção da Rádio), mesmo sendo um partidário, militante e coordenador de campanha, tinha essa visão, de que a rádio tinha que se abrir, de que a oposição tinha que falar, e isso foi acontecendo aos poucos” (Idem), até chegar a um estágio de consolidação da democracia.

Os determinantes da mudança

A agonia do regime militar, o fim da censura, o fortalecimento dos partidos de esquerda, tudo isso contribui para novas práticas nos meios de comunicação. Mas a nova realidade deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, que leva em conta as macro-mudanças que tão

²² O superintendente da Sadia Concórdia, Ivo Frederico Reich, elegeu-se prefeito pela Arena, em 1976, cumprindo mandato até 1982, quando candidatou-se seu vice, o comerciante Adílio Mützemberg, tendo como vice Juraci Lopes da Silva, então um dos chefes de setores da empresa. Esta chapa foi derrotada por Luiz Suzin Marini e Júlio César Ribeiro Neves, do MDB.

²³ DAL PIAZ, Clélio Ivo. Ex-gerente da Rádio Rural e atual diretor-proprietário de O Jornal. Depoimento ao autor em 31 de março de 2004, em Concórdia.

bem caracterizam a sociedade global a partir das últimas décadas do século XX, principalmente quando o que está em questão é o recrudescimento do rádio negócio.

Especificamente no Oeste catarinense, a mutação do rádio é melhor visualizada quando relacionada às transformações provocadas ao sistema agroindustrial pelo processo de globalização²⁴. Se até o final dos anos 70, havia uma relação muito forte das empresas com o lugar, em virtude de uma limitação geográfica dos negócios e de acentuada dependência de decisões e políticas locais e regionais, isso deixa de existir na medida em que a abertura dos mercados pressiona para uma expansão e competitividade em escala global. O capital se abre, torna-se mais flexível e as relações e negócios se ampliam, favorecidos pela desregulamentação dos mercados e pelas novas tecnologias da informação, que fazem brotar uma economia em rede, planetária e profundamente interdependente (CASTELLS, 2001).

Nesse contexto, o Estado deixa de ser determinante²⁵ e o envolvimento político vai reduzindo sua importância, ocasionando, aos poucos, o distanciamento direto ou indireto das agroindústrias da política local e estadual. Ao analisar o papel do Estado no desenvolvimento das agroindústrias, ESPÍNDOLA (1999) relata como empresários como Atílio e Victor Fontana (Sadia), Plínio de Nez (Chapecó), Luiz Gabriel e Ivan Bonato (Perdigão) souberam usar da política e de cargos públicos para o fortalecimento e expansão de suas empresas e a alavancagem agroindustrial do Oeste catarinense. Era uma época em que o capital “não poderia sobreviver sem a presença do Estado”, estratégia que, a partir de meados da década de 80, foi substituída pela representação dos membros das agroindústrias “em organismos classistas²⁶ dos diferentes segmentos em que atuavam” (p.57).

Ao passo que promove a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, a nova ordem econômica abre as portas ao capital multinacional e inicia uma etapa de desnacionalização no complexo da agroindústria. O momento é agravado por

²⁴ Globalização é pensada, aqui, em termos econômicos, seguindo a linha de pensamento de CASTELLS (2001), para quem “uma economia global é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária”, propiciada por tecnologias informacionais e comunicacionais (p.111).

²⁵ O enfraquecimento do Estado na era da globalização é uma tese trabalhada por muitos autores. A título de exemplo, veja-se KORTEN, D. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo, Futura, 1996; OHMAE, K. *O fim do Estado-Nação: ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro, Campus, 1996; IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. HELD & MCGREW (2000:64) resumem que, na economia global contemporânea “é o capital empresarial global, e não os Estados, que exerce uma influência decisiva na organização, localização e distribuição do poder e dos recursos econômicos”.

²⁶ O autor cita, por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (Anfar), Associação Brasileira dos exportadores de Frango (Abef), União Brasileira de Avicultura (UBA), Associação Brasileira de Pintos de Corte (Abipico) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

sucessivas crises e pela instabilidade da economia brasileira, o que acarreta uma grande reestruturação patrimonial e produtiva das empresas oestinas, começando pela Perdigão, que sai das mãos das famílias Brandalise e Bonato e passa a ser administrada por um *pool* de fundos de pensão (GOULARTI FILHO, 2002). “Com a venda da Perdigão, a família Brandalise deixou a cidade de Videira e parou de participar na vida política local” (p.358). A Sadia, além de se desfazer de várias unidades, incluindo os segmentos de carne bovina, grãos e derivados, também passa por mudanças radicais em sua estrutura administrativa. “As estratégias operacionais deixaram de ser resultados de empreendimentos pessoais, passando a ‘estilos de administração científica’, isto é, as decisões são tomadas por um *staff* de executivos e não mais à moda primitiva, por um indivíduo proprietário”, bem diferente, portanto, da época em que “o próprio fundador, Atílio Fontana – que presidiu o grupo até 1983-, interferia pessoalmente em todos os níveis da atividade empresarial, até mesmo controlando o desempenho de seus subalternos” (ESPÍNDOLA, op. cit., p.72).

RIBAS JÚNIOR (2001:98) resume que, com a globalização, “o controle político das decisões das empresas quanto a novos investimentos, expansão e mais empregos deixa de ter um enfoque catarinense para ter um enfoque globalizado”, fator que, associado aos interesses do grupo societário ou de acionistas, que não têm mais relação com o lugar em que a empresa está instalada, leva a um distanciamento das comunidades²⁷. No tocante à Sadia, é importante observar que já no final da década de 70 a sede era transferida para São Paulo, diminuindo a importância de Concórdia, antes centro das decisões.

O distanciamento local, tanto econômico quanto político, aliado à interiorização da telefonia, que passou a permitir o contato direto com o produtor rural, pôs fim à imprescindibilidade do rádio para as agroindústrias, tanto que a Sadia se desfez da Rádio Rural em 2001. No caso da Perdigão, a venda da empresa não incluiu as emissoras de rádio e televisão, que continuaram pertencendo às famílias Bonato e Brandalise. Embora distanciados da política e, no caso dos Brandalise, até da cidade de Videira, os ex-proprietários do grupo agroindustrial resolveram continuar apostando nos meios de comunicação, agora, mais do que nunca, como empreendimentos comerciais e, de preferência, lucrativos, pensamento que se

²⁷ A esse respeito, ver BAUMAN, Z. *Globalização, as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999, especialmente o capítulo 1, que trata dos “proprietários ausentes”.

verifica também nos dirigentes da Rede Peperi e da Índio Condá²⁸, para quem o rádio acompanha a boa fase vivida no Brasil pelo setor de prestação de serviços.

Considerações finais

A superação do acentuado partidarismo e do uso do veículo como instrumento de sustentação de outros negócios dá início a um processo de profissionalização, que, no começo dos anos 90, já era visível nos meios de comunicação da capital e das principais cidades do Estado (PEREIRA, 1992), mas que começava a se disseminar também para o interior. Pressionado pelo imperativo mercadológico dos novos tempos, o rádio tenta se firmar como empresa, angariando audiência e retorno comercial, vendo-se impelido a responder com programação de melhor qualidade e isenção, que resulte na confiança de todos os segmentos da comunidade.

Claro que a política partidária e o uso do veículo como instrumento de projeção de candidatos não foi banido da radiodifusão, mas um maior rigor da legislação, ao menos nos períodos pré-eleitorais, e um ambiente mais favorável à democracia, têm favorecido o acesso e o debate de todas as correntes de pensamento. Especificamente no Oeste catarinense, onde o rádio cresceu à sombra dos grupos de dominação econômica e política, restringindo o acesso às entidades sindicais e aos partidos de esquerda, verifica-se hoje “um trabalho feito com maturidade, em benefício do esclarecimento e do fortalecimento da opinião pública” (SANTHIER²⁹, 2004), o que reflete positivamente na sociedade e se impõe como condição necessária ao êxito de um rádio que, apesar das limitações ainda existentes, busca retorno comercial em nome da credibilidade.

Referências bibliográficas

ALBA, R. S. *Espaço Urbano*. Chapecó, Argos, 2002.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

DE MARCO, B. *O controle da mídia: elites e a radiodifusão em Santa Catarina*. 1991. 140f. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis.

ESPÍNDOLA, C.J. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó, Grifos, 1999.

²⁸ A Índio Condá possui também uma emissora FM, que leva o nome fantasia de “Oeste Capital”.

²⁹ SANTHIER, Neuri. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e do Partido dos Trabalhadores de Concórdia. Depoimento ao autor em 8 de maio de 2004, em Concórdia.

- FONTANA, A. *História da minha vida*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- GOULARTI FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis, Cidade Futura, 2002.
- GUARESCHI, P. & RAMOS, R. *A máquina capitalista*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- HAUSSEN, D. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre, Edipucrs, 2001
- HELD, D. & MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- LAGO, P. F. *Santa Catarina: dimensões e perspectivas*. Florianópolis, UFSC, 1978.
- MEDEIROS, R. & VIEIRA, L.H. *História do rádio em Santa Catarina*. Florianópolis, Insular, 1999.
- MOREIRA, S. V. *Rádio palanque*. Rio de Janeiro, Mil Palavras, 1998.
- PEREIRA, M. (org.). Adolfo Zigelli: jornalismo de vanguarda. Florianópolis, Insular, 2000.**
- _____. *Imprensa e poder*. Florianópolis, Lunardelli, 1992.
- RIBAS JÚNIOR, S. *Retratos de Santa Catarina*. Florianópolis, Edição do Autor, 2001.
- RIGON, O. *O fato do dia – 1962*. Concórdia, Estrela, 1987.
- _____. *O fato do dia – 1974*. Concórdia, Estrela, 1987.
- SADIA 50 anos: construindo uma história. São Paulo, Prêmio, 1994.
- STERTZ, M. *O rádio nos assentamentos rurais: um estudo do rádio nos assentamentos do município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina*. 2000. 140f. Dissertação de mestrado em Comunicação Social. Metodista. São Bernardo do Campo.

Intelectuais públicos e a vitalidade do ensaio

Denílson Lopes⁷⁶

A Conveniência da Cultura – Usos da Cultura na Era Global, de George Yúdice (BH, Ed. UFMG, 2005).

O Cosmopolitismo do Pobre, de Silviano Santiago (BH, Ed. da UFMG, 2005).

O lançamento de *A Conveniência da Cultura* de George Yúdice é uma boa oportunidade para refletir sobre os desdobramentos dos Estudos Culturais no Brasil para além de sua matriz marxista na Escola de Birmingham (Inglaterra), que incorporou criativamente nos EUA o pensamento da diferença francês e o grande boom dos movimentos políticos minoritários, e por fim, estabeleceu um rico diálogo com a produção de comparatistas latino-americanos.

Há muito tempo esperado para os acompanham a carreira de George Yúdice, professor da Universidade de Nova Iorque e um dos mais destacados intelectuais norte-americano na linha de frente dos Estudos Culturais, este livro é uma síntese de preocupações que vem se desenvolvendo há já vários anos, a partir de interlocuções várias em que a produção crítica e artística contemporâneas brasileiras têm um papel de destaque, como a obra de Silviano Santiago, cujo recente lançamento de seu *Cosmopolitismo do Pobre* reafirma esta interlocução..

Parece já um lugar-comum mencionar mas necessário lembrar que depois de 15 anos sem lançar um livro de ensaios, Silviano Santiago retorna com *O Cosmopolitismo do Pobre*, primeiro de uma serie de três volumes que certamente o recoloca no lugar de um dos ensaístas e críticos de cultura e da arte mais importantes da América Latina. Nestes 15 anos, que coincidiram com seus últimos anos na universidade antes da aposentadoria e uma intensa publicação de livros de ficção (*Uma História de Família*, 1992; *Uma Viagem ao México* e *Cheiro Forte*, 1995; *Keith Jarrett no Blue Note*, 1996; *De Cócoras*, 1999; *O Falso Mentiroso*, 2004) e apesar da intensa produção acadêmica e jornalística, sua imagem pública pendeu para

⁷⁶ Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, pesquisador do CNPq, autor de *O Homem que Amava os Rapazes e Outros Ensaios* (RJ, Aeroplano, 2002), *Nós os Mortos: Melancolia e Neo-Barroco* (RJ, 7Letras, 1999), co-organizador de *Imagem e Diversidade Sexual* (São Paulo, Nojosa, 2004) e organizador de *O Cinema dos Anos 90* (Chapecó, Argos, a sair em 2005)

o ficcionista, o escritor. Mas o ficcionista talvez tenha deixado marcas nestes ensaios que agora lemos em livro em que cada vez mais as teses são desdobradas por narrativas, situações que alargam e fragmentam um núcleo, deixando mais provocações, inquietações do que conclusões fechadas.

É bem verdade que não se pode separar seus ensaios de sua ficção. De certa forma, há questões que atravessam sua obra por inteiro. Como não entender que o posicionamento de abertura frente ao diálogo latino-americano em seu clássico ensaio “Entre-Lugar do Discurso Latino-Americano” publicado em *Uma Literatura nos Trópicos* não encontra uma contrapartida na viagem de Artaud ao México ficcionalizada? Ou que os dilemas do intelectual modernista não sejam redimensionados pelo seu retrato de um Graciliano Ramos atualizado pela ditadura dos anos 60 de *Em Liberdade* e aqui, neste livro, na genealogia, em “Atração do Mundo”, pela criativa análise de Joaquim Nabuco e Mario de Andrade não como dois pólos opostos no nosso cenário intelectual mas posicionamentos que se suplementam, para usar o termo derrideano que lhe é caro, e se tensionam para compreender nossas atitudes até hoje entre o cosmopolitismo e o nacionalismo?

A opção pelo ensaio, pela intervenção nos jornais, por palestras produz, ao mesmo tempo, uma obra em aberto, que aceita os desafios do presente, mas ao mesmo tempo refaz nossa história cultural a partir de um ponto de vista alternativo à linhagem canônica e modernista uspiana de Antonio Candido e Roberto Schwarz, que se cristalizou numa crítica materialista, centrada numa dialética entre a arte e sociedade e na preocupação adorniana com a forma e que confunde mal-estar com atitude crítica.

A obra de Silviano redimensiona a tradição intelectual brasileira a partir de um ecletismo teórico que incorpora o impacto do pensamento da diferença, sobretudo Derrida, mas também Foucault e Deleuze; passando pelo debate sobre a pós-modernidade até o diálogo fecundo com os Estudos Culturais. Tudo reaparece de forma sutil e criadora neste seu último livro. Como estratégia, recusa tanto ficar à sombra dos grandes mestres, ser comentador bem comportado como o faz, por exemplo, Leyla Perrone-Moisés em relação a Barthes, canonizando esta tradição francesa. Silviano desloca o pensamento destes autores para fora de um cânone moderno e os faz vivos, atuantes, políticos, equivalente ao que Gayatri Spivak, Homi Bhabha fizeram nos EUA, ao relerem o pensamento francês da diferença. Também não se trata de um mergulho conceitual, de natureza filosófica, mas talvez uma atitude mais produtiva quando se é um intelectual nascido numa província ultramarina, que é menos a de

um teórico, como de seu colega de geração, Luiz Costa Lima, e mais de um crítico e leitor que seguem os conceitos à medida em que os próprios textos os solicitam.

Para quem tanto defende a diversidade, a multiplicidade, o deslocamento; é interessante inventariar certas obsessões neste jogo constante entre a memória e a inserção neste lugar móvel, transnacional e midiático que emerge na segunda metade do século passado; o olhar atento e fascinado pelo presente, sem medo de se expor às fragilidades de modismos, correndo riscos, afirmando ainda uma vez mais, a partir de Nietzsche e da Contracultura, a alegria do estar presente, com todas suas impurezas e dilemas, mesmo com ironia, que se traduz no encerramento do livro em “Epílogo em 1^a. pessoa”, espécie de autobiografia ficcional de um intelectual que vive á altura de nossas riquezas e fragilidades.

Em *Cosmopolitismo do Pobre*, o autor reafirma o movimento iniciado em seu clássico e já citado “O Entre-Lugar do Discurso Latino-Americano”, ao pensar alternativas aos grandes sistemas totalizantes, homogeneizados e excludentes, tenham estes os nomes de capitalismo ou nação, mas sem perder um posicionamento e engajamento em um mundo já então pós-utópico, nem cair no desespero da dualidade revolução ou barbárie. Em tempos difíceis, como o nosso, sem revolução, mas não sem esperanças, a obra de Silviano Santiago continua sendo uma referência, um farol para se compreender o Brasil após a ditadura, crítico do imobilismo consumista, realizando uma política do fragmento e da diversidade, mas sem cair em guetização particularista. O entre-lugar, longe de uma abstração, é um espaço central para compreender não só o posicionamento dos intelectuais em viagens geográficas, intelectuais e de formação, mas para lidar com o deslocamento de grandes contingentes da população mundial em busca de sobrevivência e emprego, como se apresenta no ensaio que dá título ao livro. Para além de uma noção exclusivamente classista, também aqui a questão negra e índia, já colocadas em seu programa trinta anos atrás retornam somadas a uma preocupação de gênero, que se traduz em “O Homossexual Astucioso”, ensaio novamente em continuidade com sua ficção de *Stella Manhattan* e *Keith Jarrett no Blue Note*, na busca de uma alternativa tanto a uma perspectiva norte-americana, mas que não silencia nem reduz os novos sujeitos sociais e políticos. O entre-lugar é o espaço político e existencial, local e transnacional, de afetos e memórias.

Mas voltando ao livro de George Yudice, seria importante frisar que seu lançamento vem na esteira de um diálogo explícito e profícuo com vários intelectuais brasileiros bem como como um novo pensamento hispano-americano, estimulado pelos debates sobre o

MERCOSUL, a ALCA bem como pela divulgação entre nós de seus interlocutores, não só intelectuais mais conhecidos como Néstor Garcia Canclini, Jesús Martin-Barbero e Beatriz Sarlo, bem como de Alberto Moreiras, Walter Mignolo, Josefina Ludmer, Nelly Richard, Sylvia Molloy, Daniel Link, Idelber Avelar; autores a que temos acesso graças ao trabalho mais do que louvável das editoras da UFMG e pela Argos.

Ao contrário de análises simplistas, que reduzem os Estudos Culturais norte-americanos ao politicamente correto e a um multiculturalismo difuso, defensor de uma diversidade flácida e despolitizada, temos aqui um pensamento que se move sem temor no presente, enfrentando a emergência de novos e imperiosos sujeitos sociais nos quadros de uma sociedade midiática e transnacional, marcados pelo declínio de uma política de identidades estreita em favor de desidentificações cujo grande desafio está em encontrarem novas formas de existência não menos políticas, verdadeiras comunidades de diferença, mas atentas às ambíguas e complexas construções nacionais e transnacionais dos sujeitos contemporâneos.

Ao invés de comentaristas reverenciadores e pouco criativos diante dos grandes mestres do passado, temos em George Yúdice o perfil de um novo intelectual público, que transita das esferas institucionais aos movimentos sociais e ONGs, dos levantes anti-globalização e o pós-11 de setembro às intervenções urbanas e à arte pública, que vê a América Latina na hegemonia norte-americana e a cultura hoje hegemônica norte-americana na América Latina. Por isso transita por Miami, Rio de Janeiro e Tijuana com olhos de cronista atento, crítico sensível e comparatista atento ao seu lugar de fala, realizando de fato de uma reflexão envolvida, engajada e amorosa, sem medo de um ecletismo teórico à medida que a própria realidade solicita este gesto de abertura metodológica. Aos viúvos de grandes sistemas teóricos e nostálgicos da grande revolução, George Yúdice nos oferece uma vitalidade do pensamento e do agir, que na sua modéstia ressoa mais eficiente como intervenção intelectual e política, na esteira de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Slavoj Žižek, Stanley Aronowitz, Toni Negri e Michael Hardt.

Para além da perspectiva sócio-antropológica que desestabilizou as noções de alta cultura e cultura popular, a noção da cultura como recurso a ser gerido vai além da sua consideração como mercadoria, considerando suas formas ambíguas de geração de desenvolvimento econômico, inclusão social e cidadania. Tudo isto está se passando num circuito de processos comunicacionais em que produtos e obras são compreendidos dentro de

performances encenadas, sem perder nenhuma de suas sutilezas e singularidades, para além das dualidades e dialética entre arte e sociedade, aproximando-se do que o crítico cultural marxista contemporâneo mais fecundo, Fredric Jameson, circunscreveu a partir do pós-modernismo como lógica cultural (grifo meu) do capitalismo tardio.

Sem celebrar acriticamente o consumo, mas politizando os diversos hibridismos e trânsitos que nos constituem, George nos faz compreender que a mídia se apresenta hoje como experiência em fluxos transnacionais que compõem alternativas aos estudos de representações sociais e mediações bem como novas estratégias que ampliam questões como imperialismo, a relação centro e periferia. Teorias e conceitos são redimensionados pelas ricas análises do funk e do Afro-Reggae no Rio ao inSITE na região de San Diego e Tijuana .

Seria útil para melhor compreender e dialogar com este livro apontar para uma das leituras que os Estudos Culturais vem recebendo no Brasil. Ao conjugar as noções de “governamentalidade” e “cuidado de si” da ética foucaultiana com a problemática de “performatividade” explorada pelos estudos de gênero e pela teoria *queer*, notadamente por Judith Butler e Eve Sedgwick, bem como incorporando as contribuições de Bakhtin; Yúdice nos oferece um verdadeiro contraponto ao trabalho da professora Maria Elisa Cevalco, este inserido numa tradição que, ao contrário dos Estudos Culturais, tem uma dificuldade em enfrentar a realidade de uma cultura pop massiva a partir dos anos 60 e o estilhamento de uma visão beletrística, atitude muito pouco eficiente para compreender, pelo menos os últimos trinta anos de nossa cultura, que se traduziu numa monumentalização da alta modernidade, sobretudo em nossa literatura, mas também no teatro e no cinema.

Esta monumentalização vem acompanhada também por um nocivo fechamento teórico, justificado como adensamento teórico de uma tradição brasileira crítica de supostos modismos, mas que no fundo foge dos debates e desqualifica, ignora interlocutores, ao invés de se expor às descontinuidades históricas. Isso se pode ver na leitura bastante restrita que a estudiosa da cultura anglo-saxã está fazendo dos Estudos Culturais no Brasil. Cevalco centra suas anotações críticas a partir de Raymond Williams. O último gesto da autora ao ler as obras de Antonio Candido e Roberto Schwarz como se estes realizassem Estudos Culturais avant la lettre poderia ser compreendido como forma criativa de atualizar a herança de Raymond Williams, caindo em falácia que precisa ser denunciada, sem que se atinja, é claro, o alto valor e o verdadeiro mérito das obras de Williams, basta ver como Cevalco silencia sobre outros autores, até mesmo de companheiros da Escola de Birmingham como Stuart Hall, para

não falar na vasta produção de todas as Américas, ou no caso do Brasil (na leitura feita por Silvano Santiago, Heloísa Buarque de Hollanda, Ângela Prysthon, para citar alguns nomes), unidirecionaliza um posicionamento que só pode ser compreendido como auto-legitimação, senão desespero diante de perda da hegemonia intelectual da USP.

Na linhagem identificada por Cevasco que vai de Antonio Candido para seu suposto herdeiro, Roberto Schwarz, bem poderia incluir autores como Paulo Arantes, João Luiz Lafetá, Lígia Chiappini, para citar alguns. Mas a leitura equivocada da Cevasco não traz à cena os demais herdeiros de Candido, embora teria podido trazê-los. E aí então a lição dela para as novas gerações seria desastrosa, pois estaria tentando uma homogeneização entre os herdeiros de Candido que na realidade não existe, ainda que aqui e ali eles se encontrem no desinteresse pelo atual e pelos esforços de uma leitura atenta (“close reading”), como no caso de Davi Arrigucci e Ismail Xavier, que, no entanto, acabam resultando em pouco aproveitamento de suas ricas sugestões, para além, respectivamente da poesia modernista e do cinema moderno. Também seria importante mencionar duas importantes exceções –. Walnice Nogueira Galvão e José Miguel Wisnik - que representam, nesta linhagem os críticos mais sensíveis e abertos à cultura popular contemporânea.

Mais do que uma polêmica vazia ou provocação, trata-se de um desafio lançado aos colegas de minha geração interessados numa leitura culturalista atual, que necessariamente terá que rever criticamente nossa extraordinária e canônica tradição intelectual, caso queiramos estar à altura dos dilemas da formação de cultura pop-midiática transnacional, bem como dos debates sobre o pós-modernismo, o multiculturalismo, a globalização e o impacto das imagens virtuais, redefinidores dos conceitos de estética e da arte, bem como do papel do artista e do crítico, para além de nostálgicos elogios do literário ou da matriz marxista e adorniana da negatividade, do descompasso e das idéias fora do lugar, para que não corramos o risco de nos transformarmos em apenas epígonos sem autonomia intelectual à sombra de grandes mestres do passado, num consenso reverencial e sufocante. Devemos, ao menos, tentar.

Erving Goffman, o desbravador do cotidiano

Marcelo Engel Bronosky⁷⁷

GASTALDO, Édison (Org.). *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004, 176 págs.

Imagine a cena: Você está num bar. Sentada noutro lado, conversando descontraidamente, está aquela garota, loira, olhos azuis, simplesmente maravilhosa. De longe você observa, atentamente, procurando um sinal, um gesto, que autorize sua aproximação.

Com certeza você já participou de uma situação como essa. O que isso tem haver com um ex-presidente da Associação Americana de Sociologia – Erving Goffman e com o livro *Desbravador do Cotidiano*, organizado por Édison Gastaldo e publicado pela Tomo Editorial, em 2004 ? Quase nada, exceto pelo fato deste cientista – falecido em 1983 – ter dedicado toda a sua vida à reflexões sobre os fatos do cotidiano, praticando o que Isaac Joseph chamou de micro-sociologia. Talvez ele não tenha interpretado os relacionamentos num botequim norte-americano, mas definitivamente suas análises reformularam as práticas metodológicas adotadas pela sociologia clássica, que até meados do século XX estava voltada a considerar os aspectos mais gerais da sociedade como a religião, o estado, a economia.

O antropólogo e sociólogo Goffman procurou compreender a sociedade e a cultura a partir das relações face a face. Aquelas que ocorrem na leveza das interações sociais, numa sala de aula, num encontro entre amigos, num debate ou numa simples conversa de botequim.

Entretanto, o processo de análise não focava as interações verbais. Para ele, assim como outros membros do Colégio Invisível e/ou Palo Alto como Gregory Bateson, o importante nas interações está naquilo não expresso deliberadamente como as palavras, por exemplo. Está, sim, nos gestos aparentemente gratuitos, nos sinais involuntários. Ele considerava que os indivíduos, dentro da ordem da interação, seguem regras, como atores seguindo roteiro previamente definido. Ou seja, nós nos comportamos regulados pelo ambiente, pelas outras pessoas, pelos objetos a nossa volta. Somos atores atuando sobre regras definidas pela Ordem da Interação, identificados por *frames*, ou enquadramentos. Entretanto,

há momentos – durante a interação – que a relação face a face é redefinida, realinhada, que fogem ao “controle”. Estas situações podem ser aquelas inesperadas, quando o sujeito tropeça no cadaço do sapato, ou quando perde o elevador logo após fechar as portas. As reações em decorrência destas situações apresentam outras informações que até então não eram demonstradas pelos atores sociais, evidenciando um modo de ser nas regularidades do cotidiano. Estas informações também são objeto de análise do micro-sociólogo.

Ao contrário do que possa parecer, esse pensador da comunicação não ignora o contexto. Aliás, a história, a origem e outros fatores são fundamentais para as suas interpretações, contudo o movimento metodológico as coloca como elementos gerais, apenas, e não centrais como os próprios atos da interação.

Seus estudos compreendem muitas outras observações fundamentais para os estudos da sociedade contemporânea, especialmente para aqueles que procuram interpretar muito além do óbvio, do visível, do demonstrável. Goffman, portanto, refundou o modo de se pesquisar a cultura, a “pequena” cultura.

Em *Desbravador do Cotidiano* você encontrará interpretações/leituras de pesquisadores que mantém alguma relação com os postulados deste cientista, bem como sua história intelectual. Destaque para os textos de Édison Gastaldo – *Erving Goffman: Antropólogo da Comunicação* – e de Fernando Andacht – *A representação do self na obra de Goffman: sociosemiótica da identidade*.

Desbravador do Cotidiano é uma importante obra para estudantes e pesquisadores da comunicação preocupados em interpretar a complexidade da vida social a partir das interações entre os sujeitos.

QUEM é GOFFMAM

O canadense Erving Goffman doutorou-se em sociologia na Universidade de Chicago, sob as influências dos interacionistas simbólicos como Robert Park, entre outros. Entretanto, sua postura incomodada o fez se aproximar de Gregory Bateson, um dos principais teóricos da Nova Comunicação e da Colégio Invisível.

Suas obras representavam muito de sua postura como intelectual. Raras vezes concedeu entrevistas, menos ainda deixou ser fotografado. Em uma das poucas vezes que ele veio ao Brasil, durante palestra num encontro de psicologia, realizado no Rio de Janeiro, uma

⁷⁷ Professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando em Ciências da Comunicação na Unisinos.

estudante tentou fotografá-lo. Foi o motivo para ele interromper a palestra e explicar que a imagem dele não estava disponível. Quando era perguntado sobre sua vida privada, ele respondia que ela estava presente em seus livros. A opção pela ironia e pelo cinismo, quase sempre presente em seus textos, não era gratuita. Era uma forma de provocar, de instigar, demonstrando sua forma de fazer pesquisa.

Essa opção por pesquisar o “diferente” de forma diferente lhe custou muito mais que um lugar fixo em alguma universidade. As verbas para pesquisa, abundantes num Estados Unidos pós-guerra, para ele estavam sempre limitadas.

Só a partir dos anos 70, aproximadamente, é que ele começa a ser reconhecido. Em 1983, antes de proferir o discurso de posse na tradicional Associação Americana de Sociologia, Goffman é hospitalizado para logo após vir a falecer. Sua obra compreende 11 títulos, dos quais três foram editadas em língua portuguesa:

- A representação do eu na vida cotidiano – pela Vozes;
- Manicômios, prisões e conventos – pela Perspectiva;
- Estigma – pela Zahar.